

AS CONSEQUÊNCIAS ELEITORAIS DAS MUDANÇAS SOCIAIS:
A DIVERSIDADE RELIGIOSA AUMENTA O NÚMERO DE PARTIDOS?

NELSON LUIS MOTTA GOULART

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
NOVEMBRO DE 2020

AS CONSEQUÊNCIAS ELEITORAIS DAS MUDANÇAS SOCIAIS:
A DIVERSIDADE RELIGIOSA AUMENTA O NÚMERO DE PARTIDOS?

NELSON LUIS MOTTA GOULART

“Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação, *stricto sensu*, em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política”.

Orientadora: Dr^a. Wania Amelia Belchior Mesquita

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
NOVEMBRO DE 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

G694

Goulart, Nelson Luis Motta.

As consequências eleitorais das mudanças sociais : A diversidade religiosa aumenta o número de partidos? / Nelson Luis Motta Goulart. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

175 f. : il.

Bibliografia: 168 - 175.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.

Orientadora: Wania Amelia Belchior Mesquita.

1. eleições. 2. municípios. 3. diversidade religiosa. 4. sistema eleitoral. 5. número de partidos. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

AS CONSEQUÊNCIAS ELEITORAIS DAS MUDANÇAS SOCIAIS:
A DIVERSIDADE RELIGIOSA AUMENTA O NÚMERO DE PARTIDOS?

NELSON LUIS MOTTA GOULART

“Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação, *stricto sensu*, em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política”.

Aprovada em 26 de novembro de 2020.
Comissão Examinadora

Hugo Alberto Borsani Cardozo, D.Sc. (UENF)

Joanildo Albuquerque Burity, D.Sc. (externo)

Renato Barreto de Souza, D.Sc. (externo)

Ricardo Mariano, D.Sc. (externo)

Wania Amelia Belchior Mesquita, D.Sc. (UENF)

EPÍGRAFE

“A distribuição desigual de recursos políticos sempre permanece como ameaça a uma concentração ou radicalização que faça ruir os fundamentos da poliarquia, independente das instituições partidárias e eleitorais.”

Wanderley Guilherme dos Santos,
em comentário sobre a obra de **Robert Alan Dahl**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus amados pais, Seu Nilson (*in memoriam*) e Dona Maria, que me deram todo o suporte necessário. A realidade acadêmica não foi por eles experimentada, mas me permitiram sonhar com toda força que eu teria essa possibilidade. E tive.

Agradeço também ao meu irmão, Nilson (o Isin), e minha irmã Rosimere, minha cunhada Fortes. Verdadeiros suportes da família.

Agradeço aos meus orientadores, todos eles, em igual medida. Sem eles, as oportunidades e os suportes teriam se consolidado apenas chances raras, ou nada. Obrigado, Professora Wania Mesquita, a parte religiosa deste empreendimento não teria sido possível sem os seus conhecimentos. Obrigado, Professor Vitor Peixoto, por ter me ensinado a gostar do jogo das eleições. Obrigado, Professor Marlon Ney, por ter me acompanhado e me mostrado que, mesmo que no jogo, sem fé, não dá. Aprendi muito com os três. Devo muito aos três. Espero que saibam o quanto foram importantes.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho durante a jornada, todos eles, em igual medida e em ordem alfabética: Amanda Rodrigues Silva, Ana Beatriz Severo Xavier, Diego Carvalhar Belo, Gabriel Tisse da Silva, Jheniffer Vieira de Almeida, João Francisco Barreto Caiafa Balbi, João Gabriel Ribeiro Pessanha Leal e Maycon Rohen Linhares. Não fossem eles, eu não teria chegado até aqui. Sempre me ajudaram a manter as possibilidades, os suportes e as oportunidades nos mantendo amarrados ao barco, por mais lento que fosse e muitas fossem as sereias. Espero que saibam o quanto foram importantes.

Agradeço a todos os amigos de todas as turmas. Da graduação em Ciências Sociais, do Mestrado em Sociologia Política e do Doutorado em Sociologia Política. Todos me ensinaram que os trabalhos acadêmicos são enormes empreitadas individuais facilmente enfrentadas e concluídas em empreendimentos coletivos. Espero que saibam o quanto foram importantes.

Agradeço a todos os professores de todas as disciplinas. Da graduação em Ciências Sociais, do Mestrado em Sociologia Política e do Doutorado em Sociologia Política. Todos os momentos e desafios se tornaram mais agradáveis em nossos encontros de estudo com-

partilhado e colaborativo, tipo de trabalho intelectual que vai além das aulas. Espero que saibam o quanto foram fundamentais.

Agradeço a todos os professores de todas as bancas. Da graduação em Ciências Sociais, do Mestrado em Sociologia Política e do Doutorado em Sociologia Política. Agradeço a principalmente na figura dos professores da banca de avaliação desta tese, Professor Hugo Alberto Borsani Cardozo, Professor Renato Barreto de Souza, Professor Joanildo Albuquerque Burity e Professor Ricardo Mariano, pelo afinho, respeito e abertura com que leram este trabalho, tão rústico produto. Os pontos fracos remanescentes na arquitetura da obra são de minha integral responsabilidade. Espero que saibam o quanto foram fundamentais.

Agradeço aos Professores envolvidos nos eventos e cursos de curta duração que realizei durante a empreitada da tese. Todos lidaram com versões ainda mais rústicas dos capítulos aqui apresentados. Agradeço principalmente na figura dos professores Acir dos Santos Almeida, Lorena Guadalupe Barberia e Guy D. Whitten que me incentivaram e ensinaram a trabalhar com a abordagem do capítulo final da pesquisa, tanto na Escola de Inverno do IESP quanto na IPSA-USP Summer School. Duas marcantes experiências. Os pontos fracos remanescentes são de minha integral responsabilidade. Espero que saibam o quanto foram fundamentais.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo à pesquisa permitindo que eu tivesse condições financeiras para a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) pelo suporte operacional e institucional à pesquisa permitindo que eu tivesse condições materiais e institucionais para a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão deste trabalho.

Agradeço especialmente à Jussara Silva, amada companheira de todas as oportunidades, empreitadas, batalhas, barcos, vitórias, empates e derrotas. É só o amor que conhece o que é verdade.

Sumário

Resumo	vii
Abstract	ix
Introdução	xi
1 O Político da Democracia	1
1.1 Considerações Iniciais	1
1.2 Revisão Teórica: Pluralismo Político	3
1.2.1 Poliarquia: A democracia em duas dimensões	3
1.2.2 As Seleções da Democracia I: Eleições e Decisões	5
1.2.2.1 Por que distinguir eleições e decisões?	6
1.2.2.2 O regime representativo	10
1.2.3 As Seleções da Democracia II: Eleições e Partidos	12
1.2.3.1 O sistema eleitoral	13
1.2.3.2 Os partidos	17
1.2.3.3 O sistema partidário	21
1.2.4 As Adesões da Democracia	23
1.2.4.1 A adesão das elites	23
1.2.4.2 A adesão dos comuns	26
1.3 Recapitulações	31
2 O Social da Democracia	33
2.1 Considerações Iniciais	33
2.2 Contextualização Histórica	35
2.3 Revisão Teórica: Pluralismo Religioso	39
2.3.1 Liberalização e Comportamento Religioso	39
2.3.1.1 A diversidade religiosa nas adversidades econômicas	40
2.3.2 Pluralismo Religioso e Fracionalização Religiosa	41
2.3.2.1 Fracionalização denominacional religiosa importa?	45
2.3.3 Modernização e Secularização	51
2.3.3.1 A Teoria do Desencantamento do Mundo	53
2.3.3.2 A Teoria do Dossel Sagrado	56
2.3.3.3 A Teoria da Mudança de Valores entre Gerações	59
2.3.4 A Teoria das Economias Religiosas	65
2.3.5 A Teoria da Poliarquia e as Economias Religiosas	67
2.3.6 A sorte do sistema	68
2.4 Recapitulações	71
3 Fracionalização Religiosa, Desenvolvimento Socioeconômico e Competição Eleitoral	72
3.1 Considerações Iniciais	72
3.2 Plano de Pesquisa do Capítulo	74
3.2.1 Perspectiva	74

3.2.2	Abordagem	74
3.2.3	Análise	75
3.2.3.1	Unidade de Análise	75
3.2.3.2	Nível de Análise	75
3.2.3.3	Procedimentos	76
3.2.3.4	Insumos	76
3.2.3.5	Expectativas	76
3.3	Diversidade Religiosa nos Municípios	78
3.3.1	Medidas de Diversidade Religiosa para o Rio de Janeiro	78
3.3.1.1	A Fracionalização das Preferências Religiosas	78
3.3.1.2	Análise Introdutória da Relação	81
3.3.1.2.1	Desenvolvimento Socioeconômico	81
3.3.1.2.2	Competição Eleitoral	83
3.3.1.3	Conclusões Parciais	85
3.3.2	Medidas de Diversidade Religiosa para o Brasil	86
3.3.2.1	O Mercado Religioso	86
3.3.2.2	Número de Firms Ativas	89
3.3.2.3	Parcelas de Mercado	90
3.3.2.4	Concentração de Mercado	92
3.3.2.4.1	Razão de Concentração	93
3.3.2.4.2	Concentração e Fracionalização	95
3.3.2.5	Número Efetivo de Firms	98
3.3.2.6	Conclusões Parciais	100
3.3.2.7	Análise Introdutória da Relação	101
3.3.2.7.1	Desenvolvimento Socioeconômico	101
3.3.2.7.2	Competição Eleitoral	103
3.3.2.8	Conclusões Parciais	105
3.4	Discussão	106
4	A diversidade religiosa aumenta o número de partidos?	108
4.1	Considerações Iniciais	108
4.2	Introdução	109
4.3	Plano de Pesquisa	111
4.3.1	Abordagem	111
4.3.1.1	Unidades de Análise	111
4.3.1.2	Principais Variáveis	111
4.3.1.2.1	Situação Regional	111
4.3.1.2.2	Caracterização Demográfica	111
4.3.1.2.3	Desenvolvimento Socioeconômico	112
4.3.1.2.4	Diversidade Religiosa	112
4.3.1.2.5	Presença de Partidos Religiosos	113
4.3.1.2.6	Número de Partidos	113
4.3.1.3	Insumos	114
4.3.2	Expectativas	114
4.4	Competição nas Eleições Municipais	117
4.4.1	Eleições Majoritárias	117
4.4.1.1	Número de Firms Ativas	118
4.4.1.2	Parcelas de Mercado	119

4.4.1.3	Concentração de Mercado	121
4.4.1.3.1	Razão de Concentração	122
4.4.1.3.2	Concentração e Fracionalização	123
4.4.1.4	Número Efetivo de Firms	125
4.4.1.5	Conclusões Parciais	127
4.4.2	Eleições Proporcionais	129
4.4.2.1	Número de Firms Ativas	129
4.4.2.2	Parcelas de Mercado	130
4.4.2.3	Concentração de Mercado	132
4.4.2.3.1	Razão de Concentração	133
4.4.2.3.2	Concentração e Fracionalização	135
4.4.2.4	Número Efetivo de Firms	136
4.4.2.5	Conclusões Parciais	138
4.5	A Fracionalização Religiosa e a Competição nas Eleições	140
4.5.1	Especificação dos modelos	140
4.5.2	Eleições Majoritárias	141
4.5.2.1	Situação Regional	143
4.5.2.2	Caracterização Demográfica	144
4.5.2.3	Desenvolvimento Socioeconômico	145
4.5.2.4	Diversidade Religiosa	146
4.5.2.5	Presença de Partidos Religiosos	146
4.5.3	Eleições Proporcionais	148
4.5.3.1	Situação Regional	151
4.5.3.2	Caracterização Demográfica	151
4.5.3.3	Desenvolvimento Socioeconômico	152
4.5.3.4	Diversidade Religiosa	153
4.5.3.5	Presença de Partidos Religiosos	154
4.6	A Fracionalização Religiosa e a Fragmentação nas Câmaras	155
4.6.1	Especificação do modelo	156
4.6.2	Câmaras de Vereadores	157
4.6.2.1	Situação Regional	159
4.6.2.2	Caracterização Demográfica	159
4.6.2.3	Desenvolvimento Socioeconômico	160
4.6.2.4	Diversidade Religiosa	161
4.6.2.5	Presença de Partidos Religiosos	162
4.7	Discussão	164
	Conclusão	166
	Referências Bibliográficas	168

Lista de Tabelas

1.1	Pontos distintivos entre eleições e decisões.	8
1.2	Definições de Partido.	20
3.1	Matriz de Associações Esperadas.	77
3.2	Matriz de Associações Esperadas.	77
3.3	Resumo dos Índices H, F e N.	79
3.4	Matriz de Correlação.	81
3.5	Matriz de Correlação.	83
3.6	Contagem de denominações religiosas.	89
3.7	Média aritmética das parcelas de mercado.	91
3.8	Média geométrica das parcelas de mercado.	91
3.9	Média harmônica das parcelas de mercado.	92
3.10	Razão de concentração da maior parcela de adeptos.	94
3.11	Razão de concentração das três maiores parcelas de adeptos.	94
3.12	Índice de Concentração de Herfindahl.	95
3.13	Índice de Fracionalização de Rae.	96
3.14	Número Efetivo de Laakso e Taagepera.	98
3.15	Número Efetivo de Golosov.	99
3.16	Matriz de Correlação.	101
3.17	Matriz de Correlação.	103
4.1	Matriz de Associações Esperadas.	114
4.2	Tabela das Principais Variáveis	115
4.3	Contagem de partidos.	118
4.4	Média aritmética das parcelas de mercado.	119
4.5	Média geométrica das parcelas de mercado.	120
4.6	Média harmônica das parcelas de mercado.	121
4.7	Razão de concentração das duas maiores parcelas de votos.	122
4.8	Razão de concentração das três maiores parcelas de votos.	123
4.9	Índice de Concentração de Herfindahl.	124
4.10	Índice de Fracionalização de Rae.	125
4.11	Número Efetivo de Partidos de Laakso e Taagepera.	126
4.12	Número Efetivo de Partidos de Golosov.	127
4.13	Contagem de partidos.	129
4.14	Média aritmética das parcelas de mercado.	131
4.15	Média geométrica das parcelas de mercado.	131
4.16	Média harmônica das parcelas de mercado.	132
4.17	Razão de concentração das cinco maiores parcelas de votos.	133
4.18	Razão de concentração das nove maiores parcelas de votos.	134
4.19	Índice de Concentração de Herfindahl.	135

4.20 Índice de Fracionalização de Rae.	136
4.21 Número Efetivo de Partidos de Laakso e Taagepera.	137
4.22 Número Efetivo de Partidos de Golosov.	138
4.23 Resultados dos Modelos de Regressão. Competição Eleitoral nas Eleições Majoritárias, 1996-2016.	143
4.24 Resultados dos Modelos de Regressão. Competição Eleitoral nas Eleições Proporcionais, 1996-2016.	150
4.25 Resultados dos Modelos de Regressão. Fragmentação Partidária nas Câmaras de Veadores, 1996-2016.	158

Lista de Figuras

1.1	As Seleções da Democracia.	9
1.2	Equilíbrio: Custos de Repressão e Custos de Tolerância.	24
2.1	Modelo de Desenvolvimento Cultural e Democrático.	61
3.1	A Fracionalização Religiosa no Rio de Janeiro, 2010.	79
3.2	A Diversidade Religiosa no Rio de Janeiro, 2010.	80
3.3	Desenvolvimento Socioeconômico e Diversidade Religiosa.	82
3.4	Competição Eleitoral e Diversidade Religiosa.	84
3.5	O Mercado dos Grandes Grupos Religiosos no Brasil.	87
3.6	A Evolução da Diversidade Religiosa no Brasil, 1980 – 2010.	97
3.7	Desenvolvimento Socioeconômico e Diversidade Religiosa.	102
3.8	Competição Eleitoral e Diversidade Religiosa.	104
4.1	Coeficientes dos Modelos de Regressão. Competição Eleitoral nas Eleições Majoritárias, 1996-2016.	148
4.2	Coeficientes dos Modelos de Regressão. Competição Eleitoral nas Eleições Proporcionais, 1996-2016.	155
4.3	Coeficientes dos Modelos de Regressão. Fragmentação Partidária nas Câmaras de Vereadores, 1996-2016.	163

Resumo

Esta tese é uma análise do sistema religioso brasileiro no nível municipal baseada nos resultados das afiliações religiosas agregadas para os últimos cinquenta anos e das relações contemporâneas que o mesmo tende a manter com o sistema político, também a nível municipal, com o objetivo de responder à seguinte pergunta: A diversidade religiosa impactou nos resultados eleitorais e no número de partidos eleitos nas eleições municipais? Seus objetivos são o de propor a aplicação do ferramental de mensuração da competição entre firmas de um dado mercado para as religiões nos municípios brasileiros e o de explorar a relação da configuração competitiva dos mercados religiosos municipais brasileiros com os mercados eleitorais municipais brasileiros partindo de duas proposições teóricas: i. a de que a recente ampliação da competição no mercado religioso brasileiro, possibilitada pela urbanização, incentivada pela liberalização religiosa e pelo aumento concorrencial entre denominações religiosas, e engendrada no processo de reabertura política, se consolidou muito recentemente, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, e ii. a de que aumento concorrencial no mercado religioso brasileiro tende a repercutir na configuração da competição político-eleitoral, uma vez que i. os competidores religiosos podem empregar recursos organizacionais da arena religiosa na arena política, na disputa eleitoral, e ii. os partidos políticos podem utilizar recursos organizacionais da arena religiosa na arena política e na disputa eleitoral. Para analisar a relação foram ajustados cinco modelos regressivos para dados em painel, com um número crescente de variáveis de controle e preditoras, que resultaram nos ajustes com variáveis regionais, demográficas, socioeconômicas e políticas. Sobre eles foram realizadas baterias de testes dedicados à análise da heterogeneidade individual e da heterogeneidade temporal para estimar estatisticamente o efeito das individualidades, das características individuais dos municípios, e das originalidades, idiosincrasias, características peculiares dos indivíduos realizadas em determinado período de tempo, que estivessem operando como variáveis omitidas. A empreitada obteve cinco conjuntos de constatações que foram sintetizadas em duas subestruturas argumentativas, uma delas dedicada a descrever a ampliação da fracionalização denominacional religiosa e a outra dedicada à analisar a relação entre os níveis de fracionalização religiosa e os níveis de competição política eleitoral para as eleições municipais majoritárias e proporcionais ocorridas entre 1996 e 2016. As principais constatações do trabalho são a de que nas últimas décadas, e mais especificamente após a década de 80, o mercado religioso brasileiro passou por um sensível processo de fracionalização das preferências religiosas de suas populações municipais e a de que os mercados religiosos competitivos estão correlacionados a

mercados políticos competitivos. Dentre as principais características da relação estão a evolução do nível de desenvolvimento socioeconômico, a magnitude dos distritos, o nível de diversidade denominacional religiosa e a disponibilidade partidos religiosos nos pleitos. Ademais, capitais de Estado apresentaram efeitos positivos significativos e existem efeitos regionais consideráveis. Os resultados das análises confirmam as posições da literatura de que cenários heterogêneos, sob certas circunstâncias institucionais, fazem aumentar o número de partidos. Existem indícios de que a diversidade religiosa, com a presença de partidos religiosos e em cenários institucionalmente permissivos, de maior magnitude, estão mais abertos a impactos nos resultados eleitorais e no número de partidos eleitos nas eleições municipais.

Palavras-chave: eleições, municípios, diversidade religiosa, sistema eleitoral, número de partidos.

Abstract

This thesis is an analysis of the Brazilian religious system at the municipal level based on the results of the aggregated religious affiliations for the last fifty years and of the contemporary relations that it tends to maintain with the political system, also at the municipal level, with the objective of responding to the following question: Did religious diversity impact the electoral results and the number of parties elected in municipal elections? Its objectives are to propose the application of the tool for measuring competition between firms in a given market for religions in Brazilian municipalities and to explore the relationship between the competitive configuration of Brazilian municipal religious markets and the Brazilian municipal electoral markets based on two propositions theoretical: i. that the recent expansion of competition in the Brazilian religious market, made possible by urbanization, encouraged by religious liberalization and by the increase in competition between religious denominations, and engendered in the process of political reopening, was consolidated very recently, mainly after the enactment of the 1988 Constitution, and ii. that the increase in competition in the Brazilian religious market tends to have an impact on the configuration of political-electoral competition, since i. religious competitors can employ organizational resources from the religious arena into the political arena, in electoral contests, and ii. political parties can use organizational resources from the religious arena in the political arena and in the electoral dispute. To analyze the relationship, five regressive models were adjusted for panel data, with an increasing number of control and predictor variables, which resulted in adjustments with regional, demographic, socioeconomic and political variables. A series of tests were carried out on them, dedicated to the analysis of individual heterogeneity and temporal heterogeneity to statistically estimate the effect of individualities, individual characteristics of the municipalities, and originalities, idiosyncrasies, peculiar characteristics of individuals carried out in a certain period of time, that were operating as omitted variables. The enterprise obtained five sets of findings that were synthesized into two argumentative substructures, one dedicated to describing the expansion of religious denominational fractionalization and the other dedicated to analyzing the relationship between levels of religious fractionalization and levels of electoral political competition for elections majority and proportional municipalities that took place between 1996 and 2016. The main findings of the work are that in the last decades, and more specifically after the 1980s, the Brazilian religious market has gone through a sensitive process of fractionation of the religious preferences of its municipal populations and that competitive religious markets are correlated with competitive political markets. Among the main characteristics of the relationship are the evolution of the

level of socioeconomic development, the magnitude of the districts, the level of religious denominational diversity and the availability of religious parties in the elections. In addition, state capitals have had significant positive effects and there are considerable regional effects. The results confirm the positions in the literature that heterogeneous scenarios, under certain institutional circumstances, increase the number of parties. There are indications that religious diversity, with the presence of religious parties and in institutionally permissive scenarios, with greater magnitude, is more open to impacts on electoral results and the number of parties elected in municipal elections.

Keywords: elections, municipalities, religious diversity, electoral system, number of parties.

Introdução

Esta tese é uma pesquisa de Sociologia Política interessada na relação do sistema político com o mercado religioso. **As Consequências Eleitorais das Mudanças Sociais** é uma análise da relação da evolução do sistema religioso brasileiro no nível municipal baseada nos resultados das afiliações religiosas agregadas para os últimos cinquenta anos e da relação contemporânea que o mesmo tende a manter com a evolução do sistema político, tomando por quadro especificamente as eleições municipais ocorridas entre 1996 e 2016, com o objetivo de responder à seguinte pergunta: **A diversidade religiosa aumenta o número de partidos eleitos nas eleições municipais?**

A cidadania democrática dos brasileiros não esbarra mais na falta de distribuição e da garantia de direitos políticos básicos como o direito de se associar e de competir legalmente, regularmente e com segurança pelos votos dos seus concidadãos. As organizações partidárias brasileiras cresceram ao lado da expansão do sufrágio direto, regular e igualitário. Angariaram espaços, recursos e as mais importantes se nacionalizaram. Tornaram-se estruturas institucionais elementares da vida política da nova poliarquia brasileira após a reabertura democrática pautada na nova Constituição de 1988. Deste modo, mesmo as interpretações menos otimistas quanto as capacidades organizacionais efetivas das nossas legendas não desconsideraram e nem desconsideram sua importância no sistema político brasileiro; questionam as utilidades e os riscos inerentes à existência de tantos partidos, principalmente para a governabilidade; questionam seus vínculos sociais, suas capacidades de arregimentação de parcelas da sociedade, e a correspondência que com elas são capazes de manter. Este é o cerne das argumentações que serão trabalhadas: o número e a capacidade de arregimentação do eleitorado que os partidos apresentaram entre as últimas eleições municipais. **Qual a capacidade de tradução do sistema político eleitoral local brasileiro?**

Além das questões endógenas da política, o cenário político nacional recente tem sido marcado pela ação de um grupo específico de agentes naturais, fomentados e esperados nas poliarquias pluralistas, mas que geram insumos para uma grande sorte de opiniões pró e contra seus comportamentos: os grupos religiosos. No rol da cidadania democrática dos brasileiros, é importante salientar, o direito de crer, de defender o credo e de por ele se associar é garantido no texto constitucional. Existe o cenário institucional de liberalização religiosa, mas a relação da religião com a política movimenta as atenções e os ânimos por onde tende a passar. Assim, como interpretar esta relação da religião com a política, ou com a democracia, para ser mais específico, se

torna um tema urgente e faz da questão colocada uma das questões científicas e sociais mais importantes no caldo contemporâneo da poliarquia brasileira. Para além de uma resposta pronta, este trabalho tenta construir instrumentos para medir, analisar a relação e apontar os impactos da interação, na esperança de que estes instrumentos, índices e indicadores, se tornem mais comuns e consumidos, assim como os indicadores de desenvolvimento, ou os índices de inflação. Por fim, recolocando em sentença curta: **Fracionalização religiosa importa?** Nos próximos capítulos espero fornecer insumos claros, todos baseados em dados originais, que formem constatações minimamente sólidas de que as alterações que temos presenciado no mercado religioso brasileiro repercutem na vida política, principalmente em sua faceta eleitoral, onde os agentes organizados, os partidos e as igrejas encontram um momento específico, institucionalizado e transparente de interação e de expressão e de confirmação de pontos de vista, de valores e de execução política. A empreitada de pesquisa foi dividida em quatro grandes etapas que resultaram nos capítulos apresentados.

O primeiro capítulo é um capítulo de revisão e posicionamento teórico geral. Nele recupero os fios principais da teoria democrática de Joseph Schumpeter e Robert Dahl para então delimitar o principal problema analítico que orientará toda a composição do trabalho. Meu principal objetivo, ao final, é o de apresentar que a institucionalização das eleições como jogo rotineiro das incertezas cria o espaço de interação e de adesão dos partidos e das massas às poliarquias. Deste raciocínio chego aos principais aspectos de se considerar **os organizados e as organizações como agentes importantes na realização das poliarquias**. Neste percurso, trato ainda de delimitar o que tomo por eleições e partidos políticos, bem como discorro sobre alguns pontos como o regime representativo, sistema eleitoral e partidário, de onde recupero ainda alguns pontos sobre a relação entre as variáveis institucionais e a configuração do sistema partidário.

No segundo capítulo, um capítulo de localização e amarração teórica contextual, realizo a tentativa de angariar da leitura específica da sociologia da religião e de uma parte da sociologia da religião brasileira o posicionamento necessário sobre um grupo específico de organizados da sociedade: **os religiosos**. O principal objetivo do capítulo é o de resgatar destas leituras teóricas, históricas e sociológicas, quem são, como surgiram e como se comportam os atores religiosos relevantes na realidade atual brasileira, e relacionar a leitura proveniente, mesmo que maneira muito breve, aos posicionamentos e questões recentes da literatura do comportamento político sobre a redução do poder explicativo das clivagens no comportamento dos atores políticos. Neste percurso, trato ainda de delimitar o que tomo como **a diversidade religiosa**, bem como discorro sobre alguns pontos como o avanço da modernidade, do processo de secularização, o aumento do número de organizações religiosas no Brasil recente

e a relação que este aumento pode ter com variáveis econômicas e políticas.

No terceiro capítulo, de posse da tecitura da análise pluralista das poliarquias, da teoria e das metáforas que fornecem a amarração lógica básica para o encadeamento das proposições, e dos principais apontamentos realizados pela Sociologia da Religião, apresento a aplicação de um conjunto de índices matemática e operacionalmente interessantes para as análises dos mercados religiosos. Construo, portanto, a principal **variável independente** de todo o trabalho em resposta à seguinte questão: **Como temos medido a diversidade organizacional denominacional religiosa nos municípios brasileiros?** O principal objetivo do capítulo é o de realizar uma proposta operacional e metodológica, a proposta de se construir para as análises de sociologia da religião do Brasil um catálogo de índices que seja capaz de capturar a diversidade das realizações dos mercados religiosos, para o caso específico deste trabalho, municipais, mas que podem ser perfeitamente aplicados a outros níveis de agregação, e o de apresentar alguns resultados selecionados da aplicação dos índices ao cenário religioso.

No quarto capítulo realizo dois movimentos de apresentação de resultados, que são os resultados específicos de tratamento da resposta da questão de interesse inicialmente colocada: **O aumento da diversidade religiosa impactou nos resultados eleitorais e no número de partidos eleitos nas eleições municipais?** Construo a resposta em dois movimentos. No primeiro movimento, apresento os resultados de uma análise descritiva do mesmo pacote de índices anteriormente apresentados no capítulo anterior, quando tratava da heterogeneidade religiosa, só que agora dedicados à análise da competição eleitoral para as eleições municipais majoritárias e proporcionais compreendidas entre 1996 e 2016, ou seja, minhas **variáveis dependentes**. No segundo movimento, apresento detalhes das **variáveis de controle** e os **resultados dos modelos ajustados** para as análises de dados das relações resumidas na matriz apresentada. O principal objetivo analítico do capítulo é o de **mensurar o impacto da abertura e do incremento da heterogeneidade denominacional religiosa, da diversidade observada nos mercados religiosos municipais, diante de partidos que sejam minimamente capazes de mobilizar essa diversidade, nas eleições municipais majoritárias, proporcionais e nas câmaras de vereadores**.

Por fim, construo uma breve seção de conclusões para amarrar os resultados do trabalho no objetivo de oferecer alguns pontos que contribuam para responder a questão.

1. O Político da Democracia

1.1 Considerações Iniciais

As teorias da democracia contemporânea geralmente recorrem a três teóricos fundamentais para enquadrar seus grandes problemas: Aristóteles, Tocqueville e Schumpeter. Neste primeiro capítulo retomo o pensamento do terceiro deles, recupero os fios principais da teoria democrática de Schumpeter, para então delimitar o principal problema analítico que orientará toda a composição do trabalho. Um texto em quatro seções em que meu principal intento é o de delimitar os conceitos de democracia, eleições e sistemas eleitorais, representação e sistemas representativos, e democracia. Na primeira seção coloco a importância da redução analítica e econômica operada sobre o conceito de democracia por um dos autores basilares da teoria democrática contemporânea, Joseph Alois Schumpeter, que é o de tratar a democracia como **método para escolher governos**. Ainda nesta seção retomarei algumas importantes influências de Max Weber, principalmente no tocante ao surgimento das organizações partidárias diante da **expansão do sufrágio universal**. Na segunda seção critico a redução seguindo as importantes colocações de Robert Alan Dahl, pensador contemporâneo da democracia, e endosso, do seu trabalho a leitura de que as democracias realizadas são poliarquias e sobre a **centralidade da responsividade**, a dobradiça **relação de confiança** que os representantes eleitos podem ou não manter perante os eleitores e sobre a sociedade. Na terceira seção retomo da interseção entre dos dois autores a importância das eleições e distingo, mesmo que de modo muito sintético, estas das decisões. A seção possui um objetivo dupla-face, o lado substantivo é o de **focalizar a importância das eleições** para a realização das poliarquias e o lado operacional é o de determinar o escopo e os principais recursos materiais empregados no trabalho: **as arenas eleitorais e os resultados eleitorais**, distanciando o tema do trabalho das arenas decisórias, bem como dos problemas de formulação de políticas públicas. Na quarta seção amplio a discussão anteriormente colocada sobre a importância das eleições e concateno à elas a capacidade inerente à cada um dos **arranjos institucionais** próprios, os **sistemas eleitorais**: i. para a realização das dimensões até então discutidas da competição e da participação, e, por conseguinte, ii. para a construção da representação e dos sistemas representativos, caros às sociedades e à democracia. Por fim, à guisa de conclusão do capítulo, apresento a **principal hipótese** deste trabalho e do modelo analítico empregado: **A heterogeneidade social importa na medida em que a adesão das sociedades aos sistemas poliárquicos está diretamente relacionada ao fato de serem capazes de influenciarem os re-**

sultados eleitorais e ao fato de serem consideradas nos jogos de coordenação eleitoral. Ademais, levanto algumas **questões de interesse** que não me parecem estar bem colocadas e tratadas pelos analistas e proponho algumas soluções.

1.2 Revisão Teórica: Pluralismo Político

Nesta seção apresento o primeiro recorte analítico realizado neste trabalho, o recorte de se considerar apenas as eleições como os locais modais de realização do aporte minimalista da democracia, o que retira uma parte considerável das movimentações teóricas e analíticas existentes sobre a democracia e por concatenação elege uma série de reduções técnicas e operacionais sobre outras. Nas próximas subseções realizarei uma série de pequenas afirmações pontuais acerca da centralidade das eleições nas democracias contemporâneas. Com estes dois movimentos quero dizer, acompanhando uma série de outros autores, que democracia é um processo, um processo que não demanda a mobilização de muitas dimensões para ser analisado e que pode, guardados os respectivos cuidados, ser encarado em suas realizações pontuais programadas: as eleições.

1.2.1 Poliarquia: A democracia em duas dimensões

O realismo político de Schumpeter (2017 (1943)), derivado de uma analogia entre a política e a economia, com os empreendimentos concorrentes no mercado, realça a faceta concorrencial dos sistemas democráticos. A dimensão da competição do fenômeno democrático e eleitoral, e a lógica geral dos comportamentos dos agentes nela mobilizados, as **elites** e os **partidos**. O objetivo dele, ao acentuar esta dimensão, é muito específico: remover do equacionamento dos governos os termos intervenientes de origem clássica do “bem comum” e da “vontade do povo”. (SCHUMPETER, 2017 (1943), p. 339-363).

A principal consequência da redução analítica operada por Schumpeter é a de que, por mais esclarecedora que seja, ela não deixa espaço aos eleitores, e, concatenado a isso, não deixa espaço à sociedade. Leia-se, aos atributos e variáveis de cunho socioeconômico e cultural, que do ponto de vista da Sociologia Política, certamente compõem o rol das sortes clássicas dos regimes democráticos. Neste trabalho, emprego uma definição menos acentuada, baseada no ponto de corte proposto por Lipset (1967 (1959)).

A democracia, numa sociedade complexa, pode-se definir como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, e um mecanismo social que permite a uma parte – a maior possível – da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contendores para cargos políticos.

Esta definição, inspirada em grande parte na obra de Joseph Schumpeter e Max Weber, implica uma série de condições específicas: 1) uma “fórmula política” ou corpo de crenças especificando quais são as instituições legítimas (aceitas como adequadas por todos): partidos políticos, imprensa livre, etc.; 2) um conjunto de líderes políticos no exercício dos cargos; e 3) um ou mais conjuntos de líderes reconhecidos tentando alcançar esses mesmos cargos. (LIPSET, 1967 (1959), p. 45)

Para Dahl (2001, p. 25), por mais que o conceito esteja sobrecarregado, a democracia e o processo de democratização não se resumem a situação apenas concorrencial, apenas à competição. A democracia não é apenas um método institucional concorrencial de seleção entre os partidos, elites políticas e cestos de políticas em que o eleitor é um influenciado durante e um abandonado após as eleições, que de certa forma seria o resultado esperado da leitura puramente schumpeteriana.

As condicionais à que se sujeitam as elites e os partidos que almejam o governo através de um processo eleitoral democrático contribuem em duas direções muito importantes e específicas de um sistema democrático. Primeiro, canalizam os conflitos através de uma via institucional competitiva de adesão às regras e aos resultados, e segundo, “as eleições periódicas obriga-as (às elites políticas) a manterem um olho na opinião do povo” Dahl (2001, p. 128). É justamente o avanço deste par de condições amarradas nas Constituições que instituem, a **adesão à competição** e a **progressiva possibilidade de responsividade**, que caracterizam as democracias e o processo democrático. Assim a chave do pensamento de Dahl no que concerne ao processo de democratização, ao processo de rompimento das oligarquias e da progressiva implantação das poliarquias é o seu conceito de responsividade. A própria evolução do sistema tensiona os operadores envolvidos na parte de dentro do sistema, e o força, o tensiona para aberturas:

Quando regimes hegemônicos e oligarquias se deslocam na direção de uma poliarquia, eles aumentam as oportunidades de efetiva participação e contestação e, portanto, o número de indivíduos, grupos de interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas. (DAHL, 2015 (1971), p. 36).

Dahl coloca três condições necessárias aos cidadãos politicamente iguais de uma poliarquia. A primeira, que todo cidadão tem o direito de formular suas preferências. A segunda; de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva. E a terceira e última, a de que todo cidadão

tem o direito de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. Para que estas três condições sejam garantidas as instituições devem manter uma série de direitos necessários quanto às formulações das preferências, sendo eles; liberdade de expressão; liberdade de organização; direito de voto; direito de buscar apoio; eleições livres e idôneas; elegibilidade para cargos políticos e administrativos; acesso a fontes alternativas informação e instituições eleitorais reguladoras.

Entretanto, nem todos das elites e os partidos, e principalmente os partidos derrotados nos pleitos, aceitam pronta e simplesmente a derrota. Os derrotados podem rejeitar a derrota e advogar o governo por outros meios, imprimindo custos à governabilidade e ao mandato do eleito empregando diversos recursos para tal. Os partidos eleitos, por sua vez, poderiam decidir em dado ponto no tempo, inclusive aproveitando a posição que ocupa, a supressão aos opositores. Dadas as insatisfações, por uns e por outros, pairam as probabilidades de que entrem em jogo a derrocada das instituições e dos meios institucionais de regulação dos interesses conflitantes. Nada obstante, em casos extremos, nem sempre pouco frequentes, volta a cena o emprego dos recursos de violência. Assim, além da responsividade na relação entre os eleitos e os eleitores, há que se justificar a aceitação das elites em manterem o instituído sistema de competição, mas não pelos mesmos termos do bem comum da vontade do povo, “os santos óleos retirados dos vasos do século XVIII” (SCHUMPETER, 2017 (1943), p. 343).

1.2.2 As Seleções da Democracia I: Eleições e Decisões

A democracia contemporânea é um arranjo que possui dois pontos modais de realização: as eleições e as decisões. Uma parte considerável das obras dedicadas à democracia caem nestes dois lugares comuns: serão dedicadas aos temas de abertura dos postos dos governos à entrada dos pleiteantes, à abertura das posições de comando, ou serão dedicadas aos temas de tomada de decisão dos governantes eleitos, ao exercício de direito e de fato da autoridade política. A despeito dos prejuízos que as aproximações caricaturais possam trazer, tratarei primeiro de elencar algumas de suas características por similaridade, de maneira quase despropositada, em colocações altamente sintéticas, de onde identificarei que as eleições e decisões são eventos não contingentes nos regimes representativos, nas democracias. A seguir, realizo o exercício de elencar características que vão das mais simples e operacionais, relacionadas à possibilidade de realização dos eventos e em como se realiza sua amarração conceitual histórica, às mais complexas e determinantes, até o ponto de enquadramento dos eventos em sua relação política e social.

1.2.2.1 Por que distinguir eleições e decisões?

A democracia representativa é o sistema de governo que consolidou, através de uma técnica, a transferência do poder de decisão dos governados para os governantes. Com um exemplo bem simples, trabalhando na mesma linha argumentativa que fora trabalhada por Sartori, Dahl (2001, p. 107, 122 e 123) expõe a importância destes mecanismos de transferência do poder de decisão nas grandes cidades – tome-se “grandes cidades” como um exemplo bem menor do que são hoje os Estados. Numa cidade com 10.000 participantes dispostos, tendo cada um deles 10 minutos de fala, seriam necessários 625 dias de trabalho (8 horas) para a deliberação de um assunto. A oportunidade e a exequibilidade da participação decrescem à medida que aumenta o número de envolvidos. A defesa de Sartori e o exemplo de Dahl, levam a conclusão de que, na medida em que armam-se os dilemas do autogoverno, crescem em importância os mecanismos de transmissão da representatividade Sartori (1994a, p. 159). O autogoverno dos grandes números e das grandes áreas exige, portanto, a utilização de alguma técnica de transferência da autoridade.

Grande parte da teorização que ocorre hoje sobre a democracia se baseia em uma distinção entre democracia schumpeteriana, na qual os cidadãos **escolhem regularmente entre elites**, mantendo-se quietos no meio-tempo, e democracia participativa, em que os cidadãos **tomam decisões políticas em todos os momentos**. Fazer a distinção entre esses dois tipos pode ser instrutivo, mas exclui a democracia representativa, que não é nenhum deles. (MANIN, 2013, p. 127)

Nestes cinco pontos da tabela abaixo, na 1.1, pretendi colocar, em paralelo, algumas características centrais que definem os traçados mais gerais do objeto de análise que está em tela neste trabalho, **as eleições**, em contraponto com algumas características centrais que dos traçados mais gerais de um dos mais importantes objetos das análises das poliarquias e dos governos, que é a análise dos governos e as análises de políticas públicas, mas que não estarão em tela neste trabalho, **as decisões**. Por mais que este tipo de exercício recorte demais o assunto, este é um exercício introdutório importante. Sendo que, por fim, posso ainda salientar que a democracia representativa se desenrola em ambos lados do quadro (MANIN, 2013), ou seja, o regime representativo é a solução que nasce da impossibilidade de suficiência em cada um dos dois polos.

	Eleições	Decisões
01	Eleição é um evento de seleção de curtíssima duração, de realização extremamente pontual no decorrer da história e do tempo histórico, é um acontecimento.	Decisão é um evento de seleção de curta ou média duração, de realização pontual no decorrer da história e do tempo histórico, é um acontecimento.
02	Eleição é um evento de seleção de curtíssima duração, um acontecimento regido por um conjunto específico de regras aplicado ao conjunto de atores sociais e políticos, e programado para ocorrer com alguma padronização intervalar no tempo, é uma consulta rotineira.	Decisão é um evento de seleção de curtíssima duração, um acontecimento que não é pontualmente regido por um conjunto específico de regras mas existem regras paralelas ao processo de tomada de decisão, e que serão aplicadas ao conjunto de atores sociais e políticos em casos de infração, não é programado para ocorrer a intervalos de tempo e também não apresenta grande abertura consultiva, por mais que seja rotineira.
03	Eleição é um evento de seleção de eleitores, aqueles que escolhem, selecionam, e candidatos e partidos que seguem todos os trâmites legais, se apresentam e postulam a administração pública, ou seja, que disputam a escolha, e desejam ser selecionados. ¹	Decisão é um evento de seleção de tarefas, procedimentos e projetos, dos meios e dos fins dentro deles, e dos alvos da ação, que compõem os programas e as políticas públicas, que seguem todos os trâmites legais em suas fases, e na tomada de ação qualquer coisa que o governo opte por fazer ou por não fazer.

	Eleições	Decisões
04	Eleição é um evento de seleção de candidatos, partidos e programas que compõem uma parte eletiva operacional da administração pública, dedicada à execução dos mencionados programas, os chamados governos – governantes, e uma parte eletiva representativa da administração pública, dedicada à regulação e a fiscalização das execuções, de acordo com os interesses dos eleitores que os escolheram, os representados, que são, por sua vez, os chamados deputados – os representantes. ²	Decisão é um evento de seleção nos pormenores da política (polity), mediante uma cadeia de outras decisões, geralmente acompanhada e fundamentada em negociações políticas (politics) com os administradores não eleitos; os burocratas, com os representantes, com os grupos de interesse e com as oposições, e que resultará no “que o governo escolhe fazer (ou não)” em termos de políticas (policy).
05	Eleição é um acontecimento regular das arenas eleitorais das poliarquias.	Decisão é um acontecimento regular das arenas parlamentares (arenas decisórias) das poliarquias.

Tabela 1.1: **Pontos distintivos entre eleições e decisões.**

Fonte: Elaboração do autor.

O esquema abaixo é outro exercício baseado tanto nos apontamentos anteriormente colocados Manin (2013), em relação aos pontos trazidos por Panebianco (2005, p. 411) que disponibiliza uma série de eventos para melhor posicionar as ideias que trabalhei nos parágrafos anteriores desta seção. São eventos de ordens distintas de realização, por isso as cores também distintas para cada conjunto de pontos. Da diferença de claros entendimentos sobre a ordem distintiva de cada um destes pontos surgem uma boa parte da economia das frustrações com os sistemas representativos. Na medida em que a realização de eleições e a escolha de um representante dota este último de autonomia relativa ante o eleitorado, a posição central da responsividade deixa de ser o resultado de um ponto de equilíbrio, ou de um ponto coincidente entre os eleitores e os eleitos. Por isso, eleições realizadas em um momento e decisões em outro momento trazem ganhos de eficácia para os governos, porém, não sem dotar estes mesmos governos de relativa autonomia perante os representados. De

modo grosseiro, os eleitores aceitam este arranjo em que dão autoridade e autonomia desde que tenham cumpridas as promessas eleitorais, os programas apresentados em campanha, ou seja, desde que exista o mínimo de **responsividade**.

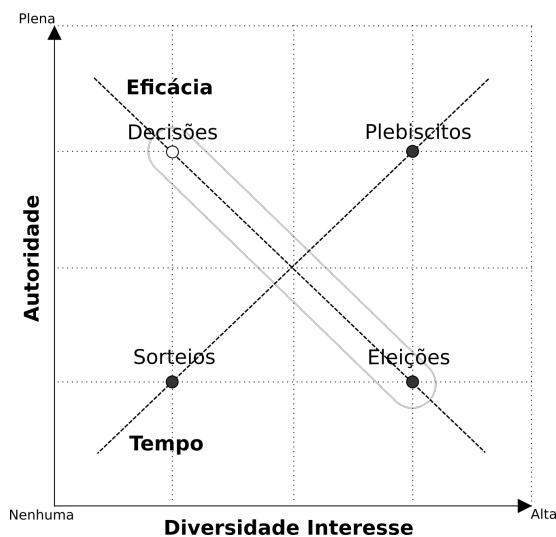


Figura 1.1: **As Seleções da Democracia.**

Fonte: Elaboração do autor.

O esquema apresentado na figura 1.1, na página 9, tem o objetivo operacional de sintetizar as informações trabalhadas sobre a distinção elementar entre as eleições e as decisões. Ao ler algum ponto dentro do esquema lembrarmos da democracia plebiscitária de Weber (SELL, 2011, p. 153), por exemplo, vemos que os **Plebiscitos** são momentos de decisão coletiva que tendem a levar em consideração muitos interesses, que tomam uma boa parcela do tempo de todos, do tempo social, e que carregam em sua realização uma capacidade de realização de autoridade tão boa quanto as decisões dos eleitos de maneira isolada, ou até melhor que elas. O problema reside no fato de que um sistema de tomada de decisões baseado neste tipo de tomadas, reduzem a autonomia dos governos, tendem a reduzir os espaços das minorias, e podem chegar a paralisar o próprio sistema. Em contrapartida, se lembrarmos dos minipúblicos (RUBIÃO, 2018, p. 702), os *minipopuli* de Dahl (1989, p. 141-142), no ponto oposto da mesma diagonal estão os **Sorteios**, estes, por sua vez, podem ser utilizados na tomada de decisão, seus principais benefícios são o de reduzir exponencialmente o tempo empregado por parte da sociedade na resolução do problema decisório em tela, porém, este mecanismo tende a se distanciar da ideia de realização de muitos interesses, da mesma forma que fica reduzida a relação de autoridade entre os interessados e os governos, o sorteio é um mecanismo interessante para reduzir a conta da autoridade. Por fim, as mais importantes, as **Eleições**, são sacadas das decisões políticas, criam uma convenção, e na verdade consolidam um mecanismo convencional, em que, espera-se: reforçarem o mecanismo de seleção de uma autoridade, de um governo e de um corpo de representantes que opere, após eleitos, com relativa autonomia,

legitimidade e distância da diversidade dos interesses.

1.2.2.2 O regime representativo

A defesa de Sartori às democracias representativas e o exemplo de Dahl, nos trouxeram a conclusão de que, na medida em que armam-se os dilemas do autogoverno, crescem em importância os mecanismos de transmissão do poder de decisão Sartori (1994a, p. 159). A administração cotidiana de enormes contingentes populacionais, em nações igualmente enormes exige, necessariamente, a utilização de alguma técnica de transferência da autoridade. É importante lembrar que o surgimento da democracia como regime de governo representativo está atrelado à derrocada dos regimes absolutistas, e que, da mesma forma que o próprio conceito de democracia o conceito de representação teve os limites de sua elaboração demarcados pelo avanço histórico decorrentes do próprio processo de democratização.

As revoluções burguesas entre os séculos XVII e XVIII, de certa forma, fizeram popularizar o que em termos legais Hobbes colocara: ao soberano a função de representação. Do material da teoria política clássica duas questões se colocaram: a “polêmica sobre o mandato e a independência” e a “relação entre a representação e a democracia” Pitkin (2006, p. 29 e 30). Se inicialmente o termo “representante” era exclusivo da figura do soberano, um termo dedicado portanto ao Rei, aos poucos, o termo passou a ter seu limite ampliado para também abarcar o conjunto do Parlamento.

No século XV, à medida que os Comuns passaram a atuar como um corpo unificado, os membros do Parlamento ocasionalmente eram mencionados como, em conjunto, “procuradores e delegados de todos os condados (...) e de todas as pessoas do país” (...) A elaboração adicional de que cada membro do Parlamento atua para a nação como um todo veio ainda mais tarde. Esse princípio foi reconhecido no início do século XVII, quando Coke escreveu nos *Institutes*: “observe-se que, embora [o membro do parlamento] seja escolhido por um condado ou comunidade particular, quando ele é enviado ao Parlamento, e nele obtém assento, ele serve ao país como um todo, pois a finalidade de sua ida para lá é geral, como está escrito no documento de sua eleição”. (PITKIN, 2006, p. 23 e 24)

Ambas polêmicas são bem colocadas ao serem lançadas duas questões. A primeira delas fomenta um debate teórico e normativo: **Um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor?** Ou seja, esta questão centraliza a discussão sobre os limites de autonomia que um representante eleito levaria no cotidiano de sua atividade. A segunda questão, também normativa, porém de sentido mais operacional, tangencia a questão geográfica e territorial: **O representante o**

é por conta de seu eleitorado e seu distrito, e a ele prestará contas, ou o representante o é por toda a nação? A discussão se desenvolveu, essencialmente, entre duas ideias: em uma o representante é representante de pessoas, em outra o representante é representante de interesses. Enfim, ao ser posicionado como o regime de governo amplamente difundido e moderno que é hoje “Se o governo representativo tinha defeitos, esses defeitos eram atribuídos ao sistema eleitoral particular, ao sistema partidário ou à exclusão de algum grupo do sufrágio.” Pitkin (2006, p. 42).

A centralidade das eleições na determinação dos ocupantes dos cargos públicos e a necessária periodicidade de sua ocorrência é a premissa maior para os regimes representativos. Não existe representação quando os governos não são periodicamente eleitos pelos seus governados. Por mais que a natureza da representação seja objeto de longas e constantes controvérsias, existe um consenso normativo e muito claro “no entendimento de que não existe representação quando os governantes não são periodicamente eleitos pelos governados.” Manin (1995, p. 5).

Isso não significa que os cidadãos comuns têm apenas uma posição subordinada no governo representativo. Embora o povo não governe, ele não está confinado ao papel de designar e autorizar os que governam. Como o governo representativo se fundamenta em eleições repetidas, o povo tem condições de exercer uma certa influência sobre as decisões do governo: pode, por exemplo, destituir os representantes cuja orientação não lhe agrade. Por outro lado, o governo representativo pode ser um governo de elites, mas cabe aos cidadãos comuns decidir que elite vai exercer o poder. (MANIN, 1995, p. 6).

Ou seja, o esquema apresentado na figura 1.1, na página 9 da seção anterior, além de ter o objetivo operacional de sintetizar as informações trabalhadas sobre a distinção elementar entre as eleições e as decisões, resume o estado geral de realização dos governos representativos, não sem desconhecer os pontos problemáticos que elas carregam, ou melhor, os pontos que elas, as eleições, não são capazes de resolver dentro das poliarquias. “A superioridade do sistema representativo se encontra no fato de permitir um distanciamento entre as decisões do governo e a vontade popular.” (MANIN, 1995, p. 6).

Uma das leituras mais contundentes sobre o papel das eleições nas democracias representativas sustenta duas posições: uma, sobre a importância e outra, sobre insuficiência das eleições e da mecânica da representação, uma baseada no **mandato** e outra baseada na **prestação de contas**. Do ponto de vista do mandato as eleições servem para selecionar bons políticos e boas políticas. Do ponto de vista da prestação de contas as eleições servem para sustentar os resultados observados. Em um modelo de mandato puro, eleitores comparam as promessas feitas pelos candidatos sobre o

futuro e usam o voto somente para escolher o melhor candidato. Em um modelo puro de prestação de contas, os eleitores utilizam o voto apenas com um propósito: sancionar o representante, e toda informação disponível para os eleitores é revelada pelo desempenho do governante.

Governments are “accountable” if citizens can discern representative from unrepresentative governments and can sanction them appropriately, retaining in office those incumbents who perform well and ousting from office those who do not. An “accountability mechanism” is thus a map from the outcomes of actions (including messages that explain these actions) of public officials to sanctions by citizens. Elections are a “contingent renewal” accountability mechanism, where the sanctions are to extend or not to extend the government’s tenure.

Em resumo, o ponto é que (...) Remanesce o fato de que os eleitores terem apenas um instrumento para alcançar dois objetivos: escolher as melhores políticas e os melhores políticos, e induzir os últimos a comportar-se bem enquanto estiverem no cargo Manin, Przeworski e Stokes (2006, p. 125 e 126). Se por um lado as eleições e as técnicas de representação sustentam a possibilidade de alguma responsividade no sentido dahlsiano, por outro, é muito claro que este instrumento sozinho não é suficiente para garantir que um governo seja de fato representativo. A multiplicidade das combinações e dos arranjos das instituições democráticas, afinal, permitem a representação e abrem espaços à responsividade, mas o “controle dos cidadãos ainda é altamente imperfeito” conforme lembram Manin, Przeworski e Stokes (2006, p. 132).

1.2.3 As Seleções da Democracia II: Eleições e Partidos

A competição entre as elites organizadas em partidos para ocupar o governo em eleições regulares, chamada competição eleitoral, é um requisito fundamental para as poliarquias. O evento das eleições é o *locus* de todo um arranjo institucional que regula o processo de interação competitiva entre as elites, as organizações partidárias e o eleitorado. É este arranjo que tende a ser o melhor dentre os modos de coisas que sustentem a democracia Przeworski et al. (1997, p. 131 e 132). O interesse na obtenção de cargos move os partidos no sentido de aceitarem as regras, e a de entrarem em contato rotineiro, mesmo que mínimo, com o eleitorado, e isso se mantém mesmo quando são derrotados. Este arranjo mantém o sistema de contestação pública, permite a livre ocorrência, e ajusta os envolvidos às situações e aos resultados posteriormente obtidos.

1.2.3.1 O sistema eleitoral

A eleição é um evento pontual, um procedimento de ocorrência periódica, que tem o objetivo de produzir um conjunto relativamente pequeno de selecionados, quando comparados aos votantes, composto por dois subconjuntos, os administradores e os representantes, e que é uma das principais engrenagens na maquinaria das democracias. Além das características mais gerais das eleições como realizações eventuais apresentadas, nestes termos, em comparação com as decisões, e da definição das eleições como peça integrante dos sistemas representativos, cabe colocar que as eleições possuem atributos específicos e altamente desejáveis para as democracias, e são aplicadas a uma sorte de organizações. Nas sociedades modernas, os dirigentes de muitas organizações são escolhidos pelo voto de seus membros (NICOLAU, 2012 (1999)).

Deixando o registro grosso da ideia e abordando as eleições por termos mais próximos aos fundamentos sociológicos e politológicos do assunto: As eleições e os sistemas eleitorais são, respectivamente, os procedimentos e o arranjo institucional que tratam da operacionalização do processo de realocação da autoridade política dos eleitores para os candidatos através de um dado método de seleção e de um método de cômputo de votos, em suas faces processuais e operacionais, e que dentre outros, são os mais difundidos e amarrados às democracias. De modo muito claro e direto, define Nicolau (2012 (1999), p. 10): **“O sistema eleitoral é o conjunto de normas que define como o eleitor poderá fazer suas escolhas e como os votos serão contabilizados para ser transformados em mandato.”**

Até este ponto chegamos ao entendimento geral de que falar de poliarquia e de democracia é falar em eleição e sistema eleitoral, ou melhor, em eleições e sistemas eleitorais, no plural. Afinal, pode existir e existe mais de uma forma em que os votos são transformados em posições representativas ou de governo. A cada uma das formas, além das regras, corresponde a aplicação de uma fórmula eleitoral. A **fórmula eleitoral** trata dos procedimentos de contagem de votos para fins de distribuição das cadeiras disputadas Nicolau (2012 (1999), p. 10). E existem, segundo a literatura, verdadeiras famílias de fórmulas eleitorais que podem ser organizadas de acordo com alguns princípios gerais sob as quais operam. Por exemplo, algumas eleições elegem apenas um posto e o candidato mais votado é o que obtém este posto. Outras eleições, numa outra extremidade do raciocínio, contam com mais postos, por exemplo, 9 postos, que por sinal é um número comum entre os municípios brasileiros. Nestas, vários candidatos podem chegar a ocupar um dos postos, desde que seus partidos tenham obtido fração significativa de votos.

O primeiro exemplo é uma eleição pertencente à família de eleições majoritá-

rias. O segundo exemplo é um caso de eleições pertencentes aos sistemas eleitorais de família proporcional. Mais uma vez, Nicolau (2012 (1999), p. 13), detalha especificamente estas diferenças empregando para tal um dos trabalhos mais importantes na literatura sobre as influências das regras eleitorais na constelação dos partidos, o trabalho de Douglas Rae:

Com base em critérios mais gerais de legitimidade para um candidato ser eleito, Rae (1967) identificou três fórmulas eleitorais: (a) **maioria simples** (pluralidade), (b) **maioria absoluta**; e (c) **proporcional**. O propósito da maioria simples é garantir a eleição do(s) candidato(s) que obtiver(em) mais votos do que todos os concorrentes. (...) O objetivo da fórmula proporcional é assegurar que os partidos estejam representados no Legislativo em proporção aproximada à de seus votos. (NICOLAU, 2012 (1999), p. 13).

O ponto então reside em comparar os principais efeitos obtidos após a operação destas regras. Um dos trabalhos mais marcantes na história das análises sobre os partidos políticos, sem dúvida, é o de Maurice Duverger. Ao se dedicar às implicações dos **sistemas eleitorais** sobre os **sistemas partidários**, Duverger (NICOLAU; SCHMITT, 1995) colaborou com os estudos dedicados às democracias multipartidárias, e delimitou a existência de dois **efeitos das regras eleitorais sobre a dinâmica do sistema partidário** que são explorados e empregados até hoje, em boa parte das análises publicadas em artigos de periódicos. O primeiro efeito de controle do sistema eleitoral é o dado pelo cálculo de conversão de votos em cadeiras, o qual é chamado de **efeito mecânico**. As fórmulas eleitorais recompensam os maiores partidos. O segundo efeito, estritamente atrelado ao mecanismo operacional do primeiro, é o **efeito psicológico**. Os eleitores tenderiam a deixar de votar nos partidos com pouca chance de sucesso eleitoral. Casados, os dois significam o controle da dinâmica do número de partidos eleitorais com chances de se tornarem partidos parlamentares. (NICOLAU, 2012 (1999); NICOLAU; SCHMITT, 1995; NICOLAU, 2006).

Entretanto, entre as regras e os destinos históricos e políticos muitos são os casos de diversos sistemas políticos que não apresentam toda a qualidade desejada, tanto teoricamente quanto do ponto de vista da demanda dos cidadãos. Apenas para listar algumas críticas comumente tomadas na literatura sobre sistemas eleitorais e regimes representativos, elaborei uma lista com alguns pontos. Meu intento não está em resolver, ou apresentar as soluções da literatura para cada um deles, meu intento é o de apresentar algumas vias de eventuais discussões, sérias discussões operadas pela Sociologia Política e pela Ciência Política em vários lugares do mundo. As principais críticas às eleições e aos sistemas eleitorais representativos podem ser relacionadas nas seguintes colocações:

1. A crítica do **desinteresse** e da **alienação** aponta que as características eventuais das eleições e dos sistemas eleitorais representativos faz com que os eleitores tenham sua participação diminuída, e os torna, conseqüentemente, menos afeitos à participação democrática, em razão da segurança e da manutenção da ordem política, do regime.
2. A crítica da **desmobilização** gerada pela alienação e pela redução da participação ao voto esporádico implica em paulatina redução da legitimidade do sistema, onde os eleitores simplesmente delegam ou tendem a torna-se mera plateia diante das realizações do governos e dos representantes.
3. A crítica da **desproporcionalidade mecânica** aponta que as eleições e os sistemas eleitorais e uma parte considerável das fórmulas eleitorais empregadas na transformação operacional de votos em cadeiras sobre-representa os partidos mais votados, enquanto sub-representa outros partidos.
Efeitos mecânicos.
4. A crítica da **desproporcionalidade descritiva** aponta que as eleições e os sistemas eleitorais excluem de maneira sistemática os grupos de interesse historicamente afastados e os grupos minoritários, como as mulheres, os negros, os homossexuais e os indígenas. **Efeitos mecânicos. Efeitos psicológicos.**
5. A crítica da **desproporcionalidade substantiva** aponta que as eleições e os sistemas eleitorais reforçam a exclusão sistemática dos interesses dos grupos historicamente afastados e das minorias, como as mulheres, os negros, os homossexuais e os indígenas sequer sejam atrativos aos candidatos e partidos; os eleitos se desinteressam sistematicamente desses interesses. **Efeitos mecânicos. Efeitos psicológicos. Efeitos simbólicos.**
6. A crítica da **desproporcionalidade simbólica** aponta que as eleições e os sistemas eleitorais desestimulam o reconhecimento, a conexão entre os grupos minoritários e os seus representantes, ou possíveis representantes seus interesses. **Efeitos mecânicos. Efeitos psicológicos. Efeitos simbólicos.**

Os efeitos mecânicos, psicológicos e simbólicos são **externalidades** positivas ou negativas, derivadas das interações entre os sistemas eleitorais e sistemas partidários. Estritamente relacionadas à escolha política do regime eleitoral, a depender

do modelo construído de democracia e derivadas da aplicação das fórmulas eleitorais. Cada um dos pontos, por si só, merece e contra trabalhos de pesquisa completos, ou mesmo frentes amplas de pesquisa. Meu ponto, mais uma vez, está em relacionar, selecionar e resumir alguns detalhes que se apresentaram ora desconectados ora dispersos pela literatura. Como fruto da ação política, da construção da ordem política, cada escolha e cada sistema depende de construir ou de passar por fases de construção de suas justificativas, como lembra (CARVALHO, 1991):

(...) lançando mão de argumentos antigos, atuais **defensores dos sistemas majoritários**, como Duverger e Hermens, embora reconhecendo os resultados desproporcionais advindos desses sistemas, minimizam, ou mesmo desconsideram, seu impacto negativo, visto que, antes de espelhar em detalhe as diversas opiniões, caberia à representação parlamentar desempenhar prioritariamente função de governo.

(...)

Os **defensores dos sistemas proporcionais**, por outro lado, voltam suas críticas aos efeitos supostamente antidemocráticos derivados das fórmulas majoritárias. Afirmam que, se a representação fidedigna da vontade popular constitui um dos princípios básicos da institucionalidade democrática, as fórmulas majoritárias contrariariam, inevitavelmente, este princípio pois excluiriam ou sub-representariam, a cada eleição, parcela expressiva da sociedade. No interior do sistema partidário, isto implicaria a sobre-representação dos grandes partidos e a sub-representação dos pequenos. (CARVALHO, 1991, p. 55).

À guisa de conclusão desta seção, de modo sintético, Nicolau (2012 (1999), p. 30), especifica que para os primeiros, “mais do que garantir uma representação precisa dos partidos, a função das eleições é produzir governabilidade.”, para os outros, “o argumento tradicionalmente empregado em defesa da representação proporcional de lista é o de que tal sistema garante uma equidade na relação entre votação e representação dos partidos.” Nicolau (2012 (1999), p. 50). E Carvalho, acentua ainda que ambas posições, as duas linhas argumentativas apresentam qualidades e propriedades, no mínimo extrapoladas, posto que, para os primeiros, da “formação de governos de base parlamentar estável, não se segue que os governos eleitos sob esse sistema obtenham êxito no momento da implementação de políticas que digam respeito à totalidade do eleitorado.”(CARVALHO, 1991, p. 55), e para os segundos, os defensores dos sistemas proporcionais, “deixam de mencionar a dificuldade de aplicação desse princípio numa segunda etapa, tão importante quanto a primeira, do processo de re-

apresentação da vontade popular, a saber, aquela em que as cadeiras parlamentares se convertem em poder governamental”.(CARVALHO, 1991, p. 55–56).

Sartori chama atenção, de início, para um fato que usualmente passa despercebido aos olhos dos analistas: o impacto das leis eleitorais se faz exercer diretamente sobre o eleitor e só indiretamente sobre o sistema partidário. Com isso ele pretende assinalar, o que será importante no desenvolvimento ulterior de sua análise, que as leis eleitorais incidem sobre o local onde o eleitor vota, ou seja, no âmbito do distrito: o sistema partidário, no entanto, trata-se de um resultado agregado, diz respeito ao conjunto do país. (CARVALHO, 1991, p. 56).

1.2.3.2 Os partidos

Enquanto as eleições e os sistemas eleitorais determinam legalmente os procedimentos e o arranjos institucionais que tratam da operacionalização do processo de realocação da autoridade política dos eleitores para os candidatos através de um dado método de seleção e de um método de cômputo de votos, em suas faces processuais e operacionais, é impossível, por outro lado, falar de democracia, de poliarquias e regimes representativos de governos, sem falar dos operadores políticos, dos empreendedores políticos que conformam toda uma sorte de novas organizações, tão recentes quanto a própria experiência democrática na história dos regimes políticos, as organizações partidárias. É impossível falar de democracia sem falar de partidos políticos. Como defende Dahl (2001, p. 147), que coloca ao lado dos regimes eleitorais essas organizações políticas: “nenhuma instituição política molda a paisagem política de um país democrático mais do que seu **sistema eleitoral e seus partidos**. Nenhuma apresenta mais variedade”. A própria democracia é democracia de partidos (EPSTEIN, 1980).

A preocupação com a origem e a função dos partidos dentro dos regimes de governo representativo é uma discussão de longa data. Retomá-la de forma integral foge ao escopo deste empreendimento de pesquisa. Ao ponto que nos cabe, basta entender que em um primeiro momento esteve muito mais atrelada aos atributos normativos da representação e aos traços históricos e sociais dos grupos que chegavam ao poder, do que aos atributos próprios às legislações eleitorais e organizações partidárias formais (SEILER, 2000, p. 12). Ao serem levantados os estudos sobre partidos políticos, as principais variáveis mobilizadas pelos diversos autores, quase sempre, tendiam a cumprir uma rota de influências, ou mesmo de determinação, que seguia da sociedade para a política. Entretanto, com a implementação progressiva dos regi-

mes de governo representativos, com a ampliação das franquias de sufrágio, e com a progressiva liberdade dada às organizações partidárias, a discussão tomou outra diretriz. O imperativo tornou-se, com mais força e cada vez mais, a implementação da máxima “um homem, um voto...”. Multiplicaram as formas de se fazer e de se estruturar essa máxima. Ao lado da difusão dos regimes democráticos, principalmente após a Segunda Guerra, novas frentes de interpretação começaram a destacar fatores propriamente institucionais e políticos que viessem explicar o desenvolvimento do jogo político, a sorte da ordem política.

Um dos pontos de destaque dessas sequências de desenvolvimento no pensamento político é a elaboração de uma definição de partido político menos dependente das variáveis organizacionais sociológicas e mais claramente institucionais legais. A obra de Seiler (2000), além de resgatar boa parte do percurso histórico ao qual estou me furtando, nos coloca, por exemplo, duas definições mais voltadas ao comportamento organizacional. Ambas trazem marcadores de interesse nesta análise. Uma delas, a primeira é de Maurice Duverger e a segunda é Joseph La-Palombara e Myron Weyner:

“Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados pelo país (seções, comitês, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras”.

(...)

“Um partido caracteriza-se por; 1. a continuidade na organização, isto é, uma organização cuja esperança de vida não depende daquela de seus dirigentes atuais; 2. uma organização visível e verossimilmente permanente em nível local, dotada de comunicações regulares e de outros modos de relacionamentos entre os escalões locais e nacionais; 3. uma vontade consciente dos dirigentes em conquistar e conservar o poder de decisão, sozinho ou em coalizão, tanto em nível local como nacional, em vez de influenciar simplesmente o exercício do poder; e 4. uma preocupação da organização em ganhar partidários, por ocasião de eleições ou outras oportunidades de conquistar o apoio do povo”.

(SEILER, 2000, p. 24)

Tanto a primeira definição, quanto a segunda definição, trazem em seu núcleo a liberdade de organização, a liberdade de expressão e a liberdade de disputa por votos, não na mesma medida, mas claramente colocadas como princípios. Há uma estreita relação entre o desenvolvimento da democracia, o desenvolvimento das organizações partidárias, desenvolvimento do sistema partidário (NICOLAU, 1996; BRAGA, 2006;

BRAGA; JÚNIOR, 2011; DAHL, 2001; SARTORI, 1994b). Como coloca Kinzo (2004), tarefas especificamente partidárias estão na gênese da relação democrática e na atuação específica entre os eleitores e as elites, os dois agentes da democracia declarados por Schumpeter. O autogoverno dos grandes números e das grandes áreas, além de exigir a utilização de alguma técnica de transferência da autoridade, exigiu algum grau de conformação das elites e de suas tarefas diante do eleitorado, e do eleitorado e de suas tarefas ante suas elites, o que *grosso modo*, fez surgir um novo cenário de atuação dos especialistas políticos e da organização política. As tarefas que fazem parte dos empreendimentos e dos projetos políticos, tocados por operadores tenderam a serem operados cada vez mais por aqueles envolvidos, quase que completamente, e hoje, pode-se dizer que completamente, dedicados a atuação política. Como reforça Kinzo (2004, p. 25), existem tarefas especificamente executadas pelos partidos políticos:

1. estruturar a disputa eleitoral, ou seja, definir e diferenciar as opções a serem oferecidas ao eleitor, facilitando o ato de votar e possibilitando a construção de identidades políticas; e
2. mobilizar o eleitorado, isto é, incentivar o eleitor a ir às urnas e a votar em uma das opções oferecidas, opções que se constituem como agregações de preferências, ou seja, representação de interesses. (KINZO, 2004, p. 25).

Além de sua atuação no mercado eleitoral, os partidos são organizações importantes por uma série de motivos, em lista: por serem agentes da representação, por serem significativos para o eleitorado, por formularem agendas mais gerais, por estimularem o alinhamento dos grupos, por legitimarem a democracia, por acessarem a recursos clientelísticos, por ordenarem a vida legislativa, por serem formuladores de políticas públicas, por apoiarem executores, pela competição entre eles ser impactante, por induzirem os atores perdedores e ganhadores a respeitarem compromissos, e por promoverem lideranças competentes (MAINWARING, 2001, p. 40–45). Sendo ainda mais específico em suas funções, além de serem os partidos as organizações que aceitam e submetem-se às regras do mercado eleitoral apresentando seus candidatos, são eles as organizações que, como afirma Panebianco, “operam na arena eleitoral, na qual competem por votos” e que “quaisquer que sejam as outras arenas que dividam com outras organizações, os partidos são os únicos” que fazem isso (PANEBIANCO, 2005). Estes dois pontos finais, definem muito bem o influxo de especialização na definição dos partidos, e traçam o corte mínimo de uma definição restrita de partido político, a tabela 1.2 sintetiza as duas definições dispostas por Nicolau.

Ampla	Restrita
Procura dar conta de todas as dimensões do fenômeno partidário.	Preocupa-se exclusivamente com a dimensão competitiva.
Partidos são organizações que atuam na arena eleitoral em países democráticos, partidos únicos dos regimes fechados, partidos militantes (religiosos, étnicos, regionais, ideológicos) que operam à margem do sistema político com ação extra-parlamentar.	Partidos são organizações que participam das eleições em países democráticos.
Não é possível construir uma teoria geral dos partidos com base nos pressupostos da definição restrita, que exclui de sua análise os sistemas unipartidários e os partidos anti-sistema.	Existem diferenças relevantes entre essas organizações, juntá-las em uma mesma definição significaria perder em termos de precisão analítica.

Tabela 1.2: **Definições de Partido.**

Fonte: Elaboração do autor baseada em exposição de Nicolau (1996).

A definição operacionalizada no escopo deste trabalho delimita-se entre a definição restrita de partido e a definição ampla, com características mais voltadas à definição restrita. Ao falar, portanto, de **partidos e partidos religiosos**, estarei me referindo a legendas partidárias que: Quanto ao primeiro ponto, tenham comportamento observável na dimensão competitiva, sendo a apresentação das legendas nos pleitos o ponto mais importante, no mais, quanto a outros aspectos organizacionais, não entram no escopo do trabalho. Quanto ao segundo ponto, me interessa a participação eleitoral dos partidos, mas a sua atuação apenas militante, não entra no escopo de interesse. E que, quanto ao terceiro ponto de ambas, não entram no escopo de interesse das questões de pesquisa que tenho colocado. Em boa parte do desenvolvimento das discussões entrarei em contato com outros aspectos da vida partidária eleitoral, principalmente ao tratar das legendas que apresentam afinidades com os grupos latentes religiosos, não tomar alguns pontos para discussão dos resultados, por exemplo, restringe demais o que há de interessante do objeto, que, de fato, é um interesse na relação entre as duas esferas. Porém, o interesse da questão de pesquisa, vale frisar, está, quase que exclusivamente na realização eleitoral das legendas, sendo portanto, uma definição restrita a mais adequada.

1.2.3.3 O sistema partidário

Uma parte substantiva das questões levantadas sobre a qualidade da representação e dos partidos políticos foi proposta, primeiramente, por filósofos e pensadores políticos envolvidos na constituição das grandes democracias modernas. Caso, por exemplo, dos Federalistas, como James Madison, e dos filósofos utilitaristas (PITKIN, 2006, p. 40). Logo após o término da segunda guerra, os questionamentos foram relocalizados. O clássico de Maurice Duverger é o maior exemplo da produção do período Nicolau (1996). Estudo que não tratou somente da genealogia e da função dos partidos, uma discussão que tendera a rechaçar as lendas, mas tratou também de uma relação que se tornaria paradigmática nos estudos que, após ele, se dedicassem aos partidos e aos sistemas partidários: a relação entre o sistema eleitoral e o sistema partidário.

Em resumo, Nicolau (1996, p. 30) expõe que o período em questão trouxe, em uma perspectiva, tanto uma nova proposta de trabalho como a conformação de um novo campo de estudos. Se até os anos 50, a literatura sobre partidos e sistemas partidários declarava uma posição rígida em favor do sistema partidário controlado, sinônimo de dois partidos. Duverger, mais propriamente até os anos 60, mostrou que o número de partidos presentes em um sistema partidário está relacionado às regras e aos mecanismos de conversão de votos em cadeiras do sistema eleitoral. O número de partidos, portanto, é um problema institucional e plenamente controlável. E as duas proposições de Maurice Duverger (1980) que ficaram conhecidas as **Leis de Durverger**, são elas:

1. O sistema majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos;
2. O sistema majoritário de dois turnos e a representação proporcional tendem ao multipartidarismo.

Este trabalho não retomará os testes ou reconsiderações realizados sobre essas duas proposições de modo estrito. Elas servirão como parâmetros interpretativos sobre as informações que seguirão, principalmente ao descrevermos a competição eleitoral nos municípios brasileiros. Como bem coloca Carvalho (1991), as proposições de Duverger servem como ponto de partida, mas foram criticadas ao longo do tempo, sendo um dos seus revisores mais contundentes Giovanni Sartori, conforme nos lembra, principalmente pelo no que diz respeito à configuração dos efeitos das regras:

que a influência direta do sistema eleitoral sobre aquele que vota pode ser de duas naturezas: ora constrange, ora libera o eleitor. Nesse último caso, se deduziria que os sistemas eleitorais

não produzem qualquer efeito, seriam, na terminologia de Sartori, sistemas eleitorais fracos. Esse é o caso dos sistemas proporcionais puros. Vale notar que, ao classificar os sistemas proporcionais nessa categoria, Sartori rebate a suposição de Duverger sobre o efeito multiplicador do número de partidos imputados a esses sistemas. (CARVALHO, 1991, p. 59–61)

Abaixo resgatei o mesmo trecho, que na tradução de Carvalho (1991):

O efeito restritivo sobre o eleitor não pode ser lido como um efeito redutivo sobre o número de partidos que compõem o conjunto do sistema. Ou seja, não se pode dizer, de forma simplificada, que o sistema de 'pluralidade' tende a produzir um sistema de dois partidos. A razão, que seja repetida e enfatizada, parece evidente: o eleitor se acha restrito no lugar onde vota. Daí nenhum sistema eleitoral pode reduzir o número de partidos relevantes no plano nacional, a menos que os mesmos dois partidos sejam os competidores relevantes em todos os distritos. Sartori (2003, p. 55)

Estas observações estão interligadas a um mesmo cerne: a preocupação existente com o número de partidos. Digo, dentre as preocupações centrais encerradas na questão da sobrevivência dos sistemas representativos de governo, estão como instituições políticas podem sobreviver nos cenários de disparidades econômicas e políticas encaradas pelos países não desenvolvidos e em cenários culturais heterogêneos. Este tipo de preocupação se acentuou, vale lembrar, justamente no rol das questões propiciadas no bojo da teoria da modernização e dos diagnósticos e prognósticos para os países subdesenvolvidos em contraposição aos países desenvolvidos.

De posse desta noção relacionada às proposições de Duverger, nesta seção, **relaciono o problema da heterogeneidade social às instituições eleitorais partido da noção de que a adesão das sociedades aos sistemas poliárquicos está diretamente relacionada ao fato de serem capazes de influenciarem os resultados eleitorais e ao fato de serem consideradas nos jogos de coordenação eleitoral.** Neste sentido, quanto mais diversa uma dada população, maior seria o impacto possível dessa diversidade no sistema eleitoral e na configuração final do sistema de partidos.

Quais os impactos políticos das heterogeneidades sociais? Sendo ainda mais específico sobre o local de interesse nesta pesquisa, sobre as realizações locais do sistema eleitoral e do sistema partidário brasileiro sabemos que sistemas eleitorais majoritários resultam em maior concentração, quase uma bipartidarização do sistema partidário, e sistemas eleitorais proporcionais resultam em maior fracionalização do

sistema partidário, e que isso favoreceu a entrada de partidos no sistema representativo dos municípios (PEIXOTO; GOULART, 2014).

1.2.4 As Adesões da Democracia

As eleições e a competição entre os partidos são fundamentais para as poliarquias. O fato de as elites e as organizações partidárias estarem regularmente sujeitas ao escrutínio e à aprovação pelo sufrágio popular cria tendências gerais no sentido da representação e da responsividade. Mas, não é por serem lógica e teoricamente fundamentais que as elites teriam interesses e manteriam seus comportamentos dentro deste estado de coisas eventualmente instituído. Afinal, uma parcela substantiva dos operadores políticos movimentados tende a não ganhar eleições. Portanto, uma questão, importantíssima, senão limítrofe da manutenção da ordem política seria: **O que faz com que os derrotados aceitem a derrota e esperem as próximas eleições?**

Como a questão envolve princípios e dimensões distintas, dependente da abordagem e dos princípios analíticos mobilizados, a resposta para essa questão tende a ser parcelada. Uma parte da resposta para esta situação é oferecida pela teoria da poliarquia, porém, como veremos, existem alguns percalços na adoção da resposta formal da teoria da poliarquia. Ao lado do custo de supressão, que é a resposta colocada por Dahl, existe a manutenção interessada do sistema por conta de, ao mantê-lo, manterem-se as possibilidades futuras de realização dos seus próprios interesses.

1.2.4.1 A adesão das elites

A institucionalização das incertezas eleitorais A resposta de Dahl ao questionamento da rejeição dos resultados eleitorais por parte das elites resolve parcialmente o dilema, a saber, resolve para a parte vencedora, para os governos, apontando alguns elementos de sustentabilidade das oposições. (DAHL, 2015 (1971), p. 36-38) Para tal são estabelecidos três axiomas que tratam dos custos de repressão e dos custos de tolerância, resumidos: O ponto de equilíbrio econômico entre os animados empreendedores políticos em competição é resumido pela seguinte disposição.

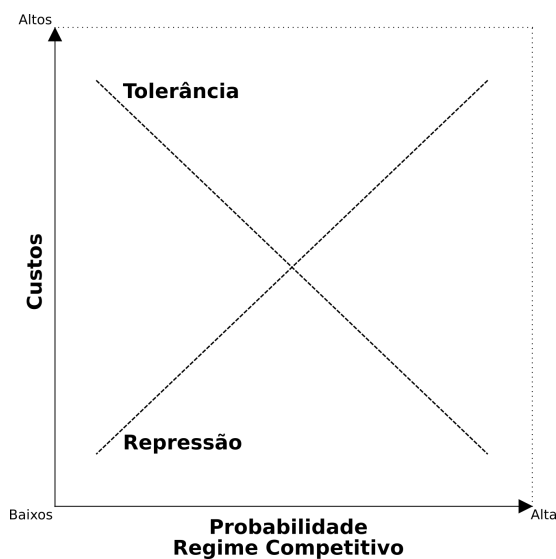


Figura 1.2: **Equilíbrio: Custos de Repressão e Custos de Tolerância.**

Fonte: Poliarquia, Participação e Oposição, Dahl (2015 (1971), p. 37).

A resposta de Dahl é constituída sobre uma matriz de raciocínio originalmente econômica. O que quero dizer com isso é que, transplantando a ideia de um mecanismo similar ao mecanismo da “mão invisível do mercado”, a solução proposta pelo teórico deriva de leitura dos economistas dos equilíbrios inerentes aos objetivos e preços realizados nos mercados. É importante colocar esse paralelo por que até então, pelo menos no que me é possível perceber da teoria da poliarquia, não se tratou de determinar problemas ligados ao desenvolvimento geral das sociedades democráticas, trata-se de justificar o arranjo político da democracia, do direito político liberalizado, ou seja, de ampliação do sufrágio aos pobres e trabalhadores e de sustentar que o equilíbrio interessante é o equilíbrio dos agentes envolvidos no processo diretamente, dos cidadão politicamente ativos e das suas organizações de posição e de oposição. Da mesma forma que o mercado é o ajuste mais proveitoso para as realizações das disposições e dos interesses dos agentes econômicos para uma série de economistas, a poliarquia é o ajuste mais proveitoso para as realizações das disposições e dos interesses dos agentes políticos. A poliarquia no seu melhor estado possível, ou seja, a democracia, é uma situação ideal onde o ponto de equilíbrio econômico entre os animados empreendedores políticos em competição resulta da relação entre dois custos apresentado acima, no modelo da figura 1.2. m economia, particularmente nos estudos referentes a contabilidade de custos, o ponto de equilíbrio econômico é o momento quando as receitas se igualam aos custos e despesas. É, portanto, o momento em que um produto passa a dar lucro.

Quanto mais baixos os custos de tolerância, maior a segurança do governo. Quanto maiores os custos de supressão, maior a

segurança da oposição. Conclui-se daí que as condições que proporcionam um alto grau de segurança mútua para o governo e para as oposições tenderiam a gerar e preservar oportunidades mais amplas para as oposições contestarem a conduta do governo. (DAHL, 2015 (1971), p. 37)

Mas, os axiomas de Dahl não encerram as causas das adesões, eles trazem as probabilidades das tolerâncias, elementares à possibilidade e à manutenção de um regime competitivo. Eles trazem um dos posicionamentos mais interessantes no que diz respeito à manutenção das instituições eleitorais e representativas, da própria competição, e das causas que levam, para além das tolerâncias, à efetiva adesão das partes na competição, é o dado por Adam Przeworski que coloca, em posição caricatural, mas, vale frisar, nada jocosa, é a de que a democracia é “um sistema em que os partidos perdem eleições” (PRZEWORSKI, 1994, p. 25). Ou melhor; um sistema que consegue, em boa medida, manter a animosidade de todos os envolvidos, das partes, das elites e dos partidos quanto às eleições, daqueles que são os cidadãos politicamente ativos, em suas cadeiras, obedecendo-se as devidas regras das institucionalidades e as regularidades dos processos, inclusive, minimizando os intentos de desqualificação dos resultados, ou seja, por tabela, naturalizando as derrotas. A democracia “é um sistema de desfecho regulado e aberto (*ruled open-ended*), em outras palavras, de incerteza organizada.” (PRZEWORSKI, 1994, p. 29). Nele, os partidos assumem institucionalmente duas situações diante da realização das eleições mantidas com certa regularidade: uma situação anterior, de incerteza, e uma situação posterior, dado o conhecimento dos dados eleitorais, de irreversibilidade dos resultados. Onde:

A incerteza inerente à democracia na realidade permite a ação instrumental. Como os atores podem atribuir probabilidades às consequências de suas ações, eles desenvolvem expectativas e calculam o que é melhor fazer. (...) Se os resultados fossem predeterminados ou totalmente indeterminados, não haveria razão para que os grupos se organizassem como participantes. A incerteza é o que os ativa no jogo democrático. (PRZEWORSKI, 1994, p. 29).

A condição de reversão dos resultados, ou melhor, de aceitação e não-reversão, é tratada com auxílio da teoria dos jogos. Neste ponto, é importante colocar, Przeworski realiza uma operação que é a de atualizar os pressupostos da adequação dos competidores aos jogos, atualizando a teoria política aos novos instrumentos utilizados pela economia para explicar as **situações de equilíbrio**. Para esta teoria existem dois resultados possíveis em situações de interações estratégicas em mercados tipi-

camente concorrenciais, são eles: os resultados espontaneamente aceitos, ou **equilíbrios**. Equilíbrios são situações em que cada ator age da maneira que lhe parece melhor, dado o que os outros fazem ou fariam, e dado que eles também o fariam, e, tratando das outras situações, as barganhas ou contratos, que são situações em que pelo menos um dos atores poderia ser melhor se ele agisse de outra maneira, mas o resultado prevalece porque uma força exógena exige sua aceitação (estes atores são chamados de “**caronas**”). O desincentivo a existência dos caronas está baseado na existência de uma terceira parte, uma parte reguladora, ou seja, há uma terceira parte que pune as “defecções”. Sobre estas;

há duas respostas possíveis para essa pergunta: ou a sanção se cumpre de modo descentralizado – isto é, há um número suficiente de atores que, movidos por seu interesse pessoal, punem a não-adesão a fim de manter o resultado cooperativo – , ou ela é centralizada, isto é, há uma agência especializada que dispõe de poder e motivação para punir os desertores, ainda que, ela própria, não seja penalizada por deixar de punir as defecções ou por aplicar sanções a comportamentos aquiescentes. (PRZEWORSKI, 1994, p. 41).

Existe ainda outra espécie de resultados, que são as normas, onde os empreendedores baseiam suas respostas estratégicas em valores, mas esses casos não interessam diretamente ao autor, por mais que uma parte da teoria dos jogos também tenha condições de trabalhá-la. (PRZEWORSKI, 1994, p. 39–44).

A despeito da adesão por parte dos atores diretamente envolvidos na dimensão competitiva da democracia o que leva às sociedades, de modo agregado, à aderirem e manterem um regime democrático? Os modelos de competição e de adesão dos competidores, dos cidadãos politicamente ativos e politicamente organizados, que compõem a lógica de adesão apresentada até então, explicam apenas uma parte de um modelo bidimensional da democracia, a parte da oferta. Esta relação das elites políticas com a população ainda exprime um modelo de democratização e de sucesso da empreitada democrático-eleitoral um tanto *top-down*. Na próxima seção, apresento uma das mais atuais leituras sobre a relação dos sistemas político-eleitorais com as sociedades, como retomo algumas das principais características analíticas da relação modelada.

1.2.4.2 A adesão dos comuns

Além da adesão por parte dos atores politicamente ativos, os partidos políticos e as elites políticas, que são diretamente envolvidos na dimensão competitiva da demo-

cracia, é necessário delimitar os traços básicos da adesão das massas governadas, os eleitores, que são aqueles que consolidam a dimensão da participação. Decerto, uma parte considerável da literatura sobre democracia e eleições, dedicada ao comportamento eleitoral, se preocupa com esta questão (FIGUEIREDO, 2008). **O que leva a sociedade à aderir e manter um regime democrático?**

A redução das incertezas eleitorais promove a aceitação das regras eleitorais e dos governos eleitos por parte dos competidores. Alguns trabalhos têm realizado análises que consideram os sistemas partidários como resultantes das interações competitivas entre as elites, no mercado institucional, com suas balizas, no mercado político, com seus incentivos, mas considerando a interação destes dois sistemas, do sistema eleitoral e partidário com as características da sociedade (POWELL, 1981; ORDESHOOK; SHVETSOVA, 1994; NETO; COX, 1996; NETO; COX, 1997). Este modelo coloca que as relações entre os partidos competidores e a sociedade, os eleitores, e entre a sociedade e os competidores são interações estratégicas executadas pelas duas partes, e a equação resultante desta interação seria o **modelo de coordenação eleitoral** (NETO; COX, 1996; NETO; COX, 1997).

(...) what determines the nature of the coordination problem that arises in any given system, I shall be principally concerned with three main independent variables: electoral institutions, political motivations, and public expectations. The importance of the first of these factors – electoral institutions – has been alternately asserted and dismissed since Duverger's seminal work in the 1950s (Duverger 1954). Here, electoral institutions – which determine the available opportunities for trading votes in order to win more seats – are taken as largely defining the coordination game that elites and voters must play. (...) A second part of the strategic situation is defined by the preferences of the elite and mass actors who must coordinate. (...) Finally, expectations are crucial in any game of coordination, and electoral coordination is no different. (COX, 1997, p. 5).

Mais uma vez, as balizas institucionais do processo eleitoral são afirmadas, mas, e aqui entra o ponto de viragem para a análise que sera realizada nesta pesquisa, para Cox (1997), como resultado final das eleições: o número de partidos que chega às câmaras é uma resposta da interação entre estas três componentes: instituições eleitorais, estratégias coordenadas (por partidos ou por eleitores), e as expectativas eleitorais (dos partidos ou dos eleitores). A minha hipótese principal é a de que, ao considerar a interação estratégica proveniente de ambas as partes, na verdade estamos considerando que os eleitores tendem a se organizar diante das realizações

eleitorais, e a de que, neste ponto, aqueles que já o são por organizações existentes, *i.* crescem aos olhos dos politicamente ativos, e *ii.* tendem a levar vantagem e impactar nos pleitos.

Nem sempre o imperativo de os partidos se organizem na sociedade encontra validade substantiva, mas é quase inevitável que os candidatos e os partidos que desejam ganhar, por mais débeis que sejam, se aproximem dos organizados. Esta seria a estrutura das expectativas realizadas nas eleições municipais que funcionam como micro-contratos redutores de incertezas dentro do mercado generalizado de incertezas para ambas as partes.

Se os candidatos em potencial em um distrito estiverem todos interessados principalmente em ganhar uma cadeira na eleição em questão e não entrarem se suas chances não forem boas o suficiente, então a **coordenação eleitoral** pode terminar no nível de elite. Por exemplo, os eleitores em um distrito de membro único podem ser apresentados com apenas duas opções na cédula, eliminando qualquer necessidade de **votação estratégica**. Se, por outro lado, alguns candidatos de partidos menores ou independentes entrarem independentemente de suas chances de vitória – ou se a direita (ou esquerda) não conseguir coordenar um número apropriado de candidatos ou listas – então os eleitores podem enfrentar incentivos para votar estrategicamente. (COX, 1999, p. 154).

Deste modo, mesmo diante das garantias trazidas pelo jogo das incertezas apresentado anteriormente, que dá garantias que os partidos concorrentes aceitem perder eleições, as relações entre partidos e eleitores mantêm outra sorte de comportamentos estratégicos que operam nos mercados eleitorais. Do ponto de vista dos partidos o jogo da **coordenação eleitoral** é praticamente imperativo sobre as chances eleitorais. Partidos que desejam ganhar eleições, ou que já o fizeram e desejam se manter no poder, objetivam manter seus cargos, tentam bloquear a entrada de opositores partindo para a ação e propondo ações conjuntas com as organizações sociais. Entretanto, na ausência deste primeiro passo, os eleitores e os eleitores minimamente organizados presentes na sociedade tomam a iniciativa de apoiarem os candidatos e partidos que bem lhe servirão, dadas as chances de eleição observadas, e dada a capacidade de planejarem e coordenarem seu lado do jogo, nesse caso, movimento denominado **votação estratégica**. Neste ponto, acredito que o arcabouço mínimo das interações entre os grupos organizados nas sociedades e os eleitores são realocados na dinâmica dos processos eleitorais e na dinâmica das democracias representativas.

Os estudiosos discordam sobre qual desses dois mecanismos causais - voto estratégico no eleitorado de massa ou a colaboração estratégica nas camadas da elite - é o mais importante. Por um lado, alguns argumentam que o voto estratégico é irracional, dada a chance infinitesimal de que um único voto afetará o resultado, e concluem que a maior parte da ação deve ser no nível da elite. (...) Por outro lado, há evidências consideráveis de que os eleitores se comportam estrategicamente, e pelo menos um estudo (Gunther, 1989) mostra que as elites estão atrapalhando seu papel estratégico. (...) Na minha opinião, os dois tipos de concentração de recursos são importantes. As elites normalmente agem primeiro: as contribuições e endossos são solicitados antes dos votos. Se as elites coordenarem totalmente, em apenas dois candidatos, os eleitores terão uma escolha binária e, portanto, votarão com sinceridade. Se os estratos da elite falharem em se coordenar totalmente, então um campo multicandidato será tipicamente peneirado por votação estratégica dentro do eleitorado (tipicamente instigado pelos potenciais beneficiários da elite). (COX, 1997, p. 30).

Do cenário institucional das incertezas para o cenário eleitoral das estratégias, o movimento reinsere eleitores e organizações da sociedade no movimento de interesse das elites políticas organizadas para os pleitos. Este é o ponto de conclusão e de amarração das teorias políticas para o raciocínio elementar deste trabalho. Uma frente de trabalho atesta que a economia é uma parte central da equação e da sobrevivência das poliarquias, das democracias, (PRZEWORSKI et al., 1997; PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003), uma outra parte, atrela o sucesso das democracias a contextos culturais de aquisição, manutenção e expressão de valores pós-materiais, valores mais afeitos às instituições democráticas e à democracia como um todo (INGLEHART; WELZEL, 2005; INGLEHART; WELZEL, 2008).

Até aqui, as apresentações realizadas se preocuparam pouco com o número de agentes em competição e com o número de representantes resultantes dela e com o número de partidos. As proposições clássicas de Duverger (1980) sobre os tipos de sistema eleitoral foram apresentadas, mas nada muito elaborado foi a elas atribuído e desenvolvido. Neste ponto, entretanto, é importante que retomemos aquelas proposições para descrever o modelo analítico que encerra a postura analítica deste trabalho.

Ordeshook e Shvetsova (1994) reanalisam os dados de Lijphart (1990) com o objetivo de esclarecer como a estrutura social é importante na determinação do número de partidos. Eles descobriram que o número de partidos em um país aumenta com

a diversidade da estrutura social e com a proporcionalidade da estrutura eleitoral, mas também que esses efeitos interagem. Aumentar a proporcionalidade de um sistema eleitoral em uma sociedade homogênea não faz proliferar partidos, ao contrário do que ocorre em sociedades heterogêneas. Da mesma forma, aumentar a diversidade da estrutura social em um sistema eleitoral não proporcional não prolifera partidos, ao contrário do que ocorre em um sistema proporcional. (NETO; COX, 1996, p. 19 e 20).

No próximo capítulo, apresentarei a amarração teórica básica para dar tratamento analítico àquele que é um dos grupos mais polêmicos que tem se apresentado nas eleições brasileiras: os religiosos. Veremos que uma série de características históricas, contextuais e organizacionais destes grupos fazem deles os agentes recentes mais relevantes e característicos neste cenário de interação estratégica que demanda redução das incertezas.

1.3 Recapitulações

Neste capítulo, tomei por base o corte precursor realizado por Schumpeter na teoria da democracia para apresentar o paradigma teórico fundamental da tese, a chamada **teoria da poliarquia**. O aspecto a ser resgatado da breve apresentação é o de que, se por um lado, operar uma redução das dimensões da democracia tenha se mostrado uma operação muito esclarecedora sobre a realidade dos sistemas políticos contemporâneos, por outro, o problema passa a residir justamente no tamanho da parcela de variáveis e fatores, ou da dimensão analítica quase inteira que passa a ser ignorada no bom sentido, assumindo uma natureza distal na ordem dos fenômenos parcimoniosamente analisados. O movimento de Schumpeter coloca os produtores em campo, mas o seu ceticismo quanto às reais capacidades do povo diante das realidades de sua época obscurece aspectos importantes das democracias. É importante colocar no plano elementar de análise das democracias os diretamente envolvidos nos arranjos políticos, aqueles que são os seus produtores e reprodutores, os empreendedores políticos, as elites políticas e os partidos políticos. **Mas o que resulta se, ao acentuarmos a dimensão competitiva e aproveitarmos dos indicadores de natureza proximal, nos tornarmos demasiado ignorantes das características e fatores próprios à demanda?** É empreitada da Sociologia Política questionar o quanto a política se resume à disputa eleitoral e à passagem de cargos entre as elites organizadas em partidos e seus governos formais, com pequenos espaços de interação entre a demanda e a oferta política, entre os representantes e os representados.

Longe de afastar a ideia de que a **competição eleitoral** entre os partidos é o ponto mais importante na sorte das democracias contemporâneas, aproveitei a postura analítica de Dahl, e adicionei a interpretação de Przeworski sobre a adesão dos competidores. Neste sentido, apresentei que a **representação** e a **responsividade** são pontos a serem mantidos na análise das democracias, na análise das poliarquias. Porém, antes da representação e da responsividade este trabalho se debruça nos *outputs* da relação entre os **arranjos institucionais**, o sistema eleitoral e o sistema partidário, e a **diversidade organizada** e latente da ordem social. A relação dos arranjos propriamente políticos com as características latentes da realidade social, como o **desenvolvimento socioeconômico** e a pobreza, bem como com as demais fontes e marcadores das heterogeneidades, como a **diversidade das organizações religiosas** são questões de suma importância. Deste modo, a preocupação central que resulta deste capítulo é com os macroresultados da **tradução dos conflitos latentes através da competição entre partidos nas eleições**.

Por último, mas não menos importante, de posse das proposições de que a progressiva **liberalização do sistema político**, aumentando a participação e o custo

de repressão aos contestadores, e que a **aceitação dos derrotados** perante a instituição de eleições regulares são canalizadores importantes e influenciam na sorte das democracias contemporâneas, encerrei o raciocínio do capítulo defendendo que a teoria da poliarquia pode ser acoplada ao modelo de comportamento do **modelo de coordenação eleitoral** elaborado por Cox.

No próximo capítulo, realizarei uma breve incursão sobre as análises recentes do mercado religioso brasileiro sob esse mesmo aspecto da teoria pluralista, porém, adicionando alguns pontos importantes sobre os modelos, leituras e teorias específicas da Sociologia da Religião.

2. O Social da Democracia

2.1 Considerações Iniciais

No capítulo anterior vimos que a metáfora do mercado e da competição entre firmas para o cenário político, de Schumpeter, teve considerável repercussão na teoria da democracia. Neste segundo capítulo seleciono a teoria das economias religiosas como modelo que pode ser relacionado à teoria da poliarquia e às leituras apresentadas no capítulo anterior para tratar da evolução do mercado religioso brasileiro. Um texto em cinco seções em que meu principal intento é o de apresentar algumas das principais leituras da sociologia sobre o mercado religioso brasileiro que me permitam o emprego da teoria econômica das religiões. Na primeira seção resgato algumas características da história recente do mercado religioso brasileiro, principalmente após a década de 70. O principal objetivo desta breve contextualização é o de fixar as **balizas** constantemente retomadas pela literatura da sociologia da religião como grandes marcadores sociais da realização recente do **mercado religioso brasileiro**. Na segunda seção inicio a tarefa de tomar emprestado da literatura da sociologia da religião as principais leituras para construir a variável independente do estudo, a variável explicativa, que será explorada em todas as demais seções. Nesta primeira movimentação, endosso a leitura de Pierucci de que a **liberalização** é um dos maiores marcadores das mudanças religiosas recentes. Ainda nesta seção, vinculo à possibilidade dada pela liberalização, a **realização competitiva dos empreendimentos religiosos** e da lógica por eles adotada com as leituras de Mariano. Na terceira seção retomo das considerações de Burity sobre o conceito de pluralismo a amarração à teoria da poliarquia, apresentada no capítulo anterior, e empreendo a tarefa de distinguir o **conceito de pluralismo** da sua operacionalização, que é o **indicador de diversidade**, de fracionalização denominacional religiosa. Na quarta seção, de posse da amarração inicial entre liberdade religiosa, pluralismo e aumento concorrencial entre as denominações, retomo algumas características de três paradigmas teóricos relacionados à teoria da modernização: a teoria do dossel sagrado, a teoria da mobilização cognitiva e a teoria da mudança de valores, com o objetivo de apresentar as principais amarrações acerca da relação entre **desenvolvimento, secularização, mercado religioso e alinhamento partidário** eleitoral. Na quinta seção apresento a teoria das economias religiosas que, diferentemente dos paradigmas anteriormente colocados, não mantém a relação entre desenvolvimento e diversidade religiosa ou a relação entre desenvolvimento e desalinhamento partidário. Ainda nesta seção defendo que o **paradigma das economias religiosas** pode ser alinhavado à teoria da poliarquia para a construção

uma **base teórica e operacional** comum para análises das hipóteses de associação entre os mercados religioso e político.

2.2 Contextualização Histórica

Até o final do século XIX o catolicismo foi a religião oficial do Império Brasileiro, e o compromisso entre o Império e a Igreja era constitucionalmente firmado, conforme estabelecia a Constituição de 1824. Por mais que a vinda da família real portuguesa para o Brasil tenha incentivado a construção de várias estruturas “de Estado” e assumido algumas ações burocráticas, a vida administrativa do Estado brasileiro manteve relações estritas com a estrutura da Igreja Católica até o final do império. O exemplo mais claro é o da documentação dos lugares e dos brasileiros. As principais certidões que os cidadãos obtinham no decorrer da vida, como a certidão de batismo, a certidão de casamento e a certidão de óbito, em muitos casos era operacionalmente realizada pela Igreja Católica, ou passava pelos seus funcionários. A estrutura e a burocracia estatal eram raras, e sequer podem ser equiparados aos moldes contemporâneos, o que de fato levava ao próprio posto das denominações locais, as paróquias. Ou seja, até o final do século, e durante boa parte do novo século, a arquitetura institucional do Brasil não era dissociada da arquitetura institucional da Igreja.

Entretanto, com o final do Império e o advento da Primeira República, surgiram as primeiras mudanças legais que trariam consequências institucionais à partir da Constituição de 1891. A primeira e maior delas foi a de que não haveria mais uma religião oficial no Brasil. Ficou estabelecida a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, impedindo que as pessoas fossem privadas de seus direitos por motivo de crença religiosa, salvo se invocadas para se eximirem de obrigação legal a todos imposta. Estabeleceu-se uma separação entre Igreja Católica e o Estado, com medidas adotadas que alteravam substancialmente a vida dos cidadãos brasileiros: extinguiu-se a definição de paróquia como unidade administrativa, o monopólio de registros civis passou ao Estado, foram criados cemitérios públicos, as eleições não ocorreriam mais dentro das igrejas, e o governo não interferiria mais na escolha de cargos do alto clero.

De modo geral, o movimento da Reforma Protestante, do início do século XVI, que questionou diversos pontos da doutrina da Igreja Católica Romana e se difundiu na Europa e na América do Norte, teve baixa repercussão no Brasil. Portugal e Espanha, os primeiros países da Europa a constituírem Estados, mantiveram estruturas administrativas mescladas à estrutura da Igreja, o que fez com que esses países contivessem o avanço dos protestantes em suas terras, nas terras das suas colônias, e em praticamente todo os seus territórios na América Latina. Como, dentre os principais objetivos dos reformadores estavam reformas agrárias, manter este tipo de iniciativa afastado era importante, era manter direitos. Em resumo, até os anos 1950, quem admitia não ser católico, de certa forma, por mais que não fosse excluído da sociedade, passava, ou passaria por algum de discriminação religiosa. Isso não significa que não havia

adeptos de outras religiões no Brasil quando foram realizadas as primeiras contagens populacionais, entretanto, a diversidade religiosa era, de certo modo, “camuflada” por razões oficiais, de ordem legal (até 1891) ou por razões de ordem cultural, do tradicionalismo católico, pelo formalismo quanto ao pertencimento e à vivência religiosa e pela estigmatização dos adeptos das demais religiões, principalmente africanas. Isso resultou, portanto, que entre os dados do século XIX e do século XX, o ritmo de crescimento da diversidade religiosa fosse relativamente lento.

Hoje, por outro lado, após a alteração demográfica das cidades brasileiras e ao lado da liberalização política, a liberalização religiosa resulta em competição entre os empreendedores religiosos. É consenso na literatura recente sobre o sistema religioso que a diversidade denominacional religiosa brasileira aumentou nos últimos trinta anos, por mais que os representantes efetivos desta diversidade estejam marcantemente distribuídos nas religiões cristãs. Dentre as principais balizas deste fenômeno de aumento da diversidade da oferta religiosa, estão as balizas dadas pelas alterações demográficas vivenciadas pela sociedade em suas cidades, as balizas internas ao próprio mercado religioso, que foram tensionadas pela entrada e pela mudança de comportamento destes novos empreendedores religiosos, e as balizas da reabertura democrática, eleitoral e partidária do país, que resultaria, dentre outros, em ampliação da liberalização política e na volta do pluripartidarismo.

A primeira baliza é a baliza demográfica. Após o acelerado processo de urbanização das cidades, durante as décadas de 50 e 70, e no bojo da segunda e da terceira onda de expansão religiosa pentecostal, que tiveram seus inícios nestas mesmas décadas, o número de organizações e denominações religiosas apresentou um aumento que faria acentuar a atenção da sociedade e dos analistas sobre o fenômeno. Em quase um século, a proporção de católicos na população reduziu, porém, não no mesmo nível que se veria. Inicialmente, a redução foi de 99,7%, em 1872, para 91,8% em 1970, entretanto, após 1970, o número de católicos decresceu substancialmente, de 89,2% em 1980, para 83,3% em 1991, passando a 73,6% em 2000, e chegando a 64,6% em 2010. O exemplo institucional mais claro e substantivo do cuidado analítico que seria necessário para dar conta deste novo padrão de mercado e da diversidade observada é a parceria que surgiu entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto de Estudos da Religião para mapear as denominações religiosas da população brasileira nos dados angariados pelo Censo Demográfico.

A segunda baliza é a religiosa – endógena. O principal fator endógeno ao subsistema religioso faz parte da componente comportamental, dado pela relação entre três fatores: De modo sintético, a postura e a posição destes novos empreendedo-

res¹ da religião no rol dos ofertantes de bens e serviços religiosos se afastou de uma postura anteriormente observada dos pentecostais, da postura e da posição dos pentecostais das outras duas ondas de expansão segmento do mercado pentecostal, e da postura e da posição dos demais agentes do mercado religioso. Guardando objetivos muito bem determinados e propagandeados de realização no mundo, estes empreendedores se aproximaram e se apropriaram dos meios de comunicação de massa, com a aquisição de estações de rádio e canais de televisão, e assumiram comportamentos de cunho burocrático-corporativo, gerencial e de criação e inovação comuns às firmas de sucesso do mercado econômico, o que fez com que a atenção da sociedade sobre eles aumentasse, tanto para que crescessem os grupos de fiéis em seus cultos, quanto para que engrossassem as críticas a esses novos empreendedores e seus modelos de produção religiosa.

A terceira e última baliza é a política. A realização da reabertura democrática e eleitoral, entre os últimos anos da década de 70 e os primeiros anos da década de 80, matizaria as três características endógenas comportamentais dos empreendedores religiosos. Neste contexto histórico, o movimento dos operários, ainda nos ecos das grandes greves realizaram seus movimentos rumo ao sistema partidário, de onde surgiu o Partido dos Trabalhadores. Artistas no cinema e na música alinharam-se às demandas por abertura política em variadas frentes políticas, como por exemplo, o apoio de Fafá de Belém ao movimento das diretas e à Tancredo Neves nos anos finais da abertura. No que diz respeito ao comportamento dos empreendedores religiosos, enquanto, por um lado, uma parcela católica apoiou os movimentos do Partido dos Trabalhadores, os empreendedores pentecostais matizariam seu comportamento, empreendedores religiosos da terceira onda e da primeira onda tomaram uma mesma posição: apoiaram candidaturas. A Igreja Universal do Reino de Deus, denominação da terceira onda, e a Assembleia de Deus, da primeira onda, declaram seus apoios, o que gerou o “irmão vota em irmão”. Assim a ação destes novos empreendedores da religião chegou ao sistema político e nele repercutiu.

Portanto, **emaranhada aos processos de modernização do campo e de uma acelerada urbanização das cidades**, figurado nas taxas de urbanização das capitais e das regiões metropolitanas, e **aquecida pelos processo de liberalização política da poliarquia brasileira**, principalmente nas suas realizações eleitorais e pluripartidárias do voto, **a realidade dos mercados religiosos passou por alterações substantivas apenas nas últimas décadas do século XX.** A desregulação religiosa ocorreu no momento da Constituição de 1891, no último décimo para a virada do século, mas

¹Emprego o termo empreendedores de modo a chamar os agentes individuais, como clérigos e pastores, ou coletivos, como congregações, denominações, grupos de interesse, sendo que o maior interesse do trabalho está nos grupos, tratados como firmas.

o nascimento de fato da competição entre denominações religiosas, em seu início impactante, surgiu com indícios claros apenas no último quarto do século seguinte. O início de uma queda expressiva do poder de mercado do monopólio dos católicos só pôde ser observada depois de 1980, quando o número de filiações católicas começaram a apresentar claros sinais de queda, de 89% em 1980 para 64,6% em 2010, e espera-se contínuos, devendo representar menos de 50% da população brasileira até 2030 (ALVES; BARROS; CAVENAGHI, 2012).

Neste conjunto geral de mudanças no mercado religioso brasileiro o Estado do Rio de Janeiro apresenta algumas características peculiares, ele está na liderança da mudança religiosa e é a Unidade da Federação com maior diversidade religiosa e menor proporção de católicos do país (45,8% em 2010). Como veremos, o que tem acontecido nos municípios do Estado do Rio de Janeiro pode indicar os rumos dos mercados religiosos municipais nas próximas décadas, e nos demais municípios do Brasil.

2.3 Revisão Teórica: Pluralismo Religioso

O aumento da diversidade religiosa, retratado no aumento do número de denominações religiosas e no avanço dos cultos que retomam o pensamento mágico nesta virada do século da razão (PRANDI, 1991; PRANDI, 1992) é um fenômeno estranho à teoria da modernização. Seja de uma perspectiva atribuída à mobilização cognitiva (DALTON, 1984; DALTON; WATTENBERG, 1993; SCHOULTZ, 2016), ou de uma perspectiva associada à mudança de valores (INGLEHART; WELZEL, 2008; INGLEHART; WELZEL, 2009), o fato é que os pressupostos básicos do processo de modernização sugerem a derrocada das clivagens sociológicas na explicação das atitudes e dos comportamentos políticos (ELFF, 2007; ELFF et al., 2016). Além de não deixarem espaços teóricos para a interseção entre as esferas religiosa e política, tão caras à Sociologia Política, as possibilidades de ativação e reativação de uma clivagem religiosa que balizaria a decisão do voto, por parte dos eleitores, ou que forneceria insumos e alimentaria as estratégias eleitorais do ponto de vista dos competidores, e do ponto de vista da coordenação eleitoral ficam suprimidas.

2.3.1 Liberalização e Comportamento Religioso

Um dos maiores consensos da literatura da Sociologia da Religião é o de que o Catolicismo perdeu espaço no mercado religioso brasileiro paulatinamente (IBGE, 2012). Este processo de redução no número de filiados da religião católica teve início, principalmente, após a promulgação da constituição de 1891, que desvinculou Estado e Igreja (PIERUCCI, 1999; MARIANO, 2002). Conforme remonta Mariano (2002):

Apesar de certos percalços, como a longa discriminação estatal sofrida pelos cultos afro-brasileiros, a liberdade religiosa, sancionada e assegurada pelo Estado, não só se efetivou plenamente nas últimas décadas do século XX, tornando-se um dado indisputável da realidade brasileira, fato inegável, mas também se situa na raiz do pluralismo religioso e na constituição de nosso dinâmico mercado religioso contemporâneo. (MARIANO, 2002).

O movimento mais importante resultante da separação entre Estado e Igreja é o movimento de liberalização religiosa. A liberalização religiosa é a formalização de que o Estado se separou oficial e oficiosamente da Igreja, no nosso caso, Católica. Na medida em que o Estado deixa de regular a vida religiosa e as liberdades individuais religiosas, as economias religiosas prosperam.

Quanto maior a liberalização do mercado religioso, esse outro nome sociológico da liberdade religiosa, tanto mais dinamizada fica a concorrência entre as agências de salvação. Isso força as empresas de bens religiosos a produzirem (depressa) resultados palpáveis, seja para os clientes, seja para si mesmas. (PIERUCCI, 2000).

O resultado populacional líquido das décadas 60 e 70 é o de que um contingente populacional considerável não estava mais na mesma rede de relações e costumes locais da sua paróquia. Após o rápido movimento de urbanização das cidades brasileiras, em que os municípios concentraram parcela cada vez maior da sua população em área urbana, principalmente nas metrópoles e na consolidação das regiões metropolitanas. Este movimento e a situação de agregar populações de localidades distintas em meio ao cenário da abertura política fez surgir um cenário distinto, um cenário onde empreendimentos religiosos novos poderiam surgir e experimentar.

2.3.1.1 A diversidade religiosa nas adversidades econômicas

Muito embora a liberdade religiosa formal existisse na realidade nacional brasileira, só agora, no Brasil recente, passaria a contar de fato para as pessoas. Entre a liberalização do mercado religioso e o surgimento dos primeiros traços competitivos neste mercado, passaram-se mais de cinquenta anos. Desde que a religião passou a ser, em grande parte, objeto de escolha das pessoas, e desde que estas pessoas, neste novo cenário apresentassem demandas religiosas, em consequência, o que determinaria o crescimento de uma determinada denominação seria sua própria capacidade de adaptação a esse contexto e a eficácia dos modelos de religiosidade e seus significados oferecidos à massa de fiéis de determinados segmentos populacionais. Em resumo, os discursos e práticas religiosas dos novos empreendedores, mas não só deles, é importante lembrar, passaram por um dos maiores laboratórios sociais das realidades modernas. O Brasil teve um dos processos de urbanização mais acelerados do mundo.

A despeito da alteração radical na oferta e nos tipos de produtos, a realidade de mercado livre enfrentada pelas organizações religiosas que nasceram como fruto da terceira onda de expansão do pentecostalismo no Brasil é uma realidade de luta acirrada por sobrevivência. Neste contexto, produtos foram copiados, elaborados e reelaborados para tornar a oferta religiosa, os produtos religiosos ofertados, os mais eficazes na satisfação das necessidades religiosas básicas dos fiéis, e também eficientes na obtenção de resultados econômicos, afinal sobreviver na liberalização demanda recursos. O sucesso organizacional atrelado à realidade das populações movimenta-

das, e que agora, realiza sua marcha cotidiana em busca de segurança material da vida e pela sua própria sobrevivência, na ordem competitiva das novas metrópoles brasileiras. Estas situações engendrariam dois movimentos distintos, um deles de ordem organizacional e outro de ordem comportamental.

Sobre o movimento de ordem organizacional, da consolidação das suas estruturas, a literatura afirma que as igrejas neopentecostais adotam um modelo empresarial na gestão da organização eclesial na sua consolidação interna, ORO (1992). Esta lógica gerencial, que é uma lógica de uma firma capitalista, nas mais variadas frentes de atuação das organizações religiosas, se destacaria como uma das características singulares da terceira onda do pentecostalismo no Brasil. No movimento comportamental, o destaque é o da fidelização da sua clientela, o da customização dos seus produtos, e o movimento de tornar os dízimos fatuais demonstrações de fé, tornando-se este último, assim, um importante pilar dessas igrejas. Algumas igrejas assumem abertamente, inclusive, fins claramente lucrativos (MARIANO, 1999). Em termos gerais, enquanto as denominações pentecostais representativas da segunda e terceira ondas são aquelas que melhor empregam noções empresariais na administração das suas ações cotidianas, o destaque comportamental de implantação nos mecanismos de arrecadação de recursos, fica com os representantes do neopentecostalismo que, em geral, se caracterizam pelo forte apelo da oferta de bens e serviços simbólicos do sagrado.

2.3.2 Pluralismo Religioso e Fracionalização Religiosa

A ideia de pluralismo religioso tomada nesse estudo resume-se à possível convivência de múltiplas denominações e cultos minimamente organizados em um mesmo território. A possibilidade de que sejam exercidas e declaradas estas preferências religiosas de maneiras individuais, e privadas, em coletividades, e organizadas, na vida pública, é um critério derivado de uma abordagem minimalista do sobre o mercado religioso. Esta postura é claramente relacionada, incentivada pela Teoria das Economias Religiosas, que será apresentada em uma das próximas seções, porém, é importante salientar que aplicação em tela toma esse raciocínio se aproveitando das proposições trazidas também pela Teoria da Poliarquia.

Uma crítica que surge da aplicação, conforme colocada por parte dos teóricos da Teoria das Economias Religiosas é elaborada por Beckford (2003). No caso, referindo-se ao número de organizações religiosas contados como diversidade religiosa, aponta o autor:

Esta é de fato uma ideia plausível, mas falha em levar em con-

sideração a possibilidade de que algumas, ou muitas, coletividades religiosas podem ser tão pequenas a ponto de serem insignificantes para propósitos práticos. (...) Outra complicação surge quando algumas coletividades religiosas estão confinadas a apenas uma localização geográfica e são desconhecidas em outros lugares. Nesta situação, não está claro se todo o país pode ser descrito de forma útil como “religiosamente diverso” se seu “mercado” religioso consistir em apenas uma ou duas comunidades de fé massivas e qualquer número de pequenos “concorrentes”, alguns dos quais não são facilmente acessível à maioria da população. (BECKFORD, 2003, p. 73–76).

Ambos os pontos são importantes e serão retomados. O primeiro deles, sobre o **tamanho das coletividades**, será respondido e esclarecido de fato na seção metodológica do próximo capítulo, durante a apresentação das aplicações e dos resultados. O segundo, sobre a **localização das coletividades**, também será aprofundado no próximo capítulo, mas a resposta pode ser parcialmente adiantada. Sobre a **localização**, entendo que o impacto dentro de um mesmo país seja menor do que nos estudos *cross-national*. Como emprego das medidas, neste caso, ocorrem em um mesmo território, em um País com as mesmas leis, com várias sub-unidades administrativas sob a mesma égide legal, o esperado é que não ocorram influências outras que não a da própria difusão das organizações.

Em defesa deste tipo de registro de medida, vale lembrar que mensurar através de índices de mercado a diversidade denominacional religiosa não é uma tarefa muito comum na realidade brasileira (BURITY, 2020, p. 4, 12–13). A despeito das críticas que possam ser levantadas entre a validade de fato entre o fenômeno e suas propostas formas de medida, não foram encontrados trabalhos que tivessem aplicado tais cálculos, nos moldes que serão tratadas nos próximos capítulos. Na literatura foram encontradas aplicações para outros países. Porém, para o cenário brasileiro, e dedicada aos municípios, as aplicações realizadas durante esta pesquisa acredito terem sido as primeiras. Salvo engano, ainda durante a elaboração de pesquisa não foram encontradas publicações dedicadas ao Brasil com aplicação destas mesmas medidas.

Mariano (2016), voltando-se também a Beckford (2003) esclarece que, para além destes cuidados críticos apontados anteriormente é importante estar atento ao fato de que o pluralismo abarca mais do que o simples registro formal das organizações e das respostas dos entrevistados.

Beckford não trata como sinônimos os termos pluralismo e diversidade, como faz Peter Berger, entre outros. Compreende que a

diversidade religiosa num território não significa que as religiões sejam encaradas como igualmente aceitáveis ou boas; algumas são reconhecidas como atores legítimos na esfera pública e aceitas como boas, enquanto outras recebem tratamento social e estatal diametralmente distinto (*ibid.*, p. 76-81). Reserva o uso do termo pluralismo aos modos de gestão política da pluralidade religiosa e a suas respectivas posições ideológicas e normativas, envolvendo a questão do direito de expressão das minorias, a igualdade de direitos entre os diferentes grupos, o direito de participar livremente na arena pública. (MARIANO, 2016).

Por mais que este requisito mínimo e simples não agregue informações outras, como o nível de segurança destes indivíduos e grupos que professam abertamente sua fé ou seu culto, ele cumpre um objetivo elementar: mensurar em termos formais, na dimensão legal, a liberdade religiosa institucionalizada perante a sociedade. Deste exercício mínimo de expressão é possível determinar um pressuposto de partida de que a religião ou culto declarado, é uma declaração minimamente atrelada à liberdade religiosa. É importante salientar, entretanto, que a medida empregada é uma medida de diversidade. Como medida, carrega limites, afinal, a operacionalização de um conceito sempre perde uma parte substantiva. O que importa saber, no fim, ao lado das críticas carregadas é poder e o ganho explicativo que a aplicação será capaz de angariar a uma dada análise e a uma dada abordagem do fenômeno.

Ainda resta um ponto salientado por Pierucci (2002), sobre a diversidade a ser esperada quando olhamos para a diversidade religiosa brasileira.

Ou seja, somos realmente ‘o país do Cristo Redentor’. Agora, se você observar o percentual da categoria ‘outras religiões’ apurado a cada 20 anos desde 1940, vai observar que ele é sempre baixo. E seu crescimento é muito suave: sai de 1,9% em 1940, chega a 2,3% em 1960, a 2,5% em 1980 e finalmente a 3,5% no ano 2000. Pergunto: que bela diversidade religiosa é essa a nossa, na qual as religiões verdadeiramente outras, as religiões não-cristãs – judeus, afros, hinduístas, islâmicos, budistas etc. – não somam mais do que 3,5% da população? É uma auto-ilusão que alimentamos. (PIERUCCI, 2002).

Por mais que a diferença numérica e substantiva das denominações religiosas observadas no Brasil não sejam capazes de serem classificadas, de fato, como provenientes da diferença entre as matrizes religiosas. É importante declarar que a quantidade de denominações religiosas no Brasil expressa, em alguma medida, o grau de

pluralismo religioso (PIERUCCI, 1999; BURITY, 2005), e isso permite considerar a riqueza do mercado religioso brasileiro, mesmo que em última instância.

(há) um processo de ampliação e aprendizagem do pluralismo que acompanha a trajetória de hegemonização de uma cultura democrática no país e que ajuda a compreender os baixos níveis de conflito religioso aberto (que não deve ser confundido com competição religiosa, que é disseminada, embora haja vários casos em que os limiares entre eles são bastante discutíveis). (BURITY, 2005, p. 29).

De modo específico, Joanildo Burity (BURITY, 2001; BURITY, 2005; BURITY, 2008), firma uma base para o que aqui se pretende mensurar numericamente com o cômputo dos índices, pode ser entendido como um reconhecimento mínimo da diversidade, amarrado à difusão das liberdades do pluralismo, e relacionado à construção da poliarquia brasileira. A difusão cultural democrática e da profusão de um aprendizado cultural religioso, na medida em que reuniões religiosas, pequenas coletividades, surgem, crescem e se organizam, aumenta também a relevância de determinadas identidades religiosas para a resultante distribuição das preferências eleitorais e das esperadas distribuições das coordenações eleitorais.

Na medida em que determinado grupo se organiza, mais aparente se tornam sua relevância, seus limites e seus interesses, tanto no sentido da sociedade para com o sistema representativo, quanto no sentido dos candidatos e partidos interessados em ganhar eleições para com a sociedade, ou nichos específicas desta sociedade. Na medida em que se organizam, firmam práticas e capacidades, consolidam, simbólica e operacionalmente, algo maior que a unidade individual do *eleitor*, o termo radical da equação democrática do “um homem, um voto”.

Em resumo, se torna praticamente improvável aos candidatos e aos partidos, ao comportamento eleitoral, tanto via participação, quanto via oposição, não serem minimamente afetados por estes organizados na ordem social e na configuração da arena eleitoral. Neste momento, o paradoxo das igrejas passa o bastão a frente, passa seu bastão para o mais recente, rico e dinâmico dilema das jovens poliarquias: a diversidade religiosa. Os pontos entre o surgimento dos novos organizados, sua relativização na ordem social, sua ponderação na sorte eleitoral e sua chance de não serem mais ignorados na ordem política, principalmente nas rotineiras eleições abertas e inclusivas, são elencados por Stoll (2013). Para concluir, entendo que a autora define pontualmente, com inovadora precisão o limite claro que existe nas poliarquias e na sua relação com novos grupos que eventualmente surgem e surgirão.

(...) **são novos grupos**, não novas divisões, os atores que dão ori-

gem a novos partidos políticos sectários. Mais especificamente, eu defino heterogeneidade social como o número de grupos sociais: mais grupos equivalem a mais heterogeneidade.

(...)

Em segundo lugar, eu defino heterogeneidade social inclusivamente. Os grupos sociais podem ser definidos **em termos de uma miríade de tipos de atributos**, desde a linguagem falada até as opiniões sobre a União Europeia.

(...)

Terceiro, **esses grupos sociais são grupos latentes** ou potenciais. Um grupo latente definido por um tipo sociológico de atributo consiste em “os membros nominais de uma categoria atribuída [herdada], como raça, idioma, casta, tribo ou **religião**”. (STOLL, 2013, p. 911).

Na citação acima, os grifos são meus, e acentuam o encadeamento dos principais pontos colocados até aqui. No escopo deste trabalho, a fracionalização denominacional é o mesmo que heterogeneidade denominacional, que é o mesmo que um aumento do número de organizações religiosas disputando, angariando e mantendo adeptos. Essa situação de diversidade com inclusão de novos grupos religiosos na história recente brasileira é a situação ideal para analisarmos o impacto das diversidades sociais, da heterogeneidade social observável na maquinaria política. A clivagem não é nova, a clivagem religiosa não é nova, ela é ativada e reativada na medida em que ocorrem as mudanças sociais, políticas e econômicas. Assim o foram e estão ocorrendo no pós-88, uma situação de abertura e de constituição da ordem política e democrática do país, com diferenças importantes das experiências anteriores quanto aos regimes representativos experimentados e que permitiram o avanço da diversificação religiosa organizada, dos empreendimentos religiosos, de novos empreendimentos religiosos, bem como permitiram o avanço da diversificação político-partidária organizada, dos empreendimentos partidários, e de novos empreendimentos partidários.

2.3.2.1 Fracionalização denominacional religiosa importa?

No escopo deste trabalho, a fracionalização denominacional é o mesmo que heterogeneidade denominacional, que é o mesmo que um aumento do número de organizações religiosas disputando, angariando e mantendo adeptos. Emprego os termos, quase em equivalência, e sempre em relação com o conceito de pluralismo, porém, entendo que a fracionalização é uma medida da diversidade, que por sua vez é uma das componentes de uma das dimensões do pluralismo. Meu interesse, conforme coloquei ao fim do capítulo anterior, está em capturar, mesmo que de modo muito

sintético a existência de grupos latentes na sociedade. **E isso importa?** A seguir, trago alguns pontos, recentes, que me fazem entender que sim.

A teoria da poliarquia tem um sério problema em sua arquitetura. Uma vez que as poliarquias institucionalizam as relações eleitorais e partidárias, e uma vez que estas mesmas poliarquias dão garantidas de expressão e formação de organizações, se forma um dilema, que é o dilema de como lidar com a liberdade de organização e conseqüentemente, com as liberdades e os interesses das organizações e dos organizados. Além deste ponto, ainda é possível acentuar o problema, e estressar as barreiras axiomáticas da Teoria da Poliarquia, conforme lembra Burity (2001), os grifos são meus, ao empregar a lógica de raciocínio de Chantal Mouffe em seu apontamento:

Por meio do pluralismo emerge, assim, uma tensão entre a lógica democrática da identidade e da equivalência, e a lógica do pluralismo, que se baseia na diferença e na multiplicidade de visões do bem. A rigor, e isoladamente, cada uma dessas lógicas tende a anular a outra, o que leva à **necessidade de uma constante rearticulação e renegociação**, sem um ponto de equilíbrio ou harmonia final. Isto significa, continua Mouffe, que não é possível depender apenas de um acordo quanto a procedimentos. Tais acordos sempre envolvem julgamentos quanto ao que é justo, razoável, aceitável, etc, os quais por sua vez pressupõem “formas de vida” (Wittgenstein) e os embates entre elas. **Num contexto pluralista a diferença é que tais “formas de vida”, expressas em paixões, valores, crenças e práticas conflitantes, têm acesso à esfera pública, devendo ser aí “domadas”, isto é, transformadas de identidades antagonísticas em identidades agonísticas.** (BURITY, 2001).

Este problema com as organizações ganha relevância na medida em que lidar com as organizações se torna o mesmo lidar com os eventuais grandes interesses organizados. Os interesses dos grupos econômicos e os interesses dos grupos de comunicação, que se mostraram nada eventuais nas democracias contemporâneas, são exemplos. Boa parte das críticas recebidas pela teoria da poliarquia têm origem neste ponto de abertura. Tanto os críticos que apontam a sobre-representação dos interesses econômicos, quanto os críticos que apontam que os grandes grupos de comunicação e mídia são uma espécie de quarto poder, estrito senso, aproveitam essa mesma abertura.

A questão, além de emblemática, se torna central para a teoria da poliarquia na medida em que as organizações tendem a apresentar razões, questões e demandas próprias, e por vezes, quase independentes dos indivíduos. Hoje temos pleno conhecimento de que elas se fazem representar, fazem contar seus interesses. Acentuando

a crítica, às vezes as organizações se fazem ouvir até mais frequentemente e muito mais intensamente do que os dos indivíduos, mesmo elas não votando nas eleições regulares.

O trecho abaixo, longo, resgata parte da discussão sobre o objeto entre Lipset (1972a) e Sartori (1972), dois grandes nomes, em obra que discute o papel da Sociologia Política (LIPSET, 1972b), captura muito bem o ponto de interseção que aqui tento colocar:

A primeira vantagem desse método é que confere igual atenção a **qualquer espécie** de conflito e divisão. Raça e etnicidade, região e localidade, cultura e tradição, religião e ideologia, tudo aponta para dimensões de divisão que podem ser tão importantes quanto a sua dimensão de classe. (...) A segunda vantagem é que o inquérito está agora corretamente focalizado no problema real: a **tradução**. (...) “O problema não é apenas que as divisões não se traduzem naturalmente em oposições partidárias, sem mais nem menos”. O problema também consiste em que alguma divisões não são traduzidas. Além disso, a importância da noção de tradução reside na implicação que tradução exige **tradutores**, assim focalizando as atenções na boa e(ou) na má manipulação da tradução. À medida que tomamos por ponto assente que as divisões se refletem no próprio sistema político (não sendo por este produzidas), negligenciamos, necessariamente, indagar até que ponto os conflitos e as divisões podem ser canalizados, desviados, reprimidos ou, inversamente, ativados e reforçados, precisamente pelas operações e operadores do sistema político. (SARTORI, 1972, p. 139, 141–142).

Além de central, por fim, a questão se torna altamente relevante quando situada em relação à dimensão religiosa. Este problema para a poliarquia, que acaba por ultrapassar a categoria de “problema da poliarquia”, ganha aspectos ainda maiores. A notoriedade dos recentes movimentos religiosos na arena política, tanto em situação eleitoral, quanto na definição das leis e políticas públicas, se torna uma questão para todos os sistemas político-administrativos por esbarrar na separação entre Estado e Igreja. Conforme coloca Mariano (2016), ao retomar as colocações feitas por (CASANOVA, 1994):

como resultado do processo particular de secularização ocidental, o “secular” tornou-se a categoria dominante empregada para estruturar e delimitar – legal, filosófica, científica e politicamente –

a natureza e as fronteiras da religião. Ao passo que as ideologias secularistas (liberais, republicanas...), embora tenham deixado de relegar a religião a um estágio superado da história, continuaram a tratá-la como uma força irracional, intolerante e que deve ser banida da esfera pública (MARIANO, 2016, p. 725–726).

Mas para além deste problema de delimitação das fronteiras, na equação da poliarquia as denominações e organizações religiosas, em termos brutos, são firmas, e que assim como as demais organizações possuem interesses. Quase todos eles, ou possuem firmas organizadas ou constituem relações próximas do tipo de firma para ter seus interesses minimamente colocados e garantidos perante os representantes e nos governos, no ambiente das decisões. Firmados e garantidos diante das incertezas eleitorais, minimamente garantidos no ambiente das incertezas eleitorais, e minimamente garantidos no ambiente das incertezas pós-eleitorais. Se a incerteza engendra garantias aos competidores organizados em partidos, engendra garantidas também para os organizados de modo geral mas que não competem institucionalmente. Reduzir os custos da incerteza eleitoral do voto para os competidores e reduzir os custos das transações eleitorais é do interesse mútuo de ambos os tipos de organizações, de ambos os tipos de firmas em tela, tanto das partidárias quanto das religiosas. Existe uma situação na liberalização e na contestação institucionalizadas que engendram o influxo de interesses entre os minimamente organizados e os eleitoralmente interessados. No caso da história recente brasileira, estes minimamente organizados e os eleitoralmente interessados se tornam os religiosamente organizados e os partidos políticos em franco processo de consolidação.

Por último, mas não menos importante, cabe avançar um pouco mais na questão da ativação ou reativação de uma clivagem em uma dada sociedade. Em uma das teses mais recentes sobre o modo como as mudanças sociais são encadeadas e geram alterações no sistema político, Stoll (2013) coloca que, além de latentes, é importante termos em conta as formas que decorrem da organização do grupo. A autora define, além da condição de **grupo latente**, outras três condições pelas quais os grupos teriam que passar, ou podem passar, e se apresentar numa dada sociedade: a primeira é a condição de **grupo politizado**; a segunda é a condição de **grupo partidarizado**, a terceira e última é a condição de **grupo partidarizado de sucesso**, onde este partido concorre e ganha parcelas significativas de voto durante a contestação formal e pública, durante as eleições. Via de regra, ter em tela essas condições fazem reavaliar a operação de um encadeamento lógico importantíssimo da relação entre as clivagens sociais e os regimes representativos na ativação das clivagens sociais, na operação das clivagens sociais através dos sistemas eleitorais, na tradução das clivagens sociais e dos conflitos pelos partidos políticos, e na consequente configuração

final do sistema partidário. A autora ainda nos conclui lembrando que a afirmação de Schattschneider: “dentre os bilhões de conflitos potenciais nas sociedades modernas (...) apenas alguns se tornam significantes”, em seus termos ficaria “dentre os tantos grupos latentes, só alguns se tornam partidos de sucesso” (STOLL, 2013, p. 919). A despeito de alguma incorreção pontual de minha parte, na tradução, a lógica operacional e a conclusão da autora são claros: Não basta apenas olhar a divisão categórica dos grupos latentes em uma dada clivagem, é preciso observar historicamente e sociologicamente alguns desses degraus e balizas na realização dos grupos dados nestas categorias.

Stoll (2013), argumenta com a posição tomada por Cox (1997, 16):

Cox sugere uma resposta à questão de “quais grupos latentes” ao argumentar que “a crença de que grupos socialmente definidos sempre serão capazes de se organizar na arena política parece ignorar o problema da ação coletiva.” Ele então levanta a hipótese de que os grupos que terão sucesso são aqueles que são “organizados, que têm líderes que podem falar em defesa de seus interesses de uma forma oficial e pública, e que são percebidos como geralmente votando como um bloco”. Com base nesse argumento, minha primeira hipótese é que **a politização de um grupo facilitará sua participação bem-sucedida**. Um grupo politizado será mais capaz de superar o problema de ação coletiva inerente à criação do bem coletivo que é um partido político”. (STOLL, 2013, p. 1011).

(...)

Consequentemente, as elites, e especificamente os empresários políticos, têm um papel importante a desempenhar tanto na politização quanto na partidarização de um grupo latente. Os empresários ajudam a politizar grupos, incentivando o crescimento de um interesse comum do grupo, bem como desenvolvendo as estruturas organizacionais que permitem a expressão do interesse do grupo. Da mesma forma, os empresários desempenham um papel importante na participação dos grupos. (STOLL, 2013, p. 1021).

Baseado nestes pontos de argumentação considerados até aqui, a avaliação que faço é a de que o processo de avanço da diversidade religiosa se enquadra nestas propostas e abordagem do objeto. Tanto do ponto de abordagem do aumento do pluralismo, através do aumento da diversidade organizacional denominacional religiosa, que coloca uma série de novos atores organizados em cena, atores que demandarão posturas específicas e trabalhadas do sistema político Stoll (2013), que é o ponto de

estresse atual da teoria da poliarquia, ponto que nos alerta Burity (2001), quanto do ponto de abordagem da permanente exclusão dos interesses que não são necessariamente majoritários, mas que estão presentes na nossa sociedade, ponto que nos apresenta Mariano (2016), que ganham espaços notórios na sociedade brasileira, mas que incorrem em ser constantemente menosprezados e ignorados na ordem do dia da competição na arena política. Entre excluídos, os mantidos fora da arena política e fora do jogo político, quando entram em situação de serem os perdedores permanentes das eleições regulares, pode ser que a estabilidade da ordem democrática encontre alguns problemas. Afinal, **“é mais provável que o conflito seja mantido em níveis moderados se nenhuma subcultura étnica, religiosa ou regional for indefinidamente privada da oportunidade de participar do governo (...)”** Dahl (2015 (1971), p. 119).

Cabe, agora, entender algumas das posições teóricas existentes que explicam o crescimento religioso, o crescimento das organizações religiosas, que desenham suas principais cadeias causais e declaram algumas das suas dimensões de desenvolvimento, suas componentes, suas variáveis. Apenas para que adiantemos a transição entre os assuntos, falar de diversidade religiosa e da liberalização do mercado religioso envolve vários paradigmas da Sociologia da Religião. Existem grandes paradigmas teóricos que concorreram e ainda concorrem embasados na literatura sociológica, política e econômica para criar, cada um deles, suas principais proposições causais e explicativas para a relação entre o número de diferentes organizações religiosas e os impactos destas organizações na sociedade e na manutenção do próprio subsistema religioso, na afiliação religiosa (*denominational affiliation* e *religious affiliation*) e na participação religiosa (*church attendance* e *religious attendance*). Sem nos furtar disso, e dentro dos limites que cabem aprofundar, farei breves apresentações de quatro leituras teóricas nas próximas seções sobre a **modernização, secularização, pluralismo religioso** e o **desenvolvimento dos mercados religiosos**. As revisões destas principais abordagens teóricas, por mais que sintéticas, apresentam os termos elementares dos modelos explicativos para o comportamento religioso, bem como para suas resultantes explicações do avanço das religiões nas sociedades modernas.

2.3.3 Modernização e Secularização

As principais roupagens teóricas atuais, tanto da Sociologia da Religião, quanto da Sociologia Política, possuem marcas claramente causadas pela Teoria da Modernização. Essas marcas ficam muito evidentes na medida em que nos concentramos no estudo da relação entre a modernidade e a religião. Enquanto, de modo geral, modernização, desenvolvimento e secularização são termos que andaram e andam juntos na literatura econômica e sociológica, de modo sucinto, a força do paradigma teórico da modernização, deriva da força que este paradigma analítico teve na Sociologia americana de meados do século XX, sustentando diversos modelos explicativos para os fenômenos sociais e provendo “explicações do processo global pelo qual sociedades tradicionais alçavam à modernidade” (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006, p. 253), ou falhavam substancialmente em suas empreitadas coletivas.

A modernização pode ser subdividida em vários processos de mudanças nas dimensões da ordem social, mas que culminam na realização de um processo linear de desenvolvimento com dois polos: o **tradicional** e o **moderno**. De um ponto de vista analítico e prático, *grosso modo*, os modelos criados a partir da Teoria da Modernização, principalmente na década de 60, 70 e 80, empregavam medidas do Produto Interno Bruto (PIB) como ponto de partida e relacionavam essa medida às variáveis e componentes de outras dimensões. Isso, para além dos diversos receituários macroeconômicos, também fizeram pautar os polos entre **subdesenvolvidos** e **desenvolvidos**. Enfim, para listar de modo muito sintético as dimensões envolvidas em várias abordagens teóricas, pode-se resumir que o processo de modernização compreende:

- I. A **modernização política** envolve o desenvolvimento de instituições chave – partidos políticos, parlamentos, e voto secreto – as quais suportam o processo decisório.
- II. A **modernização cultural** produz tipicamente a secularização e a adesão a ideologia nacionalista.
- III. A **modernização econômica**, distinta da industrialização, está associada às profundas mudanças econômicas – à uma crescente divisão do trabalho, ao uso de técnicas de gerenciamento, tecnologias avançadas e o crescimento das facilidades de mercado.
- IV. A **modernização social** envolve o crescimento da escolarização, da urbanização e o declínio das autoridades tradicionais. Estas mudanças todas vistas em termos das crescentes diferenciações sociais e estruturais. (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 2006, p. 253).

No que tange à relação entre modernização e secularização, a cadeia principal de raciocínio é a de que no cerne do avanço do processo de modernização está a diminuição do papel dos valores tradicionais, operados pela família e a Igreja, diante dos valores modernos, necessários e fomentados pela empresa capitalista e pelo crescimento do Estado burocrático, ambos guiados por critérios técnicos e científicos trazidos pela autonomização e pela racionalização das esferas sociais. Esta cadeia das proposições até a secularização permaneceu pouco questionada durante as décadas até a década de 80, mesmo “os discursos críticos e pós-modernos dos anos 70 e 80, apesar de porem em questão a caracterização sociológico-política da modernização, mantiveram silêncio sobre ou corroboraram a tese da secularização.” (BURITY, 2001). Porém, o que ocorreu neste meio tempo é que o caminho previsto para a secularização começou a ser duramente questionado pelos fatos. A realidade presente nos casos desviantes, como o caso dos Estados Unidos, como no caso da retomada do fundamentalismo e do extremismo religioso, e bem como no caso da difusão de organizações religiosas no Brasil fazem com que a teoria da secularização seja retomada e seriamente questionada. Afinal, “o mundo de hoje é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares.” (BERGER, 2001).

A preocupação central destes paradigmas está em explicar, quase sempre em relação ao avanço da modernidade e o comportamento religioso resultante das sociedades em questão, em explicar o comportamento resultante da parcela da população de mercado que é religiosamente ativa, o que acontece com ela em cenários em que ocorre o aumento do número de denominações religiosas. A principal afirmação da teoria da secularização é a de que à medida que as sociedades se tornam modernas, economicamente capitalistas e industriais, e eventualmente mais ricas, a centralidade da religião e da família no arranjo geral da vida em sociedade são progressivamente reduzidos. Como consequência geral, a *religious attendance* nos países desenvolvidos, espera-se, reduziria dramaticamente. Porém, o que ocorre com as roupagens que apresentarei em seguida é que elas posicionam e reposicionam as principais amarrações do **processo de secularização** ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Disso, fundamentam ou relacionam seus principais postulados aos postulados da teoria da modernização, mesmos os revisados, colocando portanto que os parâmetros econômicos, principalmente a industrialização e a urbanização das cidades levam, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico e por tabela à secularização.

Algumas teorias construíram cadeias e mecanismos causais para dar conta da relação entre o avanço da modernização e o declínio do religioso ao longo do século XX. No que se refere a esses impactos religiosos, as mudanças trazidas pelo processo de modernização podem ocorrer e derivar de diferentes dimensões, variáveis e

componentes. Nas próximas seções, apresento, seguindo Ruitter e Tubergen (2009), os três mecanismos presentes na literatura sobre a relação entre modernização e secularização e que operacionalizam o paradigma da secularização, para o que podemos chamar de modelos exógenos da *religious attendance*, na tentativa de sermos mais esquemáticos. É importante fazer aqui essa divisão entre as **teorias da secularização relacionadas à modernização**, que são teorias que mobilizam variáveis “de fora” da religião para dar conta do fenômeno religioso, ou seja, como **modelos exógenos**. Isso porque, como veremos, um novo paradigma, muito influenciado pelo caso do Estados Unidos, passou a colocar que a *religious attendance* seria mais relacionada à competição entre firmas religiosas. Ou seja, com isso temos três grandes teorias dentro do grupo dos **modelos exógenos**, e mais uma, que mobiliza variáveis de dentro do próprio conjunto de variáveis e dimensões presentes no fenômeno religioso para explicar a *religious attendance*, uma teoria, portanto, no grupo do **modelos endógenos**.

a teoria mais antiga argumenta que a modernização leva a menos comprometimento religioso por causa do crescimento da educação, da ciência e de uma visão de mundo tecnológica. (...) a **modernização das ideologias** é o mecanismo pelo qual a visão de mundo religiosa mais tradicional se desgasta (...). Outra teoria da secularização concentra-se, em vez disso, na **modernização dos laços sociais**, ou seja, na diminuição da força e da multiplicidade dos laços sociais e na diminuição da densidade e homogeneidade das redes sociais. Mais recentemente, outra versão do paradigma da secularização foi proposta. De acordo com essa teoria, as diferenças entre países na religião podem ser explicadas pela **modernização das economias** (...) que geralmente leva a mais garantias financeiras, sociais e políticas para a população, reduzindo a necessidade de reafirmação religiosa. (RUITER; TUBERGEN, 2009, p. 865).

Neste percurso, veremos pontos que contam desde um declínio na demanda das pessoas por religião, por suas crenças e identidades religiosas, até o aumento da oferta de informação por outras fontes organizacionais e no aumento da racionalidade técnica e científica.

2.3.3.1 A Teoria do Desencantamento do Mundo

A discussão sobre a secularização é um dos maiores pontos da literatura da Sociologia da Religião. O assunto toma boa parte da produção acadêmica. Porém, é importante lembrar que o primeiro e elementar intercurso na história e na sociologia da

modernidade que pode ser relacionado à junção entre modernidade e secularização é fruto do raciocínio teórico de Max Weber, que não era Sociólogo da Religião. Este ponto, nos é lembrado por Pierucci (2013 (2003), p. 18), esclarecendo ele que Max Weber, “ao eleger as religiões como objeto, produz uma dupla macrosociologia: uma sociologia geral da mudança social como inevitável racionalização da vida, e uma sociologia específica da modernização ocidental.” A tarefa autoimposta pelo sociólogo era de outra magnitude.

No título desta seção, ocorre um exagero. O ponto é que o desencantamento do mundo, é um conceito empregado por Weber em estrita relação com o comportamento na esfera religiosa, com o avanço da processo de racionalização e com a secularização.

(...) o conceito típico-ideal de desencantamento do mundo está subordinado ao conceito maior e estruturante de sua sociologia: a **racionalização**. É a partir deste contexto que o conceito de desencantamento recebe sua determinação como “critério” que aponta para o “nível” de racionalização de determinado contexto religioso. (SELL, 2012, p. 167).

Ou seja, o encantamento, que é uma variável, dentro da dimensão da racionalidade, pode se tornar numa das componentes principais da dimensão de racionalidade da vida cotidiana. Uma das principais variáveis acompanhadas por Weber em toda a sua produção.

Isso quer dizer, antes de mais nada, que o desencantamento do mundo, na medida em que vem definido tecnicamente como **desmagificação da atitude ou mentalidade religiosa**, é para Weber um resultado (...) e é também **fator explicativo** do desenvolvimento *sui generis* **do racionalismo ocidental**, ao mesmo tempo que é, ele mesmo, um **processo histórico de desenvolvimento**. Nesse sentido e na medida em que pode aumentar e crescer, o desencantamento pode se concretizar historicamente com solidez variável e diferentes intensidades. (PIERUCCI, 2013 (2003), p. 59).

Em resumo da obra, em Weber, o mundo moderno é o mundo desencantado. É o mundo que passou pela gênese religiosa de um comportamento extremamente controlado e severo, que estendido para outra esfera, para a esfera econômica, faz com que suas empreitadas levem toda a ordem social para outro nível de desenvolvimento. A sorte das sociedades modernas, leia-se, dos atuais regimes econômicos e políticos em franco processo de modernização, com autonomia da esfera política e au-

tonomia da esfera jurídica, é a sorte do mundo em franco, aberto e reiterado processo de desencantamento. A secularização, por sua vez,

(...) de fato se pode encontrar na obra de Weber uma verdadeira profusão de eventos e processos de diferente dimensão e alcance empírico sob a designação de **secularização**, usos com referentes concretos muito diversos, mobilizados em diferentes níveis de análise e com diferente alcance categorial. A “grande secularização” promovida no século VIII por Carlos Martel, que Weber não vacila em chamar de “roubo sacrílego” (*Kirchenraub*), não tem, evidentemente, a mesma relevância histórica, o mesmo **alcance desencadeador de efeitos modernizadores que tem a secularização do associativismo voluntário** que ele põe em destaque ao tratar das seitas protestantes nos Estados Unidos. É aqui que está seu interesse de sociólogo, não lá. (PIERUCCI, 1998).

Os valores modernos, necessários e fomentados pela empresa capitalista dos tempos modernos e pelo crescimento do Estado burocrático, do Estado com autonomização mínima da esfera jurídica, são os valores que serão infundidos e difundidos na sociedade moderna. A esfera religiosa é apenas mais uma esfera, fica sujeita à relação com vários outros momentos e empreendimentos paralelos da vida do indivíduo, todos, ou em grande maioria, relacionados à critérios técnicos e científicos trazidos por mais autonomização e racionalização das demais esferas. Mariz (2006), ao resumir a relação entre modernidade e secularização em Weber, coloca que:

(...) pode-se dizer que o enfraquecimento da religião na modernidade foi uma das consequências do avanço do processo de racionalização do mundo. (...) a racionalização teria sido responsável pela diferenciação das esferas sociais, que é característica da modernidade. A religião passa a ser uma entre outras esferas sociais, perde o papel de encompassador que tinha na sociedade tradicional e se restringe a uma função específica. (MARIZ, 2006, p. 116).

A prosperidade material, o sucesso econômico e a sobrevivência da empresa moderna bem como a fundamentação, a legitimidade e a força coercitiva do Estado moderno estão umbilicalmente relacionados à racionalização do mundo. Afinal, a mesma e elementar **ascese no trato da vida religiosa** que tornou difusa a racionalidade para o trato econômico, e ao trato político, a engendra e pulveriza à empreitada científica e técnica. O resultado claro do mundo das diversas esferas racionalizadas é o ceticismo

em relação às tradições estabelecidas e sua baixa capacidade de explicar os fatos e de guiar a vida. Neste sentido, a cadeia causal do processo de modernização que pode ser apreendida do raciocínio weberiano, obedece a rota: cultura → economia → política.

Para concluir, se tomarmos a leitura forte do processo de secularização, conforme proposto por Weber, quanto maior for o desenvolvimento das demais esferas, quanto mais autônomas e racionalizadas cada uma delas, menor o espaço que caberá à religião na vida prática da modernidade. Esses processos, de “desenvolvimento da sociabilidade e de modos de socição característicos das modernas sociedades” (PI-ERUCCI, 1998) dão a raiz do que é o processo de secularização que ocorre Ocidente, na sociedade moderna. Uma sociedade que se diversifica e encontra meios, cada vez menos dependentes da magia, cada vez mais racionais e visando a variados fins de alteração da ordem social.

2.3.3.2 A Teoria do Dossel Sagrado

Uma das primeiras roupagens dadas ao casamento entre a Teoria da Modernização e o processo de secularização foi a teoria apresentada por Peter Berger, em 1967, e que ficou conhecida como a **Teoria do Dossel Sagrado** (MARIANO, 2016, p. 711). De cunho marcadamente sociológico, e relacionada a outras frentes de trabalho do próprio Berger, a teoria é nuclearmente baseada em mecanismos causais diretamente relacionados ao **processo de socialização**. O ponto elementar para iniciar o raciocínio de Berger, é sua postura teórica dependente da manutenção da ordem social. Enquanto o raciocínio weberiano enxerga uma progressiva **autonomização** das esferas sociais nas sociedades modernas, o raciocínio de Berger, relacionado às categorias dhurkeimianas, entende que a **nomização** ainda é função necessária à manutenção da ordem social e da própria sociedade, onde a religião cumpre um papel central ao proteger os indivíduos da anomia.

Em termos muito sucintos, a socialização é o mecanismo central de criação da ordem social. Deste processo derivará quase todo o sucesso operacional da vida de um dado indivíduo em sociedade e, por conseguinte, derivará a própria manutenção dos mundos sociais, e a sorte da ordem social. Porém, sendo esses mundos frutos da própria ação humana, frutos de construção e engenharia social, os indivíduos desafiam constantemente o mundo em que estão inseridos. Por isso, existe o **controle social** que funciona como um mecanismo limitador, tanto para os indivíduos, quanto para os grupos. Aliada à socialização, a realidade objetiva das instituições é, até este ponto, o maior propulsor da integração social. Porém, na medida em que são acionados os mecanismos de controle social, é importante salientar que “As crianças precisam ser

convencidas, mas os seus mestres também precisam sê-lo. Os malfetores precisam ser condenados convincentemente, mas essa condenação deve também servir para justificar os seus juízes.” Esta situação comum na ordem social, engendra, portanto, “outro processo centralmente importante que serve para escorar o oscilante edifício da ordem social: **o processo da legitimação**”. Berger (1985, p. 42 e 44). O ponto final e sumário da relação entre estes três mecanismos ao ponto que nos interessa é que o processo de legitimação da ordem social surge para posicionar, de maneira definida, as “coisas como são” e não como “coisas fabricadas”. O que quer dizer que “A religião legitima de modo tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas.” Berger (1985, p. 45–46).

A característica-chave de todas as situações pluralistas, quaisquer que sejam os detalhes de seu pano de fundo histórico, é que os ex-monopólios religiosos não podem mais contar com a submissão de suas populações. A submissão é voluntária e, assim, por definição, não é segura. Resulta daí que a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. A situação pluralista é, acima de tudo, uma situação de mercado. Nela, as instituições religiosas tornam-se agências de mercado e as tradições religiosas comodidades de consumo. E de qualquer forma, grande parte da atividade religiosa nessa situação vem a ser dominada pela lógica da economia de mercado. (BERGER, 1985, p. 149).

Romper com a situação monopolística anteriormente assegurada pela parceria com o Estado, vale lembrar, detentor e monopolista dos meios últimos de coerção e punição legítima, levou, conseqüentemente, à situação de redução geral da capacidade de se impor, e de impor o consumo de seus bens e serviços religiosos. O rompimento da parceria entre o detentor dos meios coercitivos e o detentor dos meios legitimadores da ordem social, abre o mercado para outros empreendedores religiosos. Ou seja, o sagrado e o monopólio, a falha de mercado, andariam de mãos-dadas.

A “polarização” da religião que a secularização ocasionou e a concomitante perda do caráter coletivo e/ou de “realidade” também podem ser descritas dizendo-se que a secularização *ipso facto* conduz a uma situação de pluralismo. (...) a ligação profunda entre secularização e pluralismo torna-se patente. Pode-se dizer então, como vimos, que a secularização causa o fim dos

monopólios das tradições religiosas e, assim, *ipso facto*, conduz a uma situação de pluralismo. (BERGER, 1985, p. 145-146).

Na medida em que os espaços públicos eram mantidos – e obrigatoriamente mantidos – como mercados livres, seguros e assegurados pelo Estado, na medida em que foram historicamente secularizados, a Religião se reposicionou, e cada vez mais se reposicionaria, como escolha individual, fruto de preferência. A isso, ao fato da religião ser cada vez menos mobilizada como motor do processo de legitimação da ordem social, e cada vez mais deixada ao fruto do escrutínio individual, Berger denomina a polarização da religião. Uma consequência do avanço do processo de modernização que revolve tanto as estruturas dadas da engenharia social na exteriorização, como também as finas ligações dos indivíduos com a obra geral da sociedade em sua interiorização. Como relembra Mariano (2016, p. 713), no plano estrutural, à medida que as sociedades se diferenciaram, várias instituições se separaram e se emanciparam da religião, sendo que a área econômica foi o “palco original da secularização”, seguida pelo estado. Deste modo, entendo que o arco básico de realização da secularização pode ser apreendido por: economia → política → cultura.

(...) o fim dos monopólios religiosos é um processo socioestrutural e sociopsicológico. A religião não legitima mais “o mundo”. Na verdade, os diferentes grupos religiosos procuram, por diversos meios, manter seus mundos parciais em face da pluralidade de mundos parciais concorrentes. Concomitantemente, a pluralidade de legitimações religiosas é interiorizada na consciência como uma pluralidade de possibilidades entre quais pode-se escolher *ipso facto*, cada escolha particular é relativizada e não é absolutamente segura. (BERGER, 1985, p. 161–163).

Assim, o monopólio religioso seria a situação ideal para as religiões se sustentarem, o contrário da situação pluralista. Deste modo, a principal conclusão a que chega a teoria é que à medida que o número de religiões presente em um mesmo território aumenta, a parcela da população que é religiosamente ativa tenderá a diminuir. “Fragmentada em múltiplas estruturas de plausibilidade, a religião (no plural) perdeu a capacidade de impor sua moralidade ao conjunto da sociedade e foi privatizada, ao passo que as crenças religiosas perderam seu caráter objetivo e evidente e foram relativizadas pela concorrência e pela subjetivação.” (MARIANO, 2016, p. 714–715). A existência de religiões diferentes, no agregado, fará diminuir a sacralidade de cada uma delas, diminuindo assim, por conseguinte, o nível de crença religiosa.

Mais adiante, Berger revisou seus argumentos do Paradigma do Dossel Sagrado, principalmente em dois pontos: desvinculando modernização e o estado de

secularização como necessária no encadeamento causal original, e atestando, dado esse movimento de relativização, que a religião pode ressurgir, motivando um processo de dessecularização. Ou seja, Berger altera a suposição de que a secularização seja consequência necessária da modernização, colocando-a em posição de que a modernização, na verdade, gera os pressupostos suficientes para que surja e prossiga a secularização.

Apesar de negar uma teoria da secularização simples e mecânica, o autor não nega a secularização como tal. Reconhece-a como uma dimensão que marca a sociedade contemporânea, mas sublinha o seu limite, destacando ainda que esse processo pode gerar o seu oposto. (...) O que Berger nega, não é o processo de secularização em si, mas a crença de que a modernidade vá necessariamente gerar o declínio da religião como um todo nos diferentes níveis, tanto social quanto individual. (MARIZ, 2001, p. 26–27)

Para concluir, tanto a secularização, quanto a dessecularização são processos em curso, e Berger procura entender ambos como produtos da relação dialética entre religião e modernidade em diferentes situações históricas, geográficas e contextuais.

2.3.3.3 A Teoria da Mudança de Valores entre Gerações

A terceira e última roupagem da teórica que abarca relações claramente tomadas com a Teoria da Modernização para trabalhar a relação entre modernização e a secularização é chamada **Teoria da Mudança de Valores**. Seu principal arcabouço causal original foi elaborado na década de 70, quando Inglehart descobriu uma grande mudança nos valores das populações de sociedades industriais avançadas entre as gerações. De modo geral, o modelo de Inglehart foi elaborado em diversas fases de trabalho e publicado em diversos trabalhos, mas principalmente em quatro obras: *The Silent Revolution* de Inglehart (1977), *Modernization and Postmodernization* Inglehart (1997), *Sacred and Secular: Religion and Politics in Worldwide* de Norris e Inglehart (2011) e *Modernization, Cultural Change and Democracy* de Inglehart e Welzel (2009).

Os autores argumentam que a modernização é um processo de desenvolvimento humano em direção a valores humanísticos, em que o desenvolvimento econômico resolve questões de existência material e promove o surgimento de questões de existência pós-material, mudanças culturais que centralizam a autonomia individual, a igualdade de gênero, e tornam, por conseguinte, a democracia cada vez mais provável e sustentável. Enfim, as mudanças são provocadas, especialmente por valores de autoexpressão associados à sociedades pós-industriais.

Na retomada realizada pelo autor, todas as quatro dimensões foram reconsideradas, porém, de um encadeamento lógico e causal distinto. Para o autor, a atribuição direta dos resultados desenvolvimento econômico no desenvolvimento dos demais eixos dimensionais não é direta. Para Inglehart e Baker (2000), a modernização, ou desenvolvimento, é um processo de percurso menos direto e certo, seus derivados são mais complexos que as etapas caracterizadas em versões anteriores da teoria. Por mais que a gênese do processo seja a mesma, o início do processo é dado por alterações significativas no mesmo fator: as mudanças econômicas, cabe ressaltar que a cadeia de desenrolo do processo, não acompanha a mesma lógica da teoria da modernização, ou da teoria da modernização clássica. O cerne da cadeia de mudanças é a redução das inseguranças econômicas dos indivíduos. Só através deste primeiro passo, um passo elementar, é que indivíduos teriam condições de alçar outros conjuntos de valores, conforme coloca:

Ao diminuir a insegurança econômica pela promoção da mobilização cognitiva e diversificar intercâmbios humanos, o desenvolvimento socioeconômico reduz as restrições objetivas às escolhas. **As pessoas se tornam materialmente mais seguras, intelectualmente mais autônomas e socialmente mais independentes.** Assim, sentem mais segurança existencial, o que gera um sentimento correspondente de autonomia. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 46–47).

A teoria da modernização, que postula que o “desenvolvimento econômico, a mudança cultural e a mudança política caminham juntos em padrões coerentes e, até certo ponto, previsíveis”, foi tão severamente criticada em bases teóricas e empíricas que é geralmente considerada desacreditada (p. 5). Inglehart tenta dar novo fôlego à teoria abordando suas falhas e oferecendo uma versão corrigida de seus mecanismos causais, com a **teoria da mudança de valor intergeracional** em seu núcleo. Ronald F. Inglehart atribui poder causal ao desenvolvimento econômico. Dele derivariam, segundo o autor, uma série de valores chamados valores de autoexpressão, que por sua vez, estão relacionados aos valores democráticos e às instituições democráticas. Ou seja, a mudança econômica agita os principais valores de uma sociedade, e o agitar destes valores culminam em demandas por uma outra democracia, uma democracia efetiva. O modelo explicativo para tal pressuposto:

A mudança cultural decisiva é a substituição de valores de sobrevivência por valores de autoexpressão. A mudança para valores seculares racionais não é crucial para a democratização. Desde que as autoridades religiosas não tentem controlar o sistema polí-

tico, as instituições democráticas parecem funcionar bem nas sociedades tanto religiosas como seculares. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 171).

A tese defendida neste percurso explicativo acentua a mudança cultural, pode ser resumida à seguinte fala: “The major effect of modernization is not that it makes democracy more acceptable to elites but that it increases ordinary people’s capabilities and willingness to struggle for democratic institutions.” (INGLEHART; WELZEL, 2008, p. 136). O ponto entre a modernização e a democracia não reside na mudança de postura por parte das elites. A mudança de fato não se localiza no eixo da competição, na oferta política. O motor causal das alterações reside no fato de, ao terem resolvidas suas carências econômicas de primeira ordem, alterarem-se o conjunto e a adesão aos valores, aumentando a probabilidade de substituição de valores de sobrevivência por valores de autoexpressão, e por fim, na terceira ordem, melhorarem as capacidades dos comuns para tocarem suas instituições, melhorarem “capacidades e vontade de lutar por instituições democráticas”. O ativador reside em alterações redistributivas na ordem econômica e qualitativas e comportamentais na ordem social, ambas no eixo da demanda. Por fim, para que se complete a “revolução silenciosa” (INGLEHART, 1977), basta o tempo passar e o mais jovens continuarem vivendo, dado que os mais velhos morrerão. O modelo, na figura 2.1, apresenta o esquema que arrola a cadeia de proposições que estruturam o empreendimento teórico:

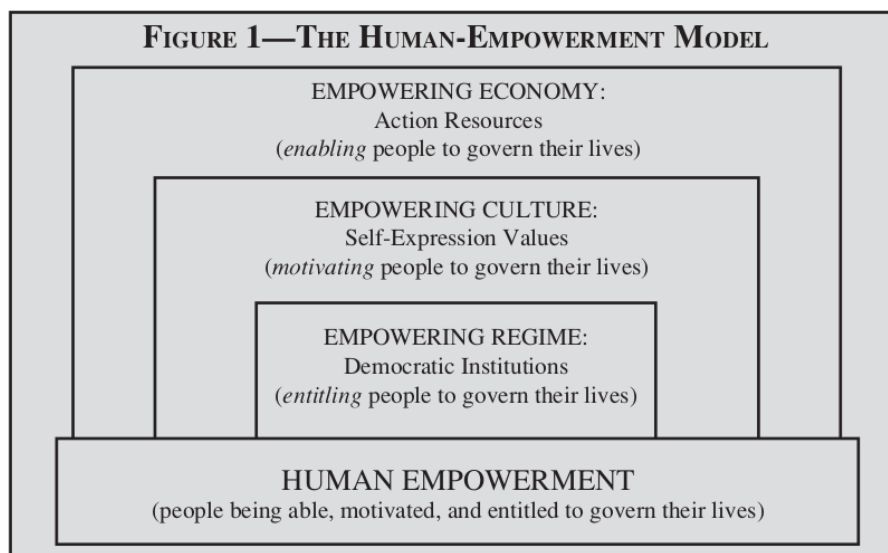


Figura 2.1: **Modelo de Desenvolvimento Cultural e Democrático.**

Fonte: The Role of Ordinary People in Democratization, Inglehart e Welzel (2008, p. 129).

O processo recebe o nome de **Modelo de Empoderamento Humano**. Nele, o atendimento às carências econômicas, **habilita** as pessoas à governarem suas vidas.

A mudança de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão **motiva** as pessoas a governarem suas vidas. O que mediante um regime com instituições democráticas, **empodera** as pessoas a governarem suas vidas. O atendimento às carências econômicas, leva, conseqüentemente ao acesso e aumento dos chamados recursos de ação e das capacidades dos indivíduos. Este processo é o que torna os pertencentes a uma dada sociedade mais autônomos. Desta melhoria econômica germinam outras mudanças individuais, só que de outra ordem, no sentido de busca e manutenção de um conjunto de novos valores: os **valores de autoexpressão**. Enquanto antes, o arco das ações individuais era cheio de ansiedade e tomado de medidas urgentes visando a sobrevivência, quase que exclusivamente, depois de alçado certo nível de segurança existencial, de posse de recursos, os indivíduos buscam outra sorte de ações, e encontram uma sorte de valores um tanto quanto distintos dos anteriores. Por fim, como consequência, os rumos da democracia efetiva derivam diretamente destes dois primeiros momentos. A sequência, que não é claramente postulada e defendida por Inglehart, mas que pode ser perfeitamente apreendida dos trabalhos do autor resume-se por: economia → cultura → política.

Uma das evidências mais claras para a Teoria da Mudança de Valores, até este ponto, é o de que a mudança social já estaria em curso. As sociedades que tivessem resolvidos suas carências econômicas mais básicas e promovido a segurança das crianças, estariam todas, eventualmente, na fila da revolução. Porém, o que aconteceu em boa parte do mundo, com o retorno do fundamentalismo religioso e do conservadorismo político, com a crescente violência envolvendo pontos caros aos valores pós-materialistas, como os direitos das mulheres, dos negros e de liberdade religiosa coloca, para além das críticas recebidas durante o percurso de produção das pesquisas, o modelo causal contra a parede. Continuando, porém, alguns pontos foram trabalhados e seriam novamente colocados à prova. O ponto mais forte de defesa do trabalho aparece nas publicações mais recentes de Ronald Inglehart, e se resumem na seguinte postura:

A mudança de valores pode mudar as sociedades. Uma cultura é um conjunto de normas e habilidades que conduzem à sobrevivência em um determinado ambiente, constituindo uma estratégia de sobrevivência para uma sociedade. **Como a evolução biológica, a cultura evolui por meio de um processo análogo às mutações aleatórias e à seleção natural, mas, como a cultura é aprendida, ela pode mudar muito mais rapidamente do que a evolução biológica.** (INGLEHART, 2017, p. 143).

Neste ponto, é importante salientar que, após trabalhar e acompanhar diversas críticas à Teoria da Mudança de Valores (Tese da Mudança de Valores), críticas que aqui

não cabem serem todas elas listadas, Inglehart continuou a produzir um verdadeiro legado de levantamentos, *surveys* e publicações de abrangência mundial. Desse modo, e após várias interlocuções, colocou, de fato, uma proposta de *update* na Teoria da Modernização, o qual ele denomina “**Evolutionary Modernization Theory**”. Trabalho em que alega ter consolidado grande parte dos achados e evidências (INGLEHART, 2017).

A **tese da mudança de valor** foi controversa desde o início. (...) A **hipótese da mudança de valor**, por outro lado, sustenta que os jovens são mais pós-materialistas do que os mais velhos **apenas se tiverem crescido em condições de vida substancialmente mais seguras**. Consequentemente, não esperaríamos encontrar diferenças de valor entre gerações em sociedades estagnadas - e se as gerações futuras não crescessem mais em condições mais seguras do que os mais velhos, não encontraríamos diferenças de valor entre gerações. Mas o **grau de segurança experimentado durante os anos de formação tem um impacto duradouro**. Consequentemente, na medida em que coortes relativamente pós-materialistas, de nascimento no pós-guerra, vierem a substituir os mais velhos e mais materialistas na população adulta, devemos testemunhar uma mudança gradual dos valores materialistas para os pós-materialistas. (INGLEHART, 2017, p. 142).

A hipótese central do raciocínio melhorado é a de que quanto maior o nível de segurança existencial, particularmente durante os anos de formação das crianças e dos mais jovens, maior a probabilidade da mudança nos valores no sentido pró-secularização. Porém, se a segurança existencial não ocorre e perdura, se um estado de segurança existencial não durou tempo suficiente, as coortes mais jovens “compararão a serviços religiosos, orarão ou meditarão regularmente e considerarão a religião central em suas vidas.” (NORRIS; INGLEHART, 2011, p. 27). Ou seja, tanto o modelo de mudança de valores quanto a secularização, que dele seria uma espécie de subproduto esperado, podem colapsar, colocar todas as mudanças a perder. A proposição básica é que “os níveis de modernização social, desenvolvimento humano e igualdade econômica moldam a força da religiosidade - ou seja, os valores, crenças e práticas religiosas existentes em qualquer sociedade.” (NORRIS; INGLEHART, 2011, p. 27). Na leitura dos autores o mundo tem experimentado, cada vez mais, melhorias econômicas e por conseguinte, a “shift from **pro-fertility norms to individual-choice norms** linked with secularization”. (NORRIS; INGLEHART, 2011; INGLEHART, 2021). Assim, o sentido esperado das mudanças parecem ter ocorrido com frequência relativamente grande.

Enfim, para concluirmos, é importante que voltemos a sintetizar a teoria da secularização proposta pelos autores empregando os seus pontos principais. Sua versão da teoria da secularização, portanto, se desenrolaria com os seguintes pontos:

Em vez de atribuir a secularização ao avanço da ciência conhecimento, ou à modernização em geral - ambos os quais retratam a secularização como um processo universal e unidirecional - a teoria da modernização evolucionária argumenta que a secularização reflete amplamente os níveis crescentes de segurança existencial.

(...)

Esta versão da teoria da secularização reconhece que a modernização é *path-dependent*: o nível de religiosidade de um determinado país reflete sua herança histórica específica.

(...)

A segurança é psicológica e também física. A religião tradicionalmente compensava os baixos níveis de segurança econômica e física, garantindo que o universo estava nas mãos de um poder superior infalível.

(...)

Embora a secularização normalmente ocorra no ritmo da substituição da população entre gerações, pode chegar a um ponto de inflexão em que a opinião dominante em um determinado meio muda de lado, e as forças do conformismo e da desejabilidade social comecem a favorecer a perspectiva que antes opuseram, produzindo uma mudança cultural extraordinariamente rápida. (INGLEHART, 2021, 38-39).

Amarrando, assim, a hipótese de segurança existencial a um modelo de modernização que leva em conta o desenvolvimento do processo de secularização, Norris e Inglehart (2011) e Inglehart (2021), revisam várias amarrações da Teoria da Mudança de Valores. Um ponto interessante sobre os trabalhos desta teoria é que, como ela é moldada ao mesmo passo em que as pesquisas são realizadas e elaboradas, boa parte das hipóteses construídas no arcabouço causal dos modelos é empiricamente operacionalizável. Para as duas outras teorias apresentadas anteriormente, por exemplo, esta tarefa é mais complicada, passa por verdadeiras escolhas e acordos dentro de cada campo de aplicação.

2.3.4 A Teoria das Economias Religiosas

Nos Estados Unidos, a religiosidade aumentou à medida que o desenvolvimento capitalista avançou durante os séculos XIX e XX. Além disso, em uma perspectiva comparada, os Estados Unidos são muito religiosos, apesar de serem muito modernos e economicamente avançados (BAKER; SMITH, 2015). Ou seja, o que ocorria não conversava de fato com os corolários da Teoria da Modernização e nem do Paradigma do Dossel Sagrado. Por conta deste espaço teórico para interpretar a realidade americana, a **Teoria das Economias Religiosas** surgiu, de modo geral, como uma resposta às falhas da teoria da secularização em explicar o caso dos Estados Unidos (FINKE; STARK, 2005; STARK; FINKE, 2000).

A metáfora com a economia e com a situação do mercado para a religião não é nova. Toda a construção aproveitada da analogia com os mercados fora amplamente aproveitada por Peter Berger. Ademais, os próprios autores, seus proponentes, lembram que algo similar fora sugerido por Adam Smith (WARNER, 1993). Porém, o movimento realizado pelos proponentes do paradigma, em termos de levarem a fim e ao cabo o deslocamento de cadeia de proposições, graças à mudança de seleção do eixo analítico permitido pelo deslocamento da metáfora do mercado econômico, é o mesmo realizado por Schumpeter no cenário político. Vale lembrar que o economista e cientista político austríaco também deixou curtíssimo espaço para o eixo da demanda em seu modelo de democracia. Por isso, entendo que movimento é praticamente o mesmo, sendo que o movimento realizado na teoria das economias religiosas, por ser um feito mais recente, teve mais traços e termos amplamente empregados da economia contemporânea. Mas o cerne, é importante frisar, a viragem radical do paradigma, mais uma vez, é a tomada e a acentuação da dimensão da oferta (ou da competição) e algumas das suas componentes em detrimento quase completo da dimensão da demanda (ou da participação).

Usaremos conceitos econômicos como mercados, firmas, penetração de mercado e mercados segmentados para analisar o sucesso e o fracasso de entidades religiosas. As economias religiosas são como as economias comerciais, pois consistem em um mercado composto por um conjunto de clientes atuais e potenciais e um conjunto de empresas que procuram atender a esse mercado. O destino dessas empresas dependerá de (1) aspectos de suas estruturas organizacionais, (2) seus representantes de vendas, (3) seu produto e (4) suas técnicas de marketing. Traduzido para uma linguagem mais eclesiástica, o sucesso relativo dos grupos religiosos (especialmente em uma economia não regulamentada) dependerá de sua política e congregações locais,

seu clero, suas doutrinas religiosas e suas técnicas de evangelização. (FINKE; STARK, 1988, p. 9)

A alteração dos resultados das proposições é substantivo. Enquanto a teoria da modernização, a secularização e o dossel sagrado pressupunham a derrocada dos empreendimentos religiosos com a entrada de novos empreendimentos concorrentes, a teoria das economias religiosas, seguindo para outro lado, conforme apresentada por Stark e Bainbridge (1985), argumenta que um número maior de religiões resultará em um aumento na participação religiosa. De modo muito estranho, o mercado religioso de Berger não enxergava o potencial das firmas em fazerem a demanda e, em alguma medida, o próprio mercado aquecerem. As novas religiões, ao competirem e ajustarem seus esforços de atração, espera-se que de fato atrairão as pessoas. Ou seja, para explicar essa anomalia do mercado religioso norte-americano, os teóricos da economia religiosa desafiaram um pressuposto central na teoria da secularização de que a pluralidade de visões de mundo desafia a validade da religião predominante e enfraquece a religiosidade como um todo, e, ao invés disso, colocaram a tese de que conforme a diversidade religiosa aumenta, os grupos religiosos competem para capturar adeptos, aquecendo assim a participação religiosa.

Nós nos separamos de Berger quanto às consequências das ondas de pluralismo. Junto com a maioria dos sociólogos, ele acredita no poder organizacional superior das religiões monopolistas: ao fornecer ao povo uma única estrutura de plausibilidade, a religião monopolista pode inspirar o tipo de fé profunda que frequentemente associamos à aldeia medieval. É precisamente aqui que pensamos que o erro nostálgico entra. (FINKE; STARK, 1988, p. 42)

O saldo líquido desta operação é melhora da qualidade dos bens simbólicos oferecidos no mercado religioso, levando as pessoas a “consumirem” mais bens e serviços religiosos, mais religião. Além disso, a pluralidade religiosa e a competição aumentam quando o estado reduz os custos políticos e as regulamentações legais para a expressão de religiões minoritárias. Assim, os países com religiões oficiais e monopolistas, como os europeus, bem como aqueles que desproporcionalmente favorecem uma religião predominante, terão níveis mais baixos de religiosidade do que aqueles países com mercados religiosos mais heterogêneos e menos regulamentados.

2.3.5 A Teoria da Poliarquia e as Economias Religiosas

Do capítulo anterior até este ponto, saliento que os movimentos teóricos realizados foram no sentido e se dedicaram a um mesmo nível de tratamento dos objetos. Existe um nível analítico em comum sendo proposto entre a teoria da poliarquia e a teoria das economias religiosas. Ainda sobre a teoria das economias religiosas, outros dois pontos podem ser salientados. O primeiro deles é a estrita relação com os meios institucionais e com a liberalização. O segundo deles é a relação interna do mercado, ou seja, as características endógenas que são salientadas para explicar as resultantes agregadas do cenário religioso. Segundo Frigerio (2008), o novo paradigma e estes pontos se consolidam em algumas vantagens diante das posturas teóricas anteriores:

O novo paradigma tem uma vantagem importante em relação ao antigo, qual seja, toma a situação atual da religião como uma realidade em si mesma, e não a compara (explícita ou implicitamente) com uma suposta situação privilegiada anterior – em relação à qual a forma atual seria uma degeneração. Rompe com o pressuposto bergeriano e durkheimiano de que a religião tinha – e portanto deve ter – como função integrar moralmente a sociedade e que, se não o faz, seria uma versão degenerada ou pouco importante da “verdadeira” religião. O novo paradigma começa com o pressuposto de que a situação natural da religião é uma situação de mercado (mesmo que esteja regulado) e analisa as consequências da concorrência e da desregulação para a economia religiosa - sem comparar implicitamente com uma situação anterior de não-mercado. A ênfase no grau de desregulação do mercado religioso (em termos operacionalizáveis) e na presença de firmas vigorosas não subsidiadas permite explicar variações na atividade religiosa, sem postular necessariamente o desaparecimento ou o crescimento da religião. (FRIGERIO, 2008, p. 33)

É possível partir do pressuposto que ambas teorias encaram os **grupos** como os principais realizadores da sua sorte no mercado, as **firmas** como as principais realizadoras da sua sorte no mercado. Os grupos são os principais agentes dos cenários, as firmas são os principais agentes dos mercados. As igrejas (organizações religiosas) e os partidos (organizações políticas) são os principais motores de cada um destes dois mercados. Por mais que a centralidade do argumento de que as organizações políticas, leia-se, as organizações partidárias seja mais acentuado na visão que Schumpeter apresenta sobre a democracia, entendo que a teoria da Poliarquia é a teoria que

permite encarar a riqueza analítica da relação dessas organizações com as demais organizações sociais, sem perder de vista o importante espaço de interação com a demanda. Com isso, entendo que o foco analítico se sustenta em relação ao modo específico de interação esperada: o modo institucional. Através de eleições regulares, com partidos em livre concorrência, e com organizações sociais em livre trânsito.

Todo o foco é sociológico, na religião como um setor institucional (Friedland e Alford 1991) ao invés de um fenômeno principalmente cultural ou psicológico, e comparativo na concepção, focando nos parâmetros distintivos da religião na sociedade americana, ao invés da evolução do “religião” como um fenômeno genérico. (WARNER, 1993, p. 1046).

O núcleo do sistema político da poliarquia depende do tratamento institucional dos conflitos originados e mantidos pelas sociedades. Porém, a própria sorte do sistema se mantém, em estrita relação, com os mecanismos geradores ou potencializadores dos conflitos e com os subprodutos destes mecanismos. Neste sentido, é importante posicionar que o conflito é o cerne das realizações políticas da democracia para a teoria pluralista, mas não são as suas unidades analíticas básicas, suas unidades básicas são os grupos de interesse. Segundo Cunningham (2009), o poder, os grupos de interesse e o tratamento do conflito estão no cerne da teoria democrática pluralista de Robert Alan Dahl e Seymour Martin Lypset.

Neste ponto, chego a mais um ponto mínimo, agora entre duas matrizes teóricas dedicadas a objetos distintos, mas a objetos típicos de um mesmo nível analítico, de onde as interações entre os grupos organizados nas sociedades e os eleitores podem, mais uma vez, serem realocados na dinâmica dos processos eleitorais e na dinâmica das democracias representativas. Do cenário institucional das incertezas para o cenário eleitoral das estratégias, o movimento reinsere eleitores e organizações da sociedade no movimento de interesse das elites políticas minimamente organizadas para os pleitos. Este é o ponto de conclusão e de amarração das teorias políticas e da teoria da religião para o raciocínio elementar deste trabalho. Na próxima seção, aponto mais uma característica que dá relevo à interação entre o cenário religioso e o cenário eleitoral.

2.3.6 A sorte do sistema

A relação dos pré-requisitos, dos direitos e das instituições democráticas, bem como das instituições de governo e de representação com as sociedades sobre as quais operam, que inicialmente pareceram isoladas do sistema político na abordagem

minimalista da democracia, são retomadas na abordagem pluralista da poliarquia. O conceito de poliarquia recupera a relação da democracia com a sociedade e atribui à ordem social e à ordem econômica uma parte considerável das chances de sobrevivência dos regimes poliárquicos.

Os pluralistas modernos adotam um ponto de vista mais benigno sobre o conflito de facções (“força vital da democracia”) do que faz Madison, mas eles concordam com este sobre a pretensão descritiva central de que seja inevitável, e com a prescrição de que o mais importante fim da política democrática seja regular os conflitos pacificamente. (CUNNINGHAM, 2009, p. 97)

Entretanto, onde reside a força de manutenção das poliarquias, das disputas constantes de produção e reprodução dos interesses e das autonomias dos indivíduos, também reside a força de destruição dos mecanismos instituídos para resolução pacífica dos conflitos. As organizações e subculturas sociais que canalizam e potencializam conflitos podem contribuir positivamente para a manutenção da poliarquia engendrando disputas que não ultrapassem as balizas institucionais, tanto como podem engendrar disputas que as ultrapassem, que subjuguem os meios institucionais de resolução destes conflitos. Dahl, alerta para o fato de que a formação de subculturas e clivagens no interior das sociedades podem alimentar os grupos de interesse e manter os conflitos, tão importantes para a democracia, dentro dos padrões de mútua tolerância e de repúdio aos recursos violentos, bem como de serem administrados pelos partidos eleitos, mas essas mesmas subculturas podem, por outro lado, quando ameaçadas, engendrar, com os potenciais conflitos internos à essas clivagens, um mecanismo gerador das polarizações que levariam uma determinada poliarquia a uma situação de crise.

Há, pois, conflitos com que um sistema político competitivo não consegue lidar facilmente e talvez não possa mesmo lidar. Qualquer disputa em que uma grande parcela da população de um país sinta que seu modo de vida ou seus principais valores estão seriamente ameaçados por um outro segmento da população provoca uma crise num sistema competitivo. (DAHL, 2015 (1971), p. 111).

Subculturas regionais, étnicas e religiosas entram em cena, quando e se são capazes de responder aos apelos das lideranças excluídas das posições de governo. Ou seja, se não forem “indefinidamente privadas da oportunidade de participar do governo, isto é, da coalizão majoritária” Dahl (2015 (1971), p. 119.), se existirem “entendimentos e engajamentos, nem sempre constitucionais formais, que proporcione um grau

relativamente alto de segurança às diversas subculturas” Dahl (2015 (1971), p. 121.) e “se o povo de um país acreditar que uma poliarquia é efetiva no atendimento de reivindicações” Dahl (2015 (1971), p. 122.).

Os regimes políticos caminham no sentido de uma maior liberalização e competição, ou seja, caminham no sentido das poliarquias, na medida em que processam os conflitos existentes e se sustentam diante das disparidades sociais e econômicas. Os níveis de desenvolvimento e dispersão da ordem socioeconômica, o nível de igualdade nos rendimentos, a força das clivagens ou subculturas (religiosas, linguísticas e regionais), e por fim, das disposições favoráveis das crenças dos ativistas mobilizados, todos implicam nas chances de sobrevivência ou derrocada das democracias, das poliarquias. Todos eles implicam e intervêm na equacionamento geral da teoria da poliarquia, onde a autonomia, a diversidade, o conflito e a competição não devem ser capazes de ultrapassar as barreiras institucionais de liberdade e decisão em que eles mesmos se sustentam e se realizaram. Uma equação de balanceamento realmente delicado.

A distribuição desigual de recursos políticos sempre permanece como ameaça a uma concentração ou radicalização que faça ruir os fundamentos da poliarquia, independente das instituições partidárias e eleitorais. Em cada dobra da atividade política se esconde uma possibilidade de assimetrias, inclusive em instituições emblemáticas como a disputa parlamentar. Ao final de processos semelhantes, envolvendo custos de tolerância e de opressão, radicalização do sistema de crenças e desigualdades encontra-se o cenário mais temido: uma polarização entre forças contrárias e igualmente poderosas levando a um impasse dificilmente solúvel nos quadros democráticos. (SANTOS, 2014, p. 290)

Existem situações esperadas em que a teoria da poliarquia apresenta as lógicas e causas possíveis das suas próprias derrocadas, e os mais prováveis fenômenos que são capazes de enfraquecê-la substantivamente. O que deve ficar estabelecido é que uma vez atingidos os níveis de desenvolvimento político para uma dada poliarquia, nada, a não ser os próprios cuidados políticos criados e engendrados na manutenção constante do sistema, impedem o retrocesso.

2.4 Recapitulações

Neste capítulo me aproximei da literatura corrente da Sociologia da Religião brasileira e apresentei alguns dos seus maiores posicionamentos. O aspecto mais importante a ser resgatado da breve revisão contextual é o de que a **liberalização religiosa** e a **competição entre as firmas religiosas**, é uma competição acirrada e é uma realidade presente e crescente no Brasil. Aproximei a leitura da competição entre as denominações religiosas à leitura do primeiro capítulo, apostando no vínculo entre a **teoria da poliarquia** e o **pluralismo religioso** como a melhor maneira de interpretar o sistema político democrático brasileiro. Retomei algumas posturas teóricas dedicadas ao tema da realidade contemporânea e da relação que dos mercados religiosos tendem a manter com o cenário político, principalmente às atrelas à **teoria da modernização** e à **teoria das economias religiosas**. Por fim, ainda me utilizando da amarração da metáfora do mercado proposta por Schumpeter, defendo que é possível trabalhar com a **teoria da poliarquia** e a **teoria das economias religiosas** em associação.

3. Fracionalização Religiosa, Desenvolvimento Socioeconômico e Competição Eleitoral

3.1 Considerações Iniciais

Este capítulo apresenta os resultados selecionados da aplicação computacional de quase cinquenta índices aos cenários religiosos dos municípios brasileiros. Seu conteúdo, portanto, é muito mais operacional e metodológico do que os capítulos iniciais, mas friso, estão estritamente relacionados com as posturas teóricas anteriormente adotadas. A tecitura da análise pluralista das poliarquias, a teoria e as metáforas que fornecem a amarração lógico-teórica básica para o encadeamento das proposições, dependem da construção e da aplicação de índices matemática e operacionalmente aproximados entre os mercados. O principal objetivo deste capítulo é de realizar uma proposta operacional e metodológica, a proposta de se construir para as análises de sociologia da religião do Brasil um catálogo de índices que seja capaz de capturar a diversidade das realizações dos mercados religiosos, para o caso específico deste trabalho, municipais, mas que podem ser perfeitamente aplicados a outros níveis de agregação, e o de apresentar a aplicação dos índices ao cenário religioso. O capítulo está subdividido em três seções. Na primeira seção apresento o **plano de pesquisa** do capítulo. Nele são amarradas a perspectiva adotada sobre o objeto, a abordagem que será empregada e as análises que serão pontualmente realizadas. Apresento ainda a unidade de análise, o nível de análise, os procedimentos e os insumos, e encerro com as principais hipóteses apresentadas em pequenas **matrizes de associações esperadas**. Na segunda seção inicio a apresentação dos resultados obtidos dos cálculos dos **índices de concentração/diversidade** dos mercados. Neste primeiro momento, apresento os resultados apenas para o **Estado do Rio de Janeiro**. O principal objetivo da seção é o de introduzir o leitor ao tema e aos principais aspectos que devem surgir das aplicações para os municípios. Ademais, a seção também apresenta uma **análise introdutória da relação** entre os índices construídos e apresentados para o mercado religioso e entre os índices de desenvolvimento humano municipal e índices de competição política. Na terceira seção avanço na apresentação dos resultados obtidos dos cálculos dos **índices de concentração/diversidade** dos mercados. Apresento os resultados para todos os municípios do **Brasil**. O principal objetivo da seção apresentar os resultados elementares dos índices dos mercados religiosos, que são

as **variáveis independentes** do modelos que serão aplicados nos capítulos seguintes do trabalho. Assim como na seção anterior, esta seção também apresenta uma **análise introdutória da relação** entre os índices construídos e apresentados para o mercado religioso e entre os índices de desenvolvimento humano municipal e índices de competição política.

3.2 Plano de Pesquisa do Capítulo

A relação entre o sistema religioso e o sistema político no Brasil foi explorada de diversas formas pela academia, mas de maneira mormente teórica e qualitativa. Por mais que os trabalhos tenham se utilizado de dados quantitativos, em gigantesca maioria estas análises quantitativas não passam de contagens e percentuais, a maior parte dos estudos se destacam por terem se produzido sobre pesquisas que utilizam métodos qualitativos, mesclando alguma contextualização macrossocial quantitativa, alguma contextualização histórica, mas empregando de fato em seus momentos analíticos e empíricos técnicas qualitativas, etnografias e questionários, quase sempre associados a estudos de caso. A principal que faço é a de se construir para as análises de sociologia da religião do Brasil um catálogo de índices que seja capaz de capturar a diversidade das realizações dos mercados religiosos municipais, mas que podem ser replicados para outros níveis de agregação.

3.2.1 Perspectiva

A perspectiva adotada na análise é a da sociologia do voto aliada à perspectiva pluralista clássica, conforme classificada em trabalho recente por Cunningham (2009, p. 91-122), e antes por Held (1987, p. 184 e 185), ou a perspectiva da democracia liberal, conforme classificada por Macpherson (1978). Os autores balizadores da explicação sociológica do comportamento eleitoral e os autores balizadores da teoria pluralista clássica para os ensejos desta pesquisa são principalmente Dahl (2015 (1971)) e Lipset (1959). Os *building blocks*, os conceitos elementares mais caros à perspectiva são os grupos de interesse, e o elemento presente em todos posicionamentos interpretativos adotados é o conflito.

3.2.2 Abordagem

Este é um estudo de Sociologia Política eminentemente macrossociológico, especificamente posicionado entre as áreas de análise do comportamento religioso e do comportamento eleitoral no nível das suas peças centrais, suas organizações elementares, a saber: as igrejas e os partidos. Do ponto de vista operacional, no que se refere ao tipo e ao tratamento das fontes e dos dados, este é um trabalho de instrumentação quantitativa, com objetivos eminentemente exploratórios e características marcadamente descritivas.

3.2.3 Análise

As distribuições das preferências religiosas e as distribuições das preferências eleitorais para cada município foram operacionalizados em quatro índices: o Índice de Concentração de Herfindahl (**H**) (ADELMAN, 1951; RESENDE, 1994), o Índice de Fracionalização de Rae (**F**) (RAE, 1968); o Índice de Competitividade de Santos (**IC**) (SANTOS, 2007); e o Número Efetivo de Partidos de Laakso e Taagepera (**N**) (ADELMAN, 1969; LAAKSO; TAAGEPERA, 1979). O pluralismo religioso foi mensurado em uma única frente, no nível de firma, com os índices **H**, **F** e **N**. A competição eleitoral foi mensurada em duas frentes: a da competição entre candidaturas, com o índice **IC**; e a da competição interpartidária, com os índices **H**, **F** e **N**. As unidades temporais em tela são, respectivamente, os anos de 2010 e 2012, uma vez que os dados socioeconômicos provém do Censo Populacional de 2010 e os resultados das Eleições Municipais são do ano de 2012. Os principais escopos espaciais dos dados utilizados nos cálculos são o Estado do Rio de Janeiro e seus 92 municípios, no primeiro momento da análise, e todos os municípios, no segundo momento da análise. As unidades temporais em tela são, respectivamente, os anos de 1991, 2000 e 2010, referentes aos dados socioeconômicos e religiosos dos Censos Populacionais e dos resultados das Eleições Municipais dos anos de 1996 a 2016. Os principais escopos espaciais dos dados utilizados na elaboração dos indicadores são os 5.570 municípios brasileiros.

3.2.3.1 Unidade de Análise

As unidades **observacionais** (*i*) do estudo, sobre as quais se pretende a análise são os municípios, portanto, os principais achados, as observações, constatações e resultados serão, em maioria, referenciados aos municípios como unidade agregada e aos pleitos (majoritário ou proporcional) realizados em cada município.

3.2.3.2 Nível de Análise

As principais operacionalizações dos indicadores empregados estão distribuídos de acordo com o tipo de sistema eleitoral e o nível de firma. Estão enquadradas de acordo com o tipo de pleito eleitoral, se majoritário ou proporcional, e o tipo de comportamento agregado, sendo que, na área do comportamento religioso, o correlato das firmas são as denominações religiosas, e na área do comportamento político, o correlato das firmas são os partidos políticos.

3.2.3.3 Procedimentos

Os principais procedimentos adotados durante a execução da análise foram a aplicação dos indicadores de concentração dos mercados e competição entre firmas aos dados de afiliação religiosa obtidos, índices **H**, **F** e **N**, respectivamente, para os ano 2010, a análise exploratória de dados, tanto univariada quanto multivariada, da estrutura dos indicadores de competição religiosa e a análise da relação dos indicadores de competição religiosa com indicadores socioeconômicos e político-eleitorais.

$$\mathbf{H} = \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (3.1) \quad \mathbf{F} = 1 - \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (3.2) \quad \mathbf{N} = 1 \div \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (3.3)$$

Para analisar a relação estatística entre as variáveis computadas para o mercado religioso e para o mercado político foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (ρ).

3.2.3.4 Insumos

Os dados utilizados para computar os indicadores empregados no trabalho são dados primários originários de três fontes públicas: Os dados demográficos municipais foram obtidos no portal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados socioeconômicos foram obtidos no portal da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e os dados eleitorais foram obtidos no Repositório de Dados Eleitorais, um sistema unificado dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.2.3.5 Expectativas

As principais associações esperadas entre os conjuntos de variáveis socioeconômicas, eleitorais e religiosas estão disponibilizadas nas matrizes, logo abaixo, nas tabelas 3.1 e 3.2.

Desenvolvimento Socioeconômico	Diversidade Religiosa		
	H	F	N
Global			
IDHM	-	+	+
Dimensões			
IDHM Longevidade	-	+	+
IDHM Educação	-	+	+
IDHM Renda	-	+	+

Tabela 3.1: Matriz de Associações Esperadas.

Competição Eleitoral	Diversidade Religiosa		
	H	F	N
Partidária			
N Majoritárias	-	+	+
N Proporcionais	-	+	+
Candidatura			
IC Majoritárias	-	+	+
IC Proporcionais	-	+	+

Tabela 3.2: Matriz de Associações Esperadas.

3.3 Diversidade Religiosa nos Municípios

Esta seção é uma seção dedicada a apresentação dos resultados em dois momentos. No primeiro momento, na subseção seguinte, apresento um pequeno subconjunto dos cálculos dos índices de diversidade para os municípios do Estado do Rio de Janeiro e analiso a relação destes com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e suas dimensões com os índices de competição política. No segundo momento, em outra subseção, amplio o escopo espacial da apresentação dos resultados para o Brasil e, mais uma vez, realizo a análise da relação entre as variáveis.

3.3.1 Medidas de Diversidade Religiosa para o Rio de Janeiro

Esta subseção apresenta os primeiros resultados provenientes dos cálculos dos indicadores de diversidade religiosa para os municípios de acordo com os dados do último Censo Demográfico, que foi realizado em 2010. Nela apresento detalhes operacionais e técnicos dos índices que seriam omitidos diante da ordem de grandeza das unidades de análise do objeto, neste sentido, o principal objetivo desta seção é menos analítico do que os demais resultados do trabalho. Ao serem expandidos para outras unidades no espaço, como o serão para todos os municípios do Brasil, e para outros pontos no tempo, como serão para outros anos analisados, os ganhos informacionais tendem a ser resumidos estatisticamente. Diante disso, entendo ser importante selecionar um pequeno conjunto de unidades de análise, um pequeno conjunto de municípios e em apenas um ponto no tempo, e apresentar seus resultados. Portanto, o principal objetivo desta seção é o de apresentar uma pequena parcela dos resultados obtidos da aplicação dos índices de concentração industrial ao mercado religioso dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

3.3.1.1 A Fracionalização das Preferências Religiosas

Esta seção apresenta os resultados dos cálculos dos indicadores de diversidade religiosa para os municípios do Estado do Rio de Janeiro de acordo com os dados do último Censo Demográfico, de 2010. O Índice de Fracionalização de Rae (F) foi proposto, ganhou notoriedade e é comumente computado sobre as distribuições dos votos para análises de competição eleitoral interpartidária e de sistemas partidários. Neste estudo a mesma fórmula de cálculo foi aplicada, de maneira análoga, às distribuições das preferências religiosas, às declarações de afiliação às denominações religiosas, o que produziu, conforme apresentei em seção anterior, ao lado de outras medidas, uma medida da diversidade do mercado religioso para o nível municipal. A

análise gráfica, com a apresentação das figuras 3.1 e 3.2, abarca mais detalhes a respeito da fracionalização do mercado religioso, da diversidade religiosa, conforme mensurada pelo índice F para os municípios fluminenses.

As aplicações resultaram em três conjuntos de dados que resumem as configurações da afiliação religiosa dos mercados fornecendo medidas resumo diretas e claras da situação agregada para os municípios em tela. A concentração (H), a fracionalização (F) e o número efetivo de religiões (N) para os mercados religiosos municipais do Estado do Rio de Janeiro estão resumidos e apresentados logo abaixo, na tabela 3.3.

X	N	x_{min}	x_{max}	$x_{min} - x_{max}$	μ	σ
H	92	0,161	0,600	0,438	0,306	0,114
F	92	0,400	0,839	0,438	0,694	0,114
N	92	1,668	6,204	4,537	3,715	1,276

Tabela 3.3: Resumo dos Índices H, F e N.

A informação mais importante angariada deste resumo de dados é a de que os indicadores de monopólio são consideravelmente baixos para os municípios fluminenses, e que, de modo espelhado os indicadores de fracionalização são consideravelmente altos. A média do índice H é de exatamente 0,306 e o nível de variação para os municípios chegou a 0,114. O valor mínimo observado para a concentração foi de 0,161 e o valor máximo foi de 0,600. A fracionalização das afiliações religiosas para o conjunto dos 92 municípios do estado, por espelhamento, apresenta média do índice F igual a 0,694, muito próximo a 0,700, um valor consideravelmente alto na análise de competição entre firmas (denominações) presentes nos mercados. De modo paralelo, em termos monopolísticos, lê-se que não há concentração que indique tal constatação. A média do número efetivo de denominações religiosas para os municípios do Estado do Rio de Janeiro é 3,715, quase 4 denominações. Os municípios de Queimados e Seropédica, ambos da região metropolitana, e Armação dos Búzios, município da região dos lagos, são os três municípios com maior número efetivo de religiões, contaram valores de N superior a 6.

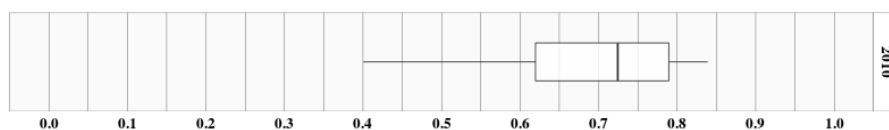


Figura 3.1: **A Fracionalização Religiosa no Rio de Janeiro, 2010.**

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010.

O diagrama de caixa apresenta a tendência central e a variação das fracionalizações municipais. A presença de municípios com valores muito baixos não corresponde a um décimo do total de casos, do total de municípios do estado. Apenas cinco municípios apresentaram valores de F, por exemplo, abaixo de 0,500, a saber: Laje do Muriaé (0,400), Miracema (0,418), Macuco (0,430), Quatis (0,458), Bom Jardim (0,491). Para resumir a distribuição geográfica do índice, a figura 3.2, logo abaixo, apresenta o mapa dos municípios do Estado do Rio de Janeiro com os valores computados do índice.

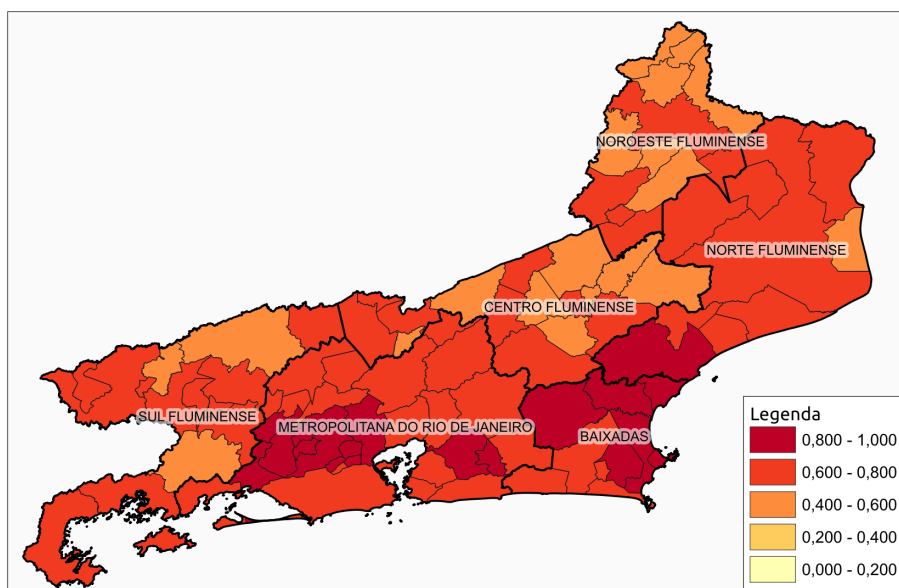


Figura 3.2: **A Diversidade Religiosa no Rio de Janeiro, 2010.**

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010.

A classificação coroplética adotada exibe as faixas do índice de fracionalização das preferências religiosas de acordo com o quintil dos valores computados para os municípios. Cada faixa da paleta conta com cerca de 20% dos municípios do estado, onde quanto mais forte a cor, maior o valor observado do índice F. O padrão é muito claro, a tendência para os municípios é a de que os valores sejam elevados, mais próximos do limite superior de variação do índice. O valor mediano do índice F é de, aproximadamente, 0,700, valor consideravelmente alto, e mais da metade dos municípios o ultrapassou.

3.3.1.2 Análise Introdutória da Relação

A análise da correlação entre as variáveis é um primeiro passo importante na busca dos primeiros indícios sobre a associação existente entre as variáveis analisadas, neste caso, entre as variáveis religiosas construídas, as variáveis socioeconômicas e as variáveis políticas. A seguir, em uma pequena subseção dedicada, apresento os resultados da correlação entre o desenvolvimento humano e a diversidade religiosa. Depois, em outra pequena subseção, apresento os resultados da correlação entre a competição política e a diversidade religiosa. Adiante, o leitor perceberá que esta mesma estrutura de enquadramento dos resultados será empregada para dar conta da análise de todos os municípios brasileiros.

3.3.1.2.1 Desenvolvimento Socioeconômico

Para identificar a existência de associação linear entre o nível de desenvolvimento socioeconômico municipal e o nível de diversidade religiosa, bem como para mensurar a força dessa relação e analisar o sentido que ela toma empreguei o coeficiente de correlação produto momento de Pearson (ρ).^I Logo abaixo, na tabela 3.4 e na figura 3.3, estão os valores encontrados na análise estatística da relação para os índices.

Desenvolvimento Socioeconômico	Diversidade Religiosa		
	H	F	N
Global			
IDHM	- 0,213	0,213	0,142
Dimensões			
IDHM Longevidade	- 0,226	0,226	0,172
IDHM Educação	- 0,189	0,189	0,132
IDHM Renda	- 0,182	0,182	0,099

Tabela 3.4: Matriz de Correlação.

A fracionalização religiosa mensurada pelo índice F apresentou, em todos os casos, uma correlação fraca^{II} com o desenvolvimento socioeconômico, conforme pode

^I Os valores de ρ vão de - 1 a 1, onde 0 é o valor expresso da não correlação entre as variáveis, 1 a correlação direta perfeita entre as variáveis, e - 1 a correlação inversa perfeita entre as variáveis.

^{II} Os valores das magnitudes do coeficiente de correlação de Pearson foram interpretados segundo o padrão: 0,000 - 0,249, correlação muito fraca, inexistente; 0,250 - 0,499, correlação fraca; 0,500 - 0,749, correlação moderada; 0,750 - 0,899, correlação forte; 0,900 - 1,000, correlação muito forte, quase perfeita.

ser visto na figura logo abaixo. O maior valor de ρ para uma relação de F ocorreu com o IDHM de Longevidade.

A figura 3.3 apresenta, de modo gráfico, a relação das variáveis de desenvolvimento socioeconômico com os valores computados para o índice F da diversidade religiosa. Nela estão os disponibilizados os gráficos chamados diagramas de dispersão, que apresentam um resumo gráfico das relações lineares entre as variáveis de desenvolvimento socioeconômico e as variáveis de diversidade religiosa municipal.

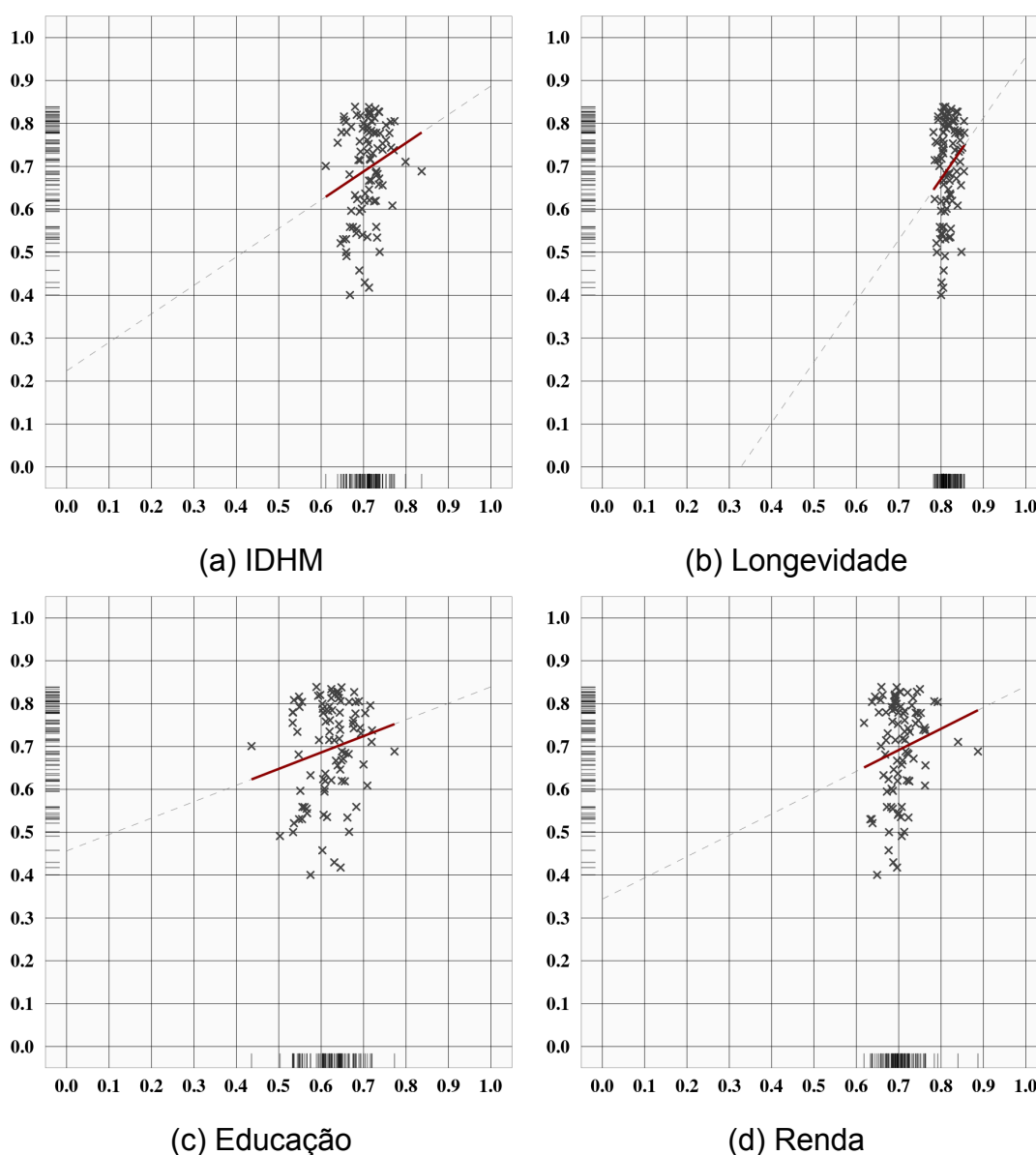


Figura 3.3: Desenvolvimento Socioeconômico e Diversidade Religiosa.

Em resumo, isso indica que quanto maior a esperança de vida e as idades alcançadas por determinada circunscrição municipal, por exemplo, maior o nível de diversidade religiosa. No mais, é importante salientar que todas as direções esperadas

para as associações medidas pelo coeficiente foram atingidas, por mais que os valores sejam fracos e muito baixos. O ponto mais importante constatado da análise de correlação é o de os indicadores de desenvolvimento e os indicadores de diversidade religiosa apresentaram, em todos os índices empregados, uma correlação positiva. Na medida, portanto, em que um município é um município socioeconomicamente desenvolvido, tende também a ser diverso em seu mercado religioso. Mesmo se analisados isoladamente os desenvolvimentos em cada dimensão, educação, renda e longevidade, a constatação se mantém: municípios mais desenvolvidos são municípios com maior diversidade religiosa.

3.3.1.2.2 Competição Eleitoral

Para identificar, por sua vez, a existência de associação linear entre o nível de competição eleitoral das circunscrições municipais e a diversidade religiosa, bem como para mensurar a força dessa relação e analisar o sentido que ela toma empreguei o coeficiente de correlação produto momento de Pearson (ρ). Na tabela 3.5, estão os valores encontrados na análise estatística da relação para os índices.

Competição Eleitoral	Diversidade Religiosa		
	H	F	N
Partidária			
N Majoritárias	- 0,160	0,160	0,162
N Proporcionais	- 0,223	0,223	0,232
Candidatura			
IC Majoritárias	- 0,312	0,312	0,331
IC Proporcionais	- 0,475	0,475	0,474

Tabela 3.5: Matriz de Correlação.

A fracionalização religiosa mensurada pelo índice F apresentou uma correlação fraca, quase moderada, com a competição eleitoral entre candidatos mensurada pelo índice IC, conforme pode ser visto na tabela 3.5 e na figura 3.8d. Para a concorrência dos candidatos ao cargo de vereador o coeficiente de correlação chegou a 0,475. Para os candidatos ao cargo de prefeito, o coeficiente de correlação ficou na casa de 0,300. Mais uma vez, corroborando a matriz de associações esperadas, estes resultados indicam que quanto maior a diversidade religiosa de um dado município, maior o nível de competição e maior a concorrência entre candidatos ao cargo de vereador. No mais, todas as direções esperadas para as associações medidas pelo coeficiente foram atingidas. A figura 3.4 apresenta a relação das variáveis de competição política

com os valores computados para o índice F da diversidade religiosa.

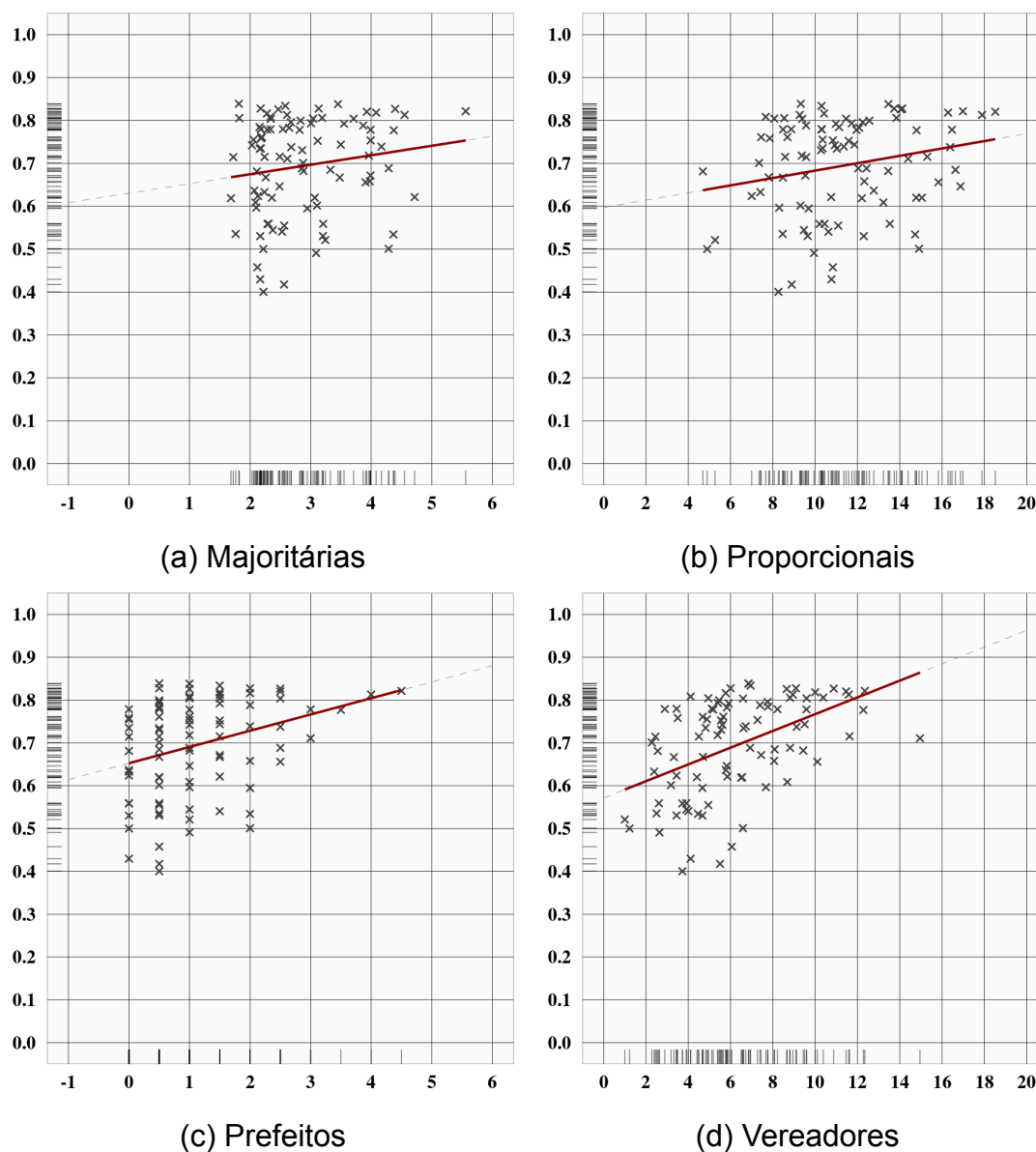


Figura 3.4: Competição Eleitoral e Diversidade Religiosa.

Existem indícios de que a diversidade religiosa apresenta alguma correlação com o nível de concorrência entre as candidaturas para os cargos das eleições proporcionais, para os cargos de vereador, onde foram observados os maiores valores do coeficiente de correlação. No que se refere à competição para os cargos de prefeito e ao número de partidos, para ambos tipos de pleito, a correlação não apresentou valores consideravelmente altos.

3.3.1.3 Conclusões Parciais

De modo geral, como as associações esperadas foram corroboradas, é possível dizer que municípios que são socioeconomicamente desenvolvidos, tenderam a ter mercados religiosos fracionalizados, e é possível dizer que municípios que são politicamente competitivos, também tenderam a ter mercados religiosos fracionalizados. Porém, em termos estatísticos, estas duas constatações são baseadas em indícios moderados e fracos.

Os principais resultados obtidos dos resultados iniciais para os municípios do Estado do Rio de Janeiro corroboraram as associações esperadas das matrizes de associação propostas. A magnitude da correlação entre as variáveis socioeconômicas e religiosas não pode ser considerada como indício forte de associação entre estes dois subconjuntos de variáveis. A magnitude da correlação entre as variáveis de competição político-eleitorais e religiosas não pode ser considerada como forte indício de associação entre estes dois subconjuntos de variáveis, mas neste caso, foram encontrados indícios moderados de correlação entre a competição das eleições proporcionais e a diversidade religiosa.

3.3.2 Medidas de Diversidade Religiosa para o Brasil

Esta seção apresenta uma análise descritiva dos indicadores de diversidade denominacional religiosa para os cenários municipais entre 1970 e 2010. Os resultados estão subdivididos em cinco outras subseções, cada qual um momento específico de tomada do objeto, de tomada da diversidade religiosa, cada qual avançando nas operacionalizações realizadas sobre os dados básicos de afiliação religiosa obtidos nos Censos Demográficos, e cada qual, como veremos, com a capacidade de oferecer algumas constatações. Ademais, antes de apresentar os resultados, esclareço que durante a redação das análises considero firmas, empreendimentos, denominações, igrejas e agentes como termos intercambiáveis de um mesmo nível analítico, que é o nível de organizações, e que utilizo os termos mercados, cenários e realidades municipais como termos intercambiáveis, também visando abordar um nível analítico, que é o nível agregado municipal para cada realidade, para cada dimensão em tela.

3.3.2.1 O Mercado Religioso

Antes de apresentar as principais informações referentes aos resultados dos cálculos dos indicadores de mercado, esta seção resume o comportamento geral das parcelas de mercado angariadas por grupo religioso nos últimos cinquenta anos, de acordo com os dados do Censo Demográfico. A figura 3.5 exhibe o tamanho percentual de cada um dos grandes grupos religiosos. Para tal não foram apresentados todos os grupos, foram selecionados os 5 maiores e relacionados de forma ordenada decrescente. O último grupo, o sexto, apresenta os dados categorizados como “outros” e agrega os demais grupos e denominações.

Este procedimento de agregar as categorias das religiões foi necessário por dois motivos: o primeiro deles diz respeito ao próprio nível de concentração do mercado religioso. Ou seja, boa parte do mercado é, de fato, controlada apenas por alguns grandes grupos (denominações), não havendo motivo descritivo de apresentar, em resumo, os dados de todas as parcelas. Como, entre 1970 e 2010, mesmo diante da maior participação do mercado por parte de outras denominações, é importante colocar que o cenário geral permanece com as maiores parcelas pertencentes a algumas denominações, a alguns grandes grupos. Este é o caso, por exemplo, da figura 3.5 para o ano de 1970, nela é possível perceber que o maior grupo (católico) com a faixa vermelha detinha aproximadamente 90% dos adeptos. O segundo motivo é dado por conta da operação adotada inicialmente, no primeiro ponto da análise (1970), com o tratamento dos dados de afiliação religiosa, que contava, como veremos, com um número de categorias e denominações bem menor do que o que apresentou na última

realização do Censo Demográfico, em 2010.

Entre 1970 e 2010, as parcelas de adeptos de cada grande grupo religioso passaram por substantivas alterações. A informação apresentada pela figura 3.5 resume os valores percentuais para cada grande grupo de denominações em cada um dos levantamentos censitários realizados. O movimento mais claro é o de que a religião católica, que conta a faixa vermelha, perdeu espaço no mercado religioso brasileiro paulatinamente (ALVES; BARROS; CAVENAGHI, 2012; ALVES; CAVENAGHI; BARROS, 2016; ALVES et al., 2017). Em termos específicos, em 1970, o grande grupo católico possuía mais de 90% dos religiosos do Brasil. Em 1980, o cenário agregado não se altera de maneira radical, o grande grupo católico ainda detinha cerca 90% dos adeptos, pouco menos que isso. Em 1991, o avanço das demais denominações, contadas em seus respectivos grupos, começa a apresentar sinais mais claros e distintivos. Enquanto em 1970, apenas uma faixa amarela dava indicativos de existência, em 1991, outra subdivisão cresce e apresenta sinais mais claros na contabilização de adeptos.

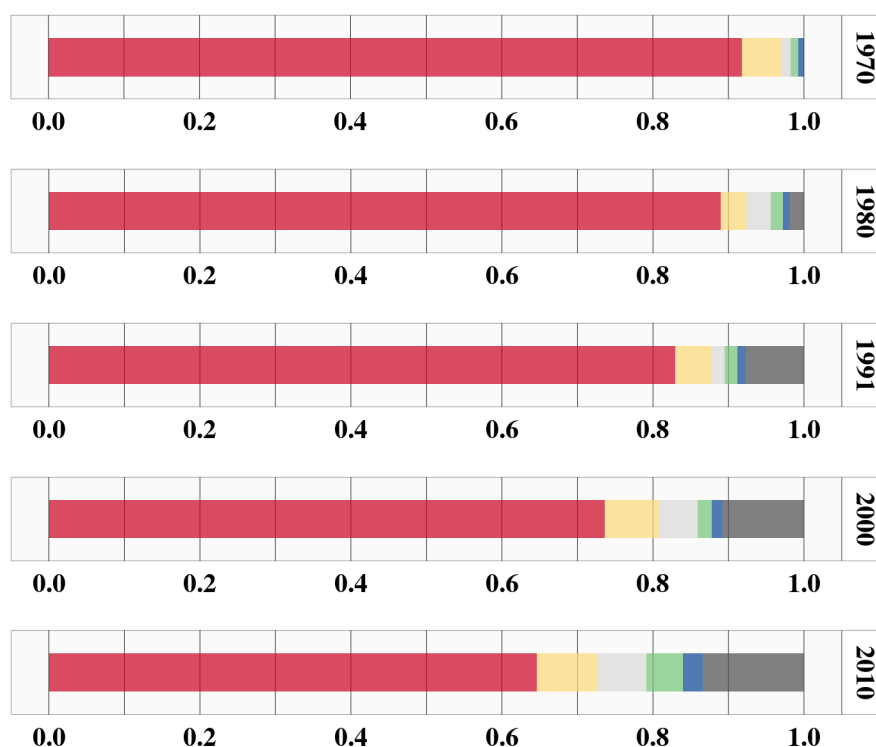


Figura 3.5: **O Mercado dos Grandes Grupos Religiosos no Brasil.**

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 1970 - 2010.

Entre 1991 e 2010, por outro lado, o mercado religioso experimenta seus primeiros sinais de competição, de modo agregado. A multiplicidade de denominações é uma das características desse movimento competitivo. Na figura 3.5 estão apresen-

tadas, respectivamente as parcelas dos grupos dados da **Católica Apostólica Romana**, pelos **Sem Religião**, e pelos grandes grupos das religiões evangélicas, a saber: **Evangélica De Origem Pentecostal Assembleia De Deus**, **Evangélica Não Determinada**, **Outras Igrejas Evangélicas De Origem Pentecostal**. No Censo de 1970 existiam pouco mais de 5 categorias religiosas (grandes grupos agregados) que contabilizavam todos os intentos de afiliação da população brasileira. No censo de 1991, por outro lado, foi realizado o primeiro movimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no sentido de angariar maior diversidade dos dados de afiliação religiosa da população brasileira, obviamente, não sem motivo. Para o ano, para o Censo de 1991, ocorreu a primeira parceria do IBGE com o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), e a variáveis religião, que em 1970 contava exatamente 7 categorias, passou a contar mais de 50 categorias.

Do ano de 1990, até o ano de 2010, alguns movimentos de ampliação de afiliação religiosa ocorreram. As faixas amarelas, brancas, verdes e azuis ampliam suas faixas percentuais do gráfico. O mais claro e paulatino movimento de aumento ocorreu por parte das denominações evangélicas agrupadas, respectivamente as amarelas, brancas e verdes. Inicialmente, não correspondiam a 10% das afiliações religiosas do mercado religioso brasileiro, mas que até 2010 ampliaram consideravelmente sua participação.

Ademais, a última categoria apresentada no gráfico resume uma verdadeira constelação de denominações, pequenos grupos e ramificações. Para o último Censo Demográfico, em termos específicos, esta categoria é o somatório de mais de 100 denominações. Seguindo a leitura, vale colocar que essa constelação, agregada, sai de menos de 5% para mais de 15% das faixas do gráfico em 2010. De certo modo, isso apresenta a abertura existente no mercado religioso e a liberalização em voga. Enquanto em 1970 ainda existiam fortes indicadores de um mercado que, para além de monopolizado, contasse com alguma regulação institucional ou social, em 2010, existem fortes indícios de essas amarras institucionais e sociais estão, gradualmente, se desfazendo.

A despeito dos principais padrões observados quanto às principais parcelas dos principais atores do mercado religioso, é cabível salientar outro fenômeno: a concorrência entre as denominações que estão adentrando o mercado religioso. Ao mesmo passo que, a cada década, o monopólio católico diminui um pouco mais, mais denominações evangélicas surgem. Boa parte desse movimento de novas denominações é apreendido pela categoria “outros”, na cor cinza, mas outra parte, uma grande parte, conta dentro dos grandes grupos apresentados. De forma alguma é possível dizer que em cada uma das faixas menores contam grupos altamente coesos, na verdade, a regra é que não, boa parte deles, mesmo contabilizando afiliações para o grande

grupo ao qual pretendem, não são empreendimentos ligados a uma mesma origem administrativa e executiva. Por fim, é importante salientar, a categoria agrega empreendimentos que são empreendimentos, em resumo, claramente distintos e muitas vezes concorrentes.

3.3.2.2 Número de Firms Ativas

O primeiro momento da análise traz o número de firmas presentes no mercado em questão, apresenta o número de denominações religiosas que estão presentes nos municípios. A tabela abaixo resume os dados das denominações que contaram ao menos um adepto. O objetivo do resumo de dados é o de descrever, ainda de maneira muito introdutória, o comportamento geral das firmas competidoras deste dado mercado, de descrever o comportamento das denominações que estão em disputa de adeptos no cenário municipal, e mensurar a abertura legal existente. O resumo tabular segue a ordem lógica de leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Contagem de denominações religiosas**, uma contagem simples de quantos foram as firmas religiosas identificadas e que estiveram em competição pela atenção dos adeptos.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	4,078	6,448	12,436	16,253	23,510
σ	1,307	2,064	7,578	10,631	12,414
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	2,000
Q_1	3,000	5,000	7,000	9,000	16,000
η	4,000	7,000	11,000	14,000	21,000
Q_3	5,000	8,000	15,000	20,000	28,000
x_{max}	6,000	10,000	47,000	96,000	122,000
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.6: Contagem de denominações religiosas.

A média geral do número de denominações religiosas registradas pelo Censo, para todo o período, é de aproximadamente 12. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 23,51. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1970, 4,08. A mediana geral do denominações

religiosas registradas pelo Censo, para todo o período, é de aproximadamente 11. O maior valor observado da mediana para o período foi o valor para o ano de 2010, 21,00. O menor valor observado da mediana para o período foi o valor para o ano de 1970, 4,00.

É possível constatar que a grande maioria dos municípios apresentou até 25 denominações religiosas, aproximadamente. Em termos gerais, ocorreu um aumento considerável no número de denominações registradas pelo Censo com o passar dos anos, movimento necessário para acompanhar a crescente dispersão dos adeptos entre as denominações existentes. No último ano, em 2010, um caso extremo chegou a contar 122 denominações registradas.

3.3.2.3 Parcelas de Mercado

O segundo momento da análise avança no sentido de que, para além da contagem dos agentes registrados e minimamente ativos no mercado, e mais importante que saber esta quantidade, é necessário identificar o percentual do total do mercado que estes agentes obtiveram em sua atuação. A lógica é a de que a firma, ou o sucesso da firma, se mede com o tanto que de mercado ela tem. As tabelas abaixo resumem os dados das declarações de afiliação obtidas pelas denominações que estiveram nos municípios e apresentaram ao menos um afiliado. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a distribuição geral das parcelas deste dado mercado entre as n -ésimas firmas competidoras, descrever as tendências gerais da distribuição de afiliados pelas igrejas em disputa. Mantendo a lógica anterior, o resumo segue a ordem de leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Média das Parcelas de Mercado**, a proporção simples de adeptos das denominações que estiveram em atuação. Em ordem, a primeira tabela apresenta a média das médias aritméticas das parcelas de afiliação, a segunda tabela apresenta a média das médias geométricas das parcelas, e a terceira tabela a média das médias harmônicas.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	0,292	0,183	0,116	0,089	0,054
σ	0,170	0,110	0,092	0,067	0,029
x_{min}	0,167	0,100	0,021	0,010	0,008
Q_1	0,200	0,125	0,067	0,050	0,036
η	0,250	0,143	0,091	0,071	0,048
Q_3	0,333	0,200	0,143	0,111	0,062

x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,500
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.7: Média aritmética das parcelas de mercado.

A média das médias aritméticas das parcelas de adeptos é de aproximadamente 0,15, 15%. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1970, 0,292. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 0,054. A mediana das médias aritméticas das parcelas para o período de aproximadamente 0,12, cerca de 12%. O maior valor observado da mediana foi registrado em 1970, 0,250, 25%. O menor valor observado da mediana em 2010, 0,048.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	0,068	0,024	0,014	0,011	0,005
σ	0,189	0,096	0,062	0,032	0,004
x_{min}	0,001	0,001	0,001	0,000	0,000
Q_1	0,011	0,006	0,004	0,004	0,003
η	0,021	0,010	0,006	0,006	0,005
Q_3	0,037	0,016	0,010	0,011	0,007
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,137
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.8: Média geométrica das parcelas de mercado.

A média das médias geométricas das parcelas de adeptos das denominações religiosas é de aproximadamente 0,024, perto de 2%. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1970, 0,068. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 0,005. A mediana das médias aritméticas das parcelas para o período de aproximadamente 0,010, cerca de 1%. O maior valor observado da mediana foi registrado em 1970, 0,021. O menor valor observado da mediana em 2010, 0,005.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	0,046	0,013	0,007	0,004	0,002
σ	0,190	0,095	0,061	0,029	0,002
x_{min}	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Q_1	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
η	0,003	0,002	0,002	0,002	0,002
Q_3	0,009	0,004	0,003	0,003	0,002
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,073
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.9: Média harmônica das parcelas de mercado.

A média das médias harmônicas de mercado das denominações é de aproximadamente 0,014, quase 1%. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1970, 0,046. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 0,002. A mediana das médias aritméticas das parcelas para o período de aproximadamente 0,002, bem menos que 1%. O maior valor observado da mediana foi registrado em 1970, 0,003. O menor valor observado da mediana em 2010, 0,002.

É possível constatar que a grande maioria dos municípios passou a contar com mais denominações registradas, porém com poucos adeptos quando em comparação com as registradas anteriormente no tempo. Enquanto em 1970 a média das parcelas médias de mercado era de 25%, em 2010, essas médias chegaram à 5%. Estes valores foram influenciados pelo aumento de categorias registradas com poucos adeptos. A média das parcelas é influenciada para baixo por contar com mais denominações com parcelas de mercado consideravelmente menores. É possível atestar a consistência dos valores computados, resumida no comportamento destas três medidas distintas de tendência central dos dados e na relação posicional entre elas, de onde as médias harmônicas sempre são as menores e as médias aritméticas as maiores.

3.3.2.4 Concentração de Mercado

O terceiro momento desta análise avança um pouco mais em termos das ferramentas empregadas para identificar, qualificar e descrever os mercados religiosos municipais. A análise agregada dos mercados econômicos e da competição entre em-

presas de um dado segmento produtivo avançou na construção de indicadores que computam medidas que vão além das contagens de firmas e dos percentuais de mercado, medidas um tanto simples, conforme as medidas apresentadas até então. As medidas mais comuns na análise dos mercados, em sintonia com a teoria econômica mas não apenas com ela, são capazes de fornecer insumos numéricos e informacionais para identificação das situações dos mercados como um todo e das situações de falha de mercado, como a mais popular e conhecida dentre elas, o monopólio. Esta seção apresenta os resultados do cômputos de duas destas medidas, uma mais simples, a **Razão de Concentração** e uma mais elaborada, o **Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl**, que chamo apenas **Índice de Herfindahl**. De posse destas duas medidas a análise avançará no sentido de produzir indicadores com uma carga agregada de informação para a situação municipal, da situação mercado religioso municipal.

3.3.2.4.1 Razão de Concentração

Dos percentuais de afiliados obtidos pelas denominações presentes nos municípios, nesta seção apresento resultados computados da Razão de Concentração do mercado religioso dos municípios brasileiros nos últimos 50 anos. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a distribuição geral das razões de concentração deste dado mercado entre as n -ésimas denominações religiosas competidoras, descrever as tendências gerais da distribuição de adeptos. O resumo faz a leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Razão de Concentração**, a proporção que algumas denominações religiosas detêm ante todas que entraram nos cenários municipais. A primeira tabela, logo a seguir, apresenta os resultados da medida de concentração da maior parcelas de afiliados e a segunda tabela, apresenta para as três maiores parcelas.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	0,944	0,926	0,888	0,818	0,752
σ	0,066	0,069	0,087	0,115	0,134
x_{min}	0,444	0,488	0,360	0,333	0,260
Q_1	0,920	0,896	0,848	0,752	0,667
η	0,965	0,945	0,908	0,840	0,772
Q_3	0,988	0,977	0,952	0,907	0,859
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,992

N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565
-----	-------	-------	-------	-------	-------

Tabela 3.10: Razão de concentração da maior parcela de adeptos.

A média da razão de concentração das maior firma nos mercados religiosos municipais é de aproximadamente 0,866, ou seja, cerca de 86%. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1970, 0,944. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 0,752. A mediana da razão de concentração das duas maiores parcelas nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,886. O maior valor observado da mediana para o período é o valor do ano de 1970, 0,965, mais de 96%. O menor valor observado da mediana ocorreu para o ano de 2010, 0,772.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	0,995	0,986	0,960	0,931	0,881
σ	0,008	0,018	0,039	0,056	0,077
x_{min}	0,887	0,858	0,771	0,698	0,568
Q_1	0,994	0,981	0,940	0,897	0,830
η	0,999	0,993	0,972	0,946	0,896
Q_3	1,000	0,998	0,990	0,976	0,944
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.11: Razão de concentração das três maiores parcelas de adeptos.

A média da razão de concentração das três maiores parcelas dos mercados religiosos municipais é de aproximadamente 0,951, mais do que 95%. O maior valor observado da média para o período é o valor do ano de 1970, de 0,995. O menor valor observado para o período é o valor para o ano de 2010, 0,881. A mediana da razão de concentração das três maiores parcelas dos mercados religiosos é de aproximadamente 0,961. A maior valor mediana observada para o período é 0,999, que ocorreu para o ano de 1970. O menor valor observado da mediana ocorreu em 2010, 0,896.

É possível constatar que nos cenários religiosos, dada a posse de mercado pelos n -maiores tomadores, os maiores tomadores de adeptos concentraram a quase totalidade dos mercados para uma larga maioria de municípios, mas esta quase totali-

dade diminuiu ao longo do período. A maior e as três maiores frentes religiosas tomam muito mais da metade da clientela religiosa municipal, restando pouca abertura nestes cenários.

3.3.2.4.2 Concentração e Fracionalização

Nesta subseção apresento os resumos dos cálculos de dois índices simétricos, os índices H e F. Em termos gerais, o índice H é de amplo conhecimento na análise econômica dos mercados industriais e o índice F tem mais popularidade na análise política de sistemas partidários. A razão elementar por detrás dos dois indicadores é a de resumir todas as firmas existentes e concorrentes em um dado mercado com suas parcelas à uma única medida que seja capaz de dizer como está determinado mercado. As duas próximas tabelas resumem os dados computados baseados nos números de afiliados somados pelas denominações religiosas nos municípios. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a situação geral dos municípios no que diz respeito às tendências gerais da competição pela afiliação religiosa e na sua distribuição entre as denominações. Conforme a seção anterior, o resumo segue a leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variáveis **Índice de Concentração de Herfindahl** e **Índice de Fracionalização de Rae**. A primeira tabela apresenta os resultados computados para o Índice H, o índice de concentração, e a segunda tabela apresenta os resultados para o Índice F, o índice de fracionalização.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	0,900	0,868	0,803	0,696	0,600
σ	0,100	0,108	0,133	0,162	0,176
x_{min}	0,318	0,364	0,243	0,221	0,161
Q_1	0,850	0,808	0,725	0,583	0,465
η	0,933	0,894	0,827	0,713	0,606
Q_3	0,977	0,954	0,907	0,826	0,743
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,984
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.12: Índice de Concentração de Herfindahl.

A média geral da concentração nas mercados religiosos municipais é de 0,773.

O maior valor observado da média para o período foi o valor para o ano de 1970, 0,900. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 0,600. A mediana da concentração nas mercados religiosos municipais é de aproximadamente 0,795. O maior valor observado da mediana para o período se deu no primeiro ponto da análise, em 1970, 0,933. O menor valor observado da mediana se deu em 2010, 0,606.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	0,100	0,132	0,197	0,304	0,400
σ	0,100	0,108	0,133	0,162	0,176
x_{min}	0,000	0,000	0,000	0,000	0,016
Q_1	0,023	0,046	0,093	0,174	0,257
η	0,067	0,106	0,173	0,287	0,394
Q_3	0,150	0,192	0,275	0,417	0,535
x_{max}	0,682	0,636	0,757	0,779	0,839
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.13: Índice de Fracionalização de Rae.

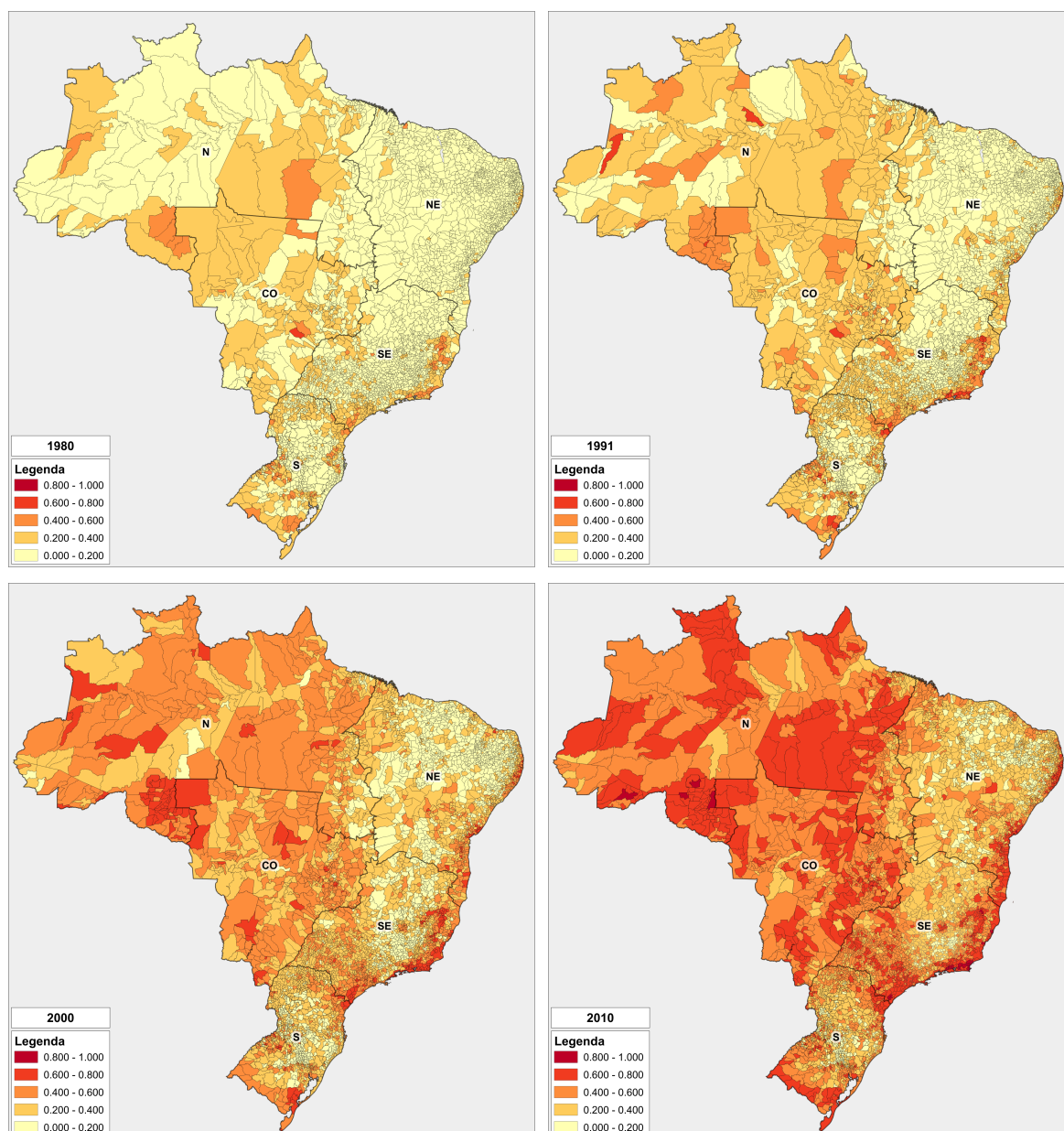


Figura 3.6: A Evolução da Diversidade Religiosa no Brasil, 1980 – 2010.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 1980 – 2010.

A média da fracionalização religiosa municipal é de aproximadamente 0,227. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 0,400. O menor valor observado da média para o período é o valor do ano de 1970, 0,100. A mediana da fracionalização religiosa nos municípios é de aproximadamente 0,205. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para os anos de 2010, 0,394. O menor valor observado da mediana foi o do primeiro ano da análise, 1970, de 0,067.

É possível confirmar a tendência de dispersão nos cenários religiosos municí-

país. Tanto o índice de concentração quanto o índice de fracionalização atingiram movimentações moderadas em seus valores ao longo dos anos analisados, o que indica que existe uma tendência de redução de empreendedores com parcelas consideravelmente grandes ante os demais.

3.3.2.5 Número Efetivo de Firms

O quarto momento desta análise avança mais um pouco em termos das ferramentas empregadas para identificar, qualificar e descrever os mercados. De posse do indicador de concentração industrial de Herfindahl, do índice H, é possível computar uma medida do número equivalente de firmas de igual tamanho que produzam o efeito competitivo observado de um dado mercado. Esta é uma medida numérica de equivalência, sem vínculos factuais com as firmas reais em competição, mas que é capaz de fornecer uma generalização matemática muito simples e atrativa, uma resposta em termos do número de competidores de determinado mercado. De modo específico, esta seção apresenta os resultados dos cálculos de duas medidas do **Número Efetivo de Firms**, um baseado na proposta clássica do indicador, o Número Efetivo de Laakso e Taagepera, e uma proposta de correção desta forma clássica de cálculo, o Número Efetivo de Golosov. De posse destas duas medidas a análise avançará no sentido de produzir indicadores com uma carga ainda mais agregada de informação para os mercados eleitorais municipais e seus níveis de competição. Em ordem, a primeira tabela apresenta o resumo do Número Efetivo de Laakso e Taagepera, a segunda tabela apresenta resumo do Número Efetivo de Golosov.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	1,128	1,174	1,292	1,540	1,862
σ	0,163	0,187	0,290	0,474	0,721
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,017
Q_1	1,023	1,048	1,103	1,211	1,346
η	1,072	1,118	1,210	1,403	1,651
Q_3	1,177	1,238	1,380	1,715	2,149
x_{max}	3,149	2,748	4,117	4,530	6,204
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.14: Número Efetivo de Laakso e Taagepera.

A média geral do número efetivo de denominações religiosas competindo por adeptos nos municípios é de aproximadamente 1,399. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 1,862. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1970, 1,128. A mediana do número efetivo de partidos competindo nas eleições majoritárias é de aproximadamente 1,291. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2010, 1,651. O menor valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 1970, 1,072.

	1970	1980	1991	2000	2010
μ	1,069	1,094	1,160	1,312	1,524
σ	0,103	0,115	0,182	0,320	0,524
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,008
Q_1	1,012	1,024	1,052	1,109	1,183
η	1,036	1,060	1,109	1,214	1,360
Q_3	1,090	1,123	1,202	1,398	1,673
x_{max}	2,598	2,168	3,698	3,805	6,299
N	3.993	3.990	4.491	5.507	5.565

Tabela 3.15: Número Efetivo de Golosov.

A média geral do número efetivo de denominações religiosas buscando adeptos nos municípios é de aproximadamente 1,232. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2010, 1,524. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1970, 1,069. A mediana do número efetivo de partidos competindo nas eleições majoritárias é de aproximadamente 1,156. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2010, 1,360. O menor valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 1970, 1,036.

É possível constatar que na grande maioria dos municípios existe uma forte tendência de crescimento do número efetivo de firmas religiosas. Mesmo diante das correções entre as fórmulas de cômputo, ambos os números efetivos de denominações religiosas apresentaram crescimento no período analisado.

3.3.2.6 Conclusões Parciais

Em termos estatísticos, os indicadores de diversidade religiosa para os mercados religiosos municipais apresentaram consistência interna, corroboraram um mesmo sentido de analítico, e este sentido analítico acompanha boa parte dos achados presentes na literatura. Deles constatamos alguns pontos importantes como o ponto de que a grande maioria dos municípios passou a contar com mais denominações registradas com poucos adeptos, o que alterou a média das parcelas médias de mercado. Em 1970 esta média era de 25%, e em 2010, essas médias caíram para 5%. É possível concluir que existe um esforço progressivo do Censo Demográfico em capturar toda a diversidade denominacional, de onde foi possível constatar que a grande maioria dos municípios contou com até 25 denominações religiosas, aproximadamente, chegando a ocorrer no último ano, em 2010, um caso extremo de 122 denominações registradas.

O achado mais importante angariado da aplicação, angariado do conjunto de cálculos dos índices, é o de confirmar a tendência de dispersão nos cenários religiosos municipais. Onde os índices, mais uma vez, se comportaram de maneira correlata, tanto o índice de concentração quanto o índice de fracionalização atingiram movimentações moderadas que confirmam a tendência de redução dos grandes empreendimentos religiosos e o aumento do número de micro e pequenos empreendedores. De modo sintético, é possível constatar que na grande maioria dos municípios existe uma forte tendência de crescimento do número efetivo de denominações religiosas.

Por último, mas não menos importante, considero relevante salientar que esta seção e este capítulo apresentaram apenas uma parte dos índices computados, apenas dez dos mais de quarenta. Portanto, os resultados apresentados são uma seleção daqueles mais significativos teórica e estatisticamente do ponto de vista do autor. O conjunto geral de índices conta com mais resultados, todos relatados no apêndice e acompanhados de algum ferramental de análise. Todos os índices ainda poderiam estar acompanhados com gráficos e mapas, porém, o espaço necessário e consumido para tal empreendimento seria exponencialmente maior.

3.3.2.7 Análise Introdutória da Relação

Seguindo o modelo de análise tomado na seção anterior do trabalho, quando em tela os municípios do Estado do Rio de Janeiro, agora analisarei todos os municípios do Brasil em um ponto no tempo, o ano de 2010. Mais uma vez o leitor perceberá que estou seguindo a mesma cartilha, ou a mesma receita de bolo das análises anteriores, e as próximas seções apresentam os resultados das análises da relação. Porém, é importante que o leitor acompanhe que o número de unidades observadas aumenta, sai dos 92 casos que são os municípios do Rio, e chega a mais de 5.500 casos, que são todos os municípios do Brasil. Assim, adiante sigo a busca estatística pelos indícios das associações existentes entre as variáveis religiosas, econômicas e políticas para os municípios brasileiros.

3.3.2.7.1 Desenvolvimento Socioeconômico

Para identificar a existência de associação linear entre o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma dada circunscrição municipal e o nível de diversidade religiosa, bem como para mensurar a força dessa relação e analisar o sentido que toma foi utilizado o coeficiente de correlação produto momento de Pearson (ρ). Na tabela 3.16 e na figura 3.7, logo abaixo estão os valores encontrados na análise.

Desenvolvimento Socioeconômico	Diversidade Religiosa		
	H	F	N
Global			
IDHM	- 0,282	0,282	0,242
Dimensões			
IDHM Longevidade	- 0,231	0,231	0,197
IDHM Educação	- 0,251	0,251	0,213
IDHM Renda	- 0,300	0,300	0,263

Tabela 3.16: Matriz de Correlação.

A fracionalização religiosa mensurada pelo índice F apresentou uma correlação fraca com o desenvolvimento socioeconômico, conforme pode ser visto na figura 3.7. Assim como anteriormente, o maior valor de ρ para uma relação de F ocorreu com o IDHM de Longevidade. Em resumo, isso indica que quanto maior a esperança de vida e as idades alcançadas por determinada circunscrição municipal, por exemplo, maior o nível o nível de diversidade religiosa. As direções esperadas para as associações medidas pelo coeficiente foram atingidas. A seguir, a figura 3.7 apresenta a relação

das variáveis de competição política com os valores computados para o índice F da diversidade religiosa. Nela estão disponibilizados os diagramas de dispersão com a análise gráfica das relações lineares entre as variáveis de desenvolvimento socioeconômico e as variáveis de diversidade religiosa municipal.

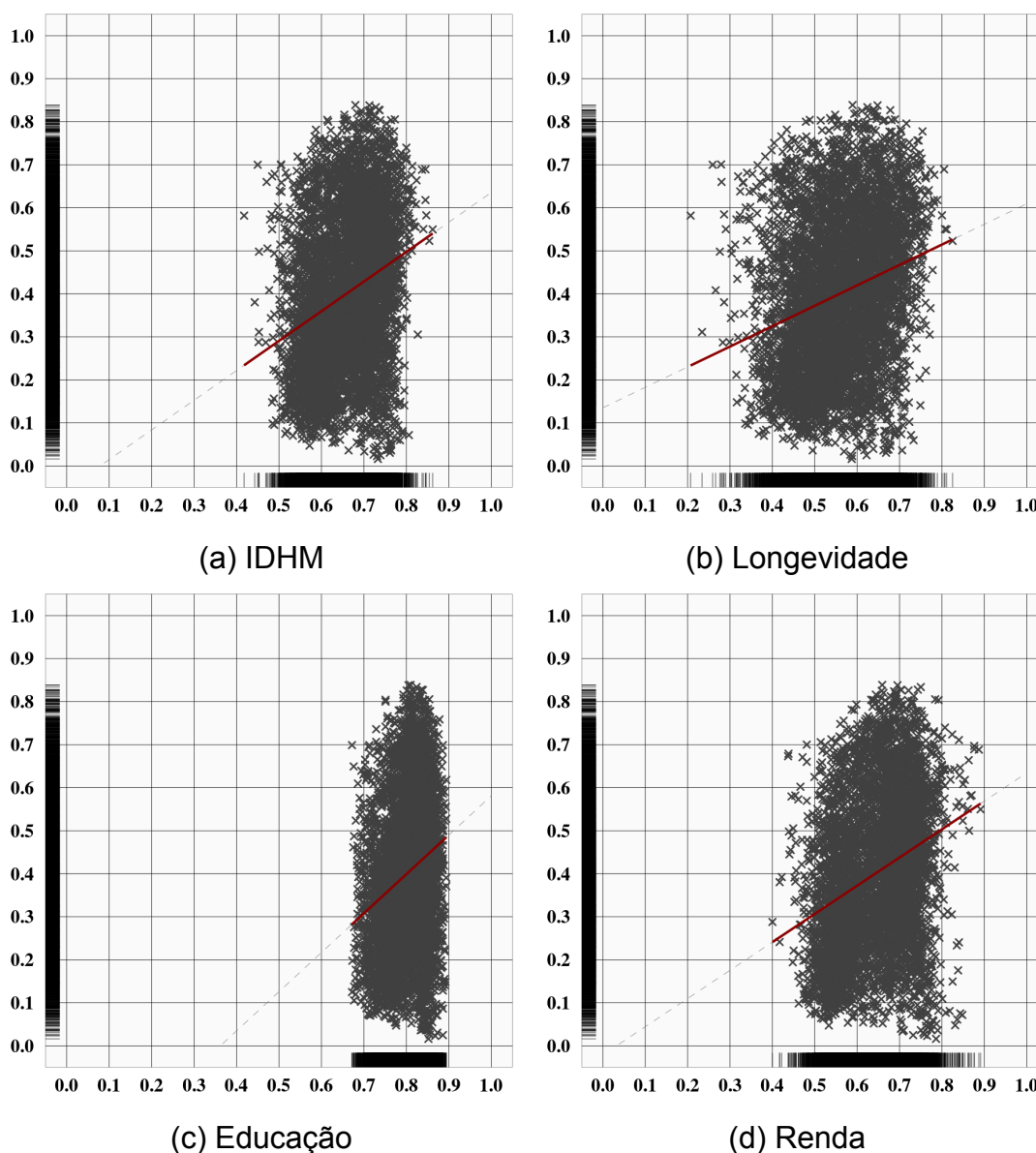


Figura 3.7: Desenvolvimento Socioeconômico e Diversidade Religiosa.

Um ponto interessante que pode ser tomado para que o leitor dimensione o tamanho do movimento analítico realizado é o de que ao comparar estes resultados com o resultados gráficos da seção anterior o número de pontos aumenta, isso por conta de estarem nos gráficos todos os municípios. O instrumento analítico matemático e gráfico é o mesmo, o que cresce é o número de casos e a variação entre os valores observados. No mais, esta análise nos fornece alguns indícios de que quanto maior a esperança de vida e as idades alcançadas pela população de um município, por

exemplo, maior o nível de diversidade religiosa. O ponto mais importante constatado da análise de correlação é o de os indicadores de desenvolvimento e os indicadores de diversidade religiosa apresentaram, em todos os índices empregados, uma correlação positiva. Mesmo se analisados isoladamente os desenvolvimentos em cada dimensão, todas as direções esperadas para as associações medidas pelo coeficiente foram atingidas, por mais que os valores sejam fracos, muito baixos, e não nos permitam inferir muito disso.

3.3.2.7.2 Competição Eleitoral

Neste ponto analiso a existência de associação linear entre o nível de competição eleitoral de uma dada circunscrição municipal e o nível de diversidade religiosa. Mais uma vez, para identificar e mensurar a força da associação entre estes dois vetores de dados, e também para analisar o sentido da relação, foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (ρ). Na tabela 3.17 estão os valores encontrados na análise:

Competição Eleitoral	Diversidade Religiosa		
	H	F	N
Partidária			
N Majoritárias	- 0,270	0,270	0,261
N Proporcionais	- 0,412	0,412	0,386
Candidatura			
IC Majoritárias	- 0,323	0,323	0,335
IC Proporcionais	- 0,522	0,522	0,528

Tabela 3.17: Matriz de Correlação.

A fracionalização religiosa mensurada pelo índice F apresentou uma correlação fraca moderada com a competição eleitoral entre candidatos mensurada pelo índice IC, conforme pode ser visto na tabela 3.17 e na figura 3.8d. Para os candidatos ao cargo de vereador o coeficiente de correlação chegou a 0,522. Para os candidatos ao cargo de prefeito, o coeficiente de correlação ficou na casa de 0,320. Em resumo, isso indica que quanto maior a diversidade religiosa de um dado município, maior o nível de competição, maior a concorrência entre candidatos ao cargo de vereador. No mais, todas as direções esperadas para as associações medidas pelo coeficiente foram atingidas.

A figura 3.8 apresenta, de modo gráfico, a relação das variáveis de competição política com os valores computados para o índice F da diversidade religiosa. Nela estão os disponibilizados os diagramas de dispersão com a análise gráfica das rela-

ções lineares entre as variáveis de competição político eleitoral interpartidária e entre candidaturas.

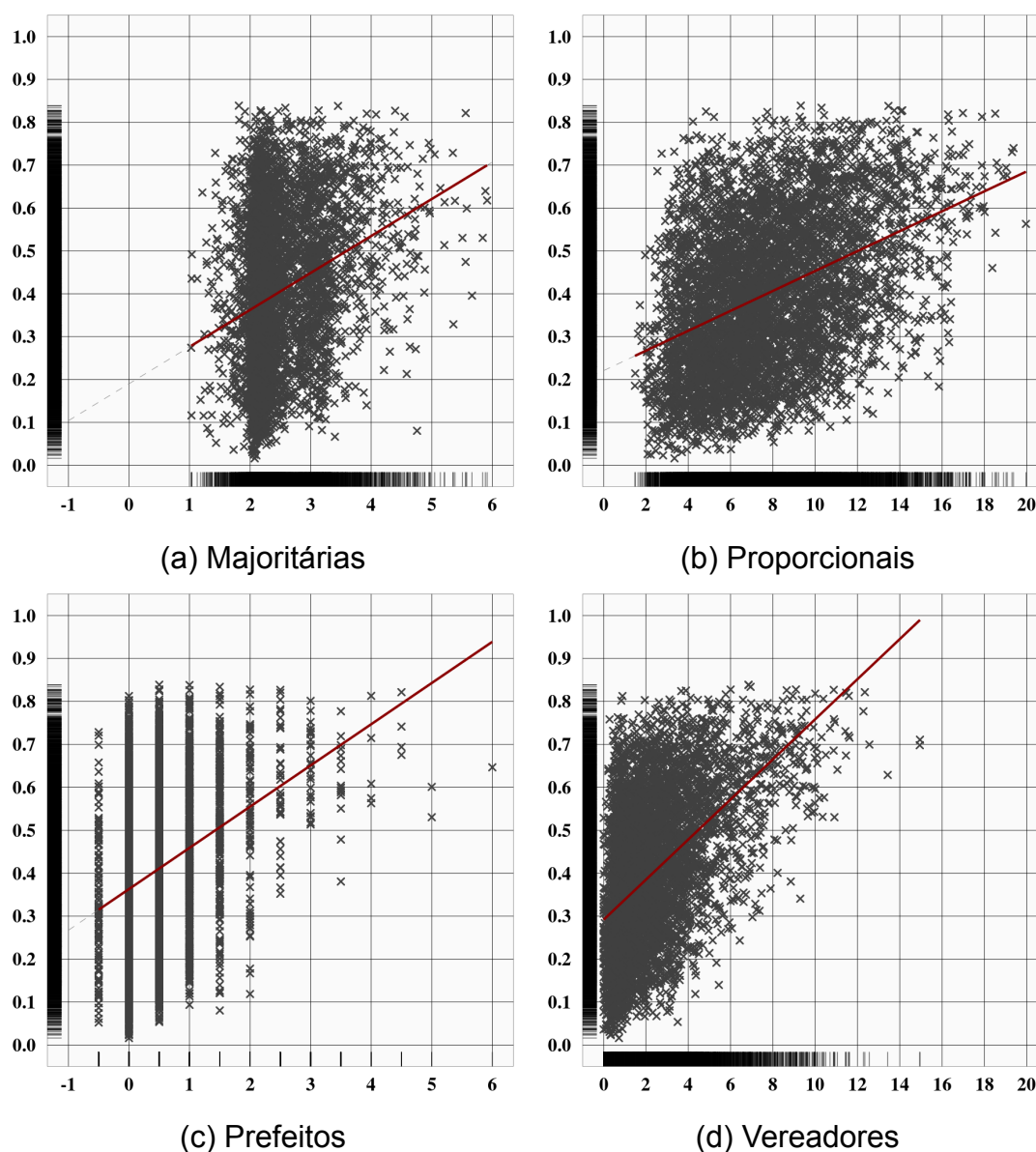


Figura 3.8: Competição Eleitoral e Diversidade Religiosa.

O ponto mais importante constatado neste momento da análise é o de que os indicadores de competição eleitoral, entre partidos e entre candidatos, e os indicadores de diversidade religiosa apresentaram, em todos os índices empregados, uma correlação positiva. Assim como observado na análise anterior dedicada ao Estado do Rio de Janeiro, a tendência de associação é maior com a competição eleitoral entre candidatos e partidos que concorrem nas eleições proporcionais, ao cargo de vereador, portanto.

3.3.2.8 Conclusões Parciais

Os principais resultados obtidos neste capítulo sugerem uma relação entre os subconjuntos analisados de variáveis. Mais uma vez, agora estendendo o que fora apreendido da análise do Estado do Rio de Janeiro para todos os municípios, de modo geral, como as associações esperadas foram corroboradas, é possível dizer que municípios que são socioeconomicamente desenvolvidos, tenderam a ter mercados religiosos fracionalizados, e é possível dizer que municípios que são politicamente competitivos, também tenderam a ter mercados religiosos fracionalizados. Porém, em termos estatísticos, mais uma vez é importante salientar que estas duas constatações são baseadas em indícios moderados e fracos.

Em resumo, a magnitude da correlação entre as variáveis socioeconômicas e religiosas não pode ser tomada como prova sólida da relação entre o desenvolvimento e a religião, entre estes dois subconjuntos de variáveis. A magnitude da correlação entre as variáveis de competição político-eleitorais e religiosas também não pode ser considerada como forte indício de associação entre estes dois subconjuntos de variáveis, mas os resultados das análises de correlação tornaram relevantes estes indícios moderados de correlação entre a competição das eleições proporcionais e a diversidade religiosa.

3.4 Discussão

Neste capítulo apresentei os principais resultados provenientes da aplicação dos índices de concentração industrial para o mercado religioso brasileiro, que chamo de ferramental metodológico para tratar a relação entre o mercado religioso e o mercado eleitoral brasileiro no nível municipal. Foram descritos os principais indicadores do mercado religioso e as características dos mercados que são por eles realçadas. Por fim, realizei uma breve análise introdutória da relação, uma análise de correlação para cada um dos casos especificados no plano de análise.

Sobre a aplicação dos indicadores de mercado, eles geralmente são computados para análises de competição empresarial, na economia, e análises de competição eleitoral e de sistemas partidários, na ciência política. Alguns trabalhos internacionais, na área da sociologia sugeriram ou mesmo empregaram estes indicadores em suas análises. No Brasil, entretanto, essas aplicações não são comuns. Este trabalho, portanto, assumiu a tarefa de propor, computar e relacionar uma série destes indicadores. Por mais que a análise do contexto religioso utilizando-se desse instrumento não seja comum no Brasil, o uso mostrou-se capaz de produzir uma operacionalização eficiente sobre a distribuição das preferências religiosas de uma dada população.

É importante colocar que nas seções apresentadas, todos os índices corroboraram os achados dos analistas da religião. Boa parte do que apresentei no capítulo 02, encontra sentido nas análises de dados deste capítulo. Por exemplo, se tomarmos as discussões recentes sobre a diversidade religiosa que existe de fato, conforme apontado por Pierucci (2002), podemos observar as diferenças entre as Razões de Concentração, que apresentam poucos grandes agentes tomando quase o total das parcelas de mercado. Se tomarmos a leitura geral de que o mercado religioso brasileiro, entretanto, se tornou mais diverso nos últimos 50 anos (MARIANO, 1999; MARIANO, 2002; BURITY, 2005; PIERUCCI, 2005; MARIANO, 2008), esta postura encontra os dados apresentados pelo resultado do índice de Fracionalização Religiosa, ou mesmo pelo Número Efetivo de Firms, que aumentaram com o passar dos anos.

Por fim, o desenho elementar desta análise corroborou os diversos posicionamentos encontrados na literatura recente sobre a relação entre religião e política no Brasil, de que a importância das religiões nas sociedades contemporâneas mantém relações com o desenvolvimento socioeconômico e com a competição eleitoral. A leitura dos resultados é a de que a diversidade religiosa municipal mantém uma relação moderada com a competição entre partidos e entre candidatos na disputa eleitoral. O fenômeno, mesmo que estatisticamente moderado, é mais claro nas eleições proporcionais do que nas eleições majoritárias. Há ainda alguma relação significativa entre

a competitividade dos partidos e aos candidatos na disputa no que diz respeito às eleições majoritárias que merece ser estudada. A diversidade do mercado religioso, mesmo que de maneira muito singela, não parece ser atingida de modo negativo pelos avanços nos principais indicadores socioeconômicos agregados no sentido de produzir apenas secularização, o movimento mais forte parece ser o de colaborar e produzir competição política.

Por estes motivos, defendo que a aplicação dos índices fornece um material rico para diversas análises, e principalmente para produção de relatórios contínuos sobre a realidade religiosa brasileira. O único material que se aproxima minimamente da proposta realizada neste capítulo, encontrado na literatura consultada e revisada durante a realização desta pesquisa, foi o material produzido Jacob (2003) e Jacob (2006).

4. A diversidade religiosa aumenta o número de partidos?

4.1 Considerações Iniciais

Este capítulo apresenta os principais resultados da tese. O capítulo, mesmo contanto com diversas partes, pode ser entendido como uma primeira parte de apresentação descritiva e uma outra parte de apresentação inferencial. Na primeira seção apresento o **plano de pesquisa** do capítulo. Nele são amarradas a perspectiva adotada sobre o objeto, a abordagem que será empregada e as análises que serão pontualmente realizadas. Apresento ainda a unidade de análise, o nível de análise, os procedimentos e os insumos, e encerro com as principais hipóteses apresentadas em pequena **matriz de associações esperadas**. Na segunda seção apresento os resultados de uma análise descritiva dos indicadores de **competição eleitoral** para as **eleições municipais majoritárias e proporcionais** compreendidas entre 1996 e 2016. Os resultados estão subdivididos em cinco outras subseções baseadas nos mesmos recortes apresentados no capítulo anterior, quando da apresentação dos índices para o mercado religioso. Além de estruturar a lógica de desenvolvimento do capítulo a seção reforça a qualidade de adaptação dos índices de mercado ao adotar análises próximas, com as mesmas ferramentas de resumo de dados. Na terceira seção apresento detalhes das variáveis e os resultados dos **ajustes dos modelos** empregados para as análises das relações resumidas na matriz apresentada. O principal objetivo analítico da seção é o de mensurar o **impacto da abertura religiosa**, da diversidade observada nos mercados religiosos municipais, diante de partidos que sejam minimamente capazes de mobilizar essa diversidade, nas **eleições municipais** majoritárias, proporcionais e nas câmaras. Na última parte apresento alguns pontos de interesse para discussão diante dos principais achados do trabalho.

4.2 Introdução

O avanço das religiões e dos cultos que retomam o pensamento mágico nesta virada do século da razão (PRANDI, 1991; PRANDI, 1992) é um fenômeno estranho à teoria da modernização. Seja de uma perspectiva atribuída à mobilização cognitiva (DALTON, 1984; DALTON; WATTENBERG, 1993; SCHOULTZ, 2016), ou de uma perspectiva associada à mudança de valores (INGLEHART; WELZEL, 2008; INGLEHART; WELZEL, 2009), o fato é que os pressupostos básicos do processo de modernização sugerem a derrocada das clivagens sociológicas na explicação das atitudes e dos comportamentos políticos (ELFF, 2007; ELFF et al., 2016). Além de não deixarem espaços teóricos para a interseção entre as esferas religiosa e política, as possibilidades de estruturação de uma clivagem religiosa que balizaria a decisão do voto, por parte dos eleitores, ou que forneceria insumos e alimentaria as principais estratégias eleitorais dos candidatos e dos partidos, do ponto de vista dos competidores, no Brasil ficam suprimidas.

Uma frente de trabalho atesta que a economia é uma parte central da equação de sobrevivência das poliarquias, das democracias, (PRZEWORSKI et al., 1997; PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003), outra parte, vincula o sucesso das democracias a contextos culturais (INGLEHART; WELZEL, 2005; INGLEHART; WELZEL, 2008). Até o momento, poucas foram as formalizações que deram atenção ao número de agentes em competição e ao número de representantes dela decorrentes e ao número de partidos. As proposições clássicas de Duverger (1980) sobre os tipos de sistema eleitoral foram apresentadas, mas nada muito elaborado foi atribuído e desenvolvido a elas. Em resumo, sobre as conquistas locais do sistema eleitoral e do sistema partidário brasileiro, sabemos que os sistemas eleitorais majoritários resultam em maior concentração e os sistemas eleitorais proporcionais resultam em maior fracionamento do sistema partidário, e que isso favoreceu a entrada de partidos no sistema representativo dos municípios (PEIXOTO; GOULART, 2014). Com essa noção relacionada às proposições de Duverger, nesta seção relaciono o problema da heterogeneidade social às instituições eleitorais, partindo da noção de que a adesão das sociedades aos sistemas poliárquicos está diretamente relacionada ao fato de serem capazes de influenciar os resultados eleitorais e a serem considerados em jogos de coordenação eleitoral. Nesse sentido, quanto mais diversa for uma dada população, maior será o impacto possível dessa diversidade no sistema eleitoral, no sistema partidário e, conseqüentemente, no número de deputados que tomam posse.

Obviamente, essas observações estão vinculadas a um mesmo núcleo: a preocupação existente com o número de partidos, que cresce justamente no rol de questões suscitadas pelos eixos da teoria da modernização. Quero dizer, entre as preo-

cupações centrais contidas na questão da sobrevivência dos sistemas de governo representativos, está a questão de como as instituições políticas podem sobreviver nos cenários de disparidades econômicas e políticas enfrentadas pelos países subdesenvolvidos e em cenários culturais heterogêneos. **Quais os impactos político-eleitorais das heterogeneidades sociais?**

Alguns estudos têm realizado análises que consideram os sistemas partidários como o resultado das interações competitivas entre as elites no mercado institucional, com seus objetivos no mercado político, com seus incentivos, mas também considerando a interação desses dois sistemas, o eleitoral e sistema partidário com as características da sociedade (POWELL, 1981; ORDESHOOK; SHVETSOVA, 1994; NETO; COX, 1997). Este modelo afirma que as relações entre os partidos concorrentes e a sociedade, eleitores, e entre a sociedade e os concorrentes são interações estratégicas realizadas por ambas as partes, e a equação resultante dessa interação seria o **modelo de coordenação eleitoral** (NETO; COX, 1997).

Além da abordagem do modelo de coordenação eleitoral, outra abordagem para abordar a questão é o **modelo de clivagem social**. Diretamente relacionado aos trabalhos de Lipset e Rokkan (LIPSET, 1959; LIPSET, 1967 (1959)), esta literatura argumenta que a diversidade social fornece incentivos para que os partidos formem e representem grupos sociais específicos e os valores associados à pertença a esses grupos (enquanto eleitores, por exemplo) têm incentivos para apoiar o partido que representa o seu grupo social). Como resultado, esta literatura prevê que níveis mais elevados de diversidade social estarão associados a níveis mais elevados de fragmentação no sistema partidário. Recentemente, uma série de trabalhos voltou a abordar as clivagens sociais (RAYMOND, 2011; RAYMOND, 2017; RAYMOND, 2018; RAYMOND, 2019; STOLL, 2008; STOLL, 2013; ELFF, 2007; ELFF et al., 2016). Seguindo as principais contribuições dessa literatura, analisarei a relação entre a diversidade religiosa e o número efetivo de partidos nas eleições municipais brasileiras.

4.3 Plano de Pesquisa

Esta seção define alguns pontos de interesse da pesquisa: o posicionamento do estudo, o plano de análise, alguns detalhes importantes de variáveis, o papel e as principais associações esperadas e as fontes de dados.

4.3.1 Abordagem

Esta é uma investigação macro da Sociologia Política posicionada entre as áreas de análise do comportamento religioso e eleitoral nas suas partes centrais, as suas organizações elementares, a saber: igrejas e partidos. Do ponto de vista operacional, no que diz respeito aos tratamentos de fontes e dados, trata-se de um trabalho de instrumentação quantitativa com objetivos eminentemente exploratórios e características marcadamente descritivas.

4.3.1.1 Unidades de Análise

As unidades observacionais do estudo (*i*) são os mais de cinco mil municípios brasileiros nas últimas duas décadas. Esses municípios são os distritos onde as eleições realmente ocorrem: onde os eleitores moram, decidem, os votos são lançados, os assentos distribuídos e, finalmente, seguindo a literatura, onde operam os efeitos mecânicos e psicológicos de Duverger (RAE, 1967; SHUGART, 1985; SARTORI, 2003). Portanto, os principais achados, observações, resultados e conclusões serão principalmente dedicados ou aplicados às cidades como uma unidade agregada.

4.3.1.2 Principais Variáveis

4.3.1.2.1 Situação Regional

Variáveis *dummies* foram construídas para as cinco macrorregiões brasileiras e empregadas nos ajustes de regressão em relação à Região Centro-Oeste (Região Centro-Oeste), que está muito próxima da média geral da heterogeneidade dos dados regionais, para estimar os padrões regionais. Além dessas variáveis de posicionamento macroeconômico regional, outras *dummies* foram criadas para municípios pertencentes a uma Região Metropolitana e Capitais dos Estados.

4.3.1.2.2 Caracterização Demográfica

Além das *dummies* regionais, décimos categorizam os municípios para estimar os impactos do tamanho da população municipal e da magnitude eleitoral. Esses grupos formados por cortes de decis com quantidades aproximadas de elementos (cidades) com base na ordenação das populações municipais foram utilizados nos ajustes do modelo relacionado ao sexto décimo (D06). Este grupo apresentou comportamento relativamente próximo da média geral. O modelo de Efeitos Fixos, que exclui variáveis categóricas, empregou o tamanho da população com um tratamento padrão e direto.

4.3.1.2.3 Desenvolvimento Socioeconômico

A análise empregou um pequeno conjunto de indicadores constituído pelo Produto Interno Bruto (PIB), a Taxa de Urbanização (U) e uma conhecida medida que os complementa, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), para dar conta do desenvolvimento do município. O IDH é um índice de desenvolvimento multidimensional que mede aumentos e melhorias na distribuição de renda, escolaridade e longevidade, um indicador da qualidade de vida dos municípios. Este conjunto cobre uma parte significativa dos apontamentos da literatura.

4.3.1.2.4 Diversidade Religiosa

Este estudo propõe e calcula o índice de fracionalização (F) para os municípios brasileiros com base nas parcelas de afiliação das denominações religiosas para medir a diversidade religiosa e o emprega para estimar o impacto da diversidade e da competição religiosa na disputa eleitoral. Embora o índice F seja um tanto conhecido na literatura que analisa as relações entre os sistemas partidários e a diversidade social, seu uso para os municípios brasileiros é raro.

$$H = \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (4.1) \quad F = 1 - \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (4.2) \quad N = 1 \div \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (4.3)$$

O índice F é uma medida que pertence à família de medidas do índice de concentração H, medidas bastante comuns na análise de mercados econômicos. Nas equações 4.1, 4.2, e 4.3, é possível observar a relação entre os índices H e F e sua proximidade com o índice N. Os três têm a mesma base lógica funcional para tratar computacionalmente as *i*-ésimas parcelas de mercado das empresas (s_i). O índice

N é outra medida comum amplamente utilizada para calcular o número equivalente de empresas (grupos, partidos, denominações) de tamanho igual que atuam em um determinado mercado H concentrado.

4.3.1.2.5 Presença de Partidos Religiosos

Além das medidas de fracionalização religioso, a pesquisa contabiliza a presença de partidos religiosos nas eleições municipais. O cálculo de identificação emprega uma lógica de “pelo menos um candidato com um voto” para dois partidos comumente conhecidos como partidos religiosos (VALLE, 2018), o **PRB** (Partido Republicano Brasileiro) e o **PSC** (Partido Social Cristão). Esta *dummy* indicadora de presença foi adicionada à parte sistemática dos modelos.

4.3.1.2.6 Número de Partidos

Por último, a variável dependente análise é o número de partidos computados para duas situações diferentes: *i. a situação eleitoral*, responsável pela *distribuição dos votos* entre as legendas partidárias em disputa (N_v), e *ii. a situação pós-eleitoral*, responsável pela *distribuição das cadeiras* das câmaras municipais entre as legendas partidárias mais votadas (N_s). Além disso, o número de partidos pode estar sujeito a diferentes restrições de regimes eleitorais, de modo que essas duas situações de cálculo são enquadradas em dois cenários jurídicos radicalmente diferentes. As eleições para prefeitos seguem um regime eleitoral majoritário, enquanto as eleições para vereadores adotam uma regra proporcional. Assim, são esperados, respetivamente, dois cenários distintos, um em que o enquadramento jurídico restringe substantivamente os comportamentos e implica uma redução acentuada do número de partidos eleitorais, e outro em que essas restrições são bastante fracas.

$$N = \sum_{i=1}^n \frac{\sum_{i=1}^n s_i}{\sum_{i=1}^n s_i + (s_1^2/s_i) - s_i} \quad (4.4)$$

Em termos operacionais, o cálculo do número de partidos nesta análise segue a fórmula elaborada por Golosov (2009) e não o Número Efetivo de Partidos mais comum. O original, proposto por Laakso e Taagepera (1979), deriva sua formulação do mesmo núcleo do índice H , conforme mostrado acima. No entanto, apresenta alguns problemas. O principal motivo para a adoção da nova fórmula é que ela apresenta correções significativas principalmente para os cenários concentrados, onde é neces-

sário contabilizar as passagens de dois para três atores efetivos. É verdade que entre as equações 4.3 e 4.4 a escrita matemática torna-se um pouco mais complicada, mas operacionalmente, é necessário considerar que a variável operacional essencial é a mesma (s_i): *i*-th parcelas dos votos dos partidos ou *i*-th parcelas das cadeiras do conselho dos partidos.

4.3.1.3 Insumos

Os dados brutos empregados no trabalho são dados secundários de três fontes públicas. Os dados geográficos e demográficos municipais foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados socioeconômicos municipais foram obtidos no Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea). Os dados dos cadastros eleitorais e dos resultados das votações foram obtidos no Repositório de Dados Eleitorais, sistema unificado mantido pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Finalmente, todos esses dados de diferentes fontes e vários esquemas foram tratados e agregados em um único conjunto de dados de painel não balanceado que soma cerca de trinta mil registros, contando $i \approx 5.500$ e $t = 6$.

4.3.2 Expectativas

As principais associações entre variáveis socioeconômicas, religiosas e eleitorais estão disponíveis na Matriz de Associações Esperadas, logo abaixo.

Municípios	Número Efetivo de Partidos	
	N_v	N_s
<i>Desenvolvimento Socioeconômico</i>		
PIB_m	+	+
U_m	+	+
IDH_m	+	+
<i>Diversidade Religiosa</i>		
F_r	+	+
<i>Presença de Partidos Religiosos</i>		
P_r	+	+

Tabela 4.1: Matriz de Associações Esperadas.

Detalhe	Variável	Dummy	Função
Situação Regional			
O i -ésimo município pertence à j -ésima Região Geográfica?	$R_{N,NE,SE,S-CO}$	<i>Sim</i>	<i>Controle</i>
O i -ésimo município pertence á uma Região Metropolitana?	M_m	<i>Sim</i>	<i>Controle</i>
O i -ésimo município é Capital de Estado?	C_m	<i>Sim</i>	<i>Controle</i>
Caracterização Demográfica			
O i -ésimo município pertence ao Décimo Populacional?	$D_{01:10-06}$	<i>Sim</i>	<i>Controle</i>
Taxa de Urbanização Municipal	U_m	<i>No</i>	<i>Regressora</i>
População Municipal <i>logaritmo</i>	Pop_m	<i>No</i>	<i>Regressora</i>
Desenvolvimento Socioeconômico			
Produto Inteno Bruto Municipal <i>logaritmo</i>	PIB_m	<i>No</i>	<i>Regressora</i>
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	IDH_m	<i>No</i>	<i>Regressora</i>
Diversidade Religiosa			
Fracionalização Religiosa Municipal	F_r	<i>No</i>	<i>Regressora</i>
Presença de Partidos Religiosos			
Partido Religioso presente?	$P_{r:0:2}$	<i>Sim</i>	<i>Regressora</i>

Tabela 4.2: Tabela das Principais Variáveis

4.4 Competição nas Eleições Municipais

A cidadania democrática dos brasileiros não esbarra mais na falta de distribuição e da garantia de direitos políticos básicos como o direito de se associar e de competir legalmente, regularmente e com segurança pelos votos dos seus concidadãos. As organizações partidárias brasileiras cresceram ao lado da expansão do sufrágio direto, regular e igualitário. Angariaram espaços, recursos e as mais importantes se nacionalizaram. Tornaram-se estruturas institucionais elementares da vida política da nova poliarquia brasileira após a reabertura democrática pautada na nova Constituição de 1998.

Mesmo as interpretações menos otimistas quanto as capacidades organizacionais efetivas das nossas legendas não desconsideraram e nem desconsideram sua importância no sistema político brasileiro; questionam as utilidades e os riscos inerentes à existência de tantos partidos, principalmente para a governabilidade; questionam seus vínculos sociais, suas capacidades de arregimentação e fidelização de parcelas significativas do eleitorado e da sociedade. Esse é o cerne das argumentações que serão trabalhadas nesse capítulo: o número e a capacidade de arregimentação do eleitorado que os partidos apresentaram entre as últimas eleições municipais.

No decorrer dessa seção veremos que o número de partidos que angariaram parcelas consideráveis de votos diante dos demais partidos competidores cresceu, e que isso ocorreu de maneira acentuada nas eleições proporcionais, que são as eleições para vereadores. Nas eleições majoritárias, que são as eleições de prefeitos, os mercados competitivos apresentaram uma configuração marcadamente estável e quase sempre dividida entre dois grandes competidores partidários. Nelas, a redução do número de partidos legais para o número efetivo de partidos é ainda maior; os competidores de peso seriam apenas dois.

4.4.1 Eleições Majoritárias

Esta seção apresenta uma análise descritiva dos indicadores de competição eleitoral para as eleições municipais majoritárias compreendidas entre 1996 e 2016. Os resultados estão subdivididos em cinco outras subseções, cada qual um momento específico de tomada do objeto, de tomada da competição eleitoral, e cada qual com a capacidade de oferecer algumas constatações.

4.4.1.1 Número de Firmas Ativas

O primeiro momento da análise apresenta o número de partidos que estão competindo nas eleições para a prefeitura, traz o número de firmas presentes no mercado em questão. A tabela abaixo resume os dados dos partidos que competiram nas eleições municipais apresentando candidatos que computaram ao menos um voto, ou ao menos o seu próprio voto. O objetivo do resumo de dados é o de descrever o comportamento geral das firmas competidoras deste dado mercado, descrever o comportamento dos partidos que entraram em competição pelo voto nas eleições majoritárias, nas disputas para ocupar executivo municipal. O resumo tabular segue a ordem lógica de leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Contagem de Partidos**, uma contagem simples de quantos foram os partidos que estiveram em competição.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	2.191	2,692	2,806	2,650	2,635	2,798
σ	1.099	1,046	1,100	1,055	1,060	1,266
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Q_1	1,000	2,000	2,000	2,000	2,000	2,000
η	2,000	2,000	3,000	2,000	2,000	2,000
Q_3	3,000	3,000	3,000	3,000	3,000	3,000
x_{max}	10,000	15,000	14,000	12,000	12,000	14,000
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.3: Contagem de partidos.

A média do número de partidos competindo nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 2,629. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 2,806. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2012, 2,191. A mediana do número de partidos competindo nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 2,000. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2004, 3,000. O menor valor observado da mediana se repete para quase todo o período, 2,000.

É possível constatar que a grande maioria dos municípios apresenta até 3 partidos competindo nas eleições para prefeito. Sem grandes operações matemáticas ou

melhoramentos técnicos do vetor de dados, é possível chegar a conclusão de que a competição das eleições majoritárias apresentam forte tendência de contar com poucos partidos em competição.

4.4.1.2 Parcelas de Mercado

O segundo momento da análise avança no sentido de que, para além da contagem dos agentes registrados no mercado, e mais importante que saber esta quantidade, é necessário identificar o percentual do total do mercado que estes agentes obtêm em sua atuação. As tabelas abaixo resumem os dados das votações obtidas pelos partidos que competiram nas eleições municipais apresentando candidatos que computaram ao menos um voto. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a distribuição geral das parcelas deste dado mercado entre as n -ésimas firmas competidoras, descrever as tendências gerais da distribuição de votos pelos partidos nas disputa para ocupar executivo municipal, nas eleições majoritárias. Mantendo a lógica anterior, o resumo segue a ordem de leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Média das Parcelas de Mercado**, a proporção simples de votos válidos que foram angariados pelos partidos que entraram em competição. Em ordem, a primeira tabela apresenta a média das médias aritméticas das parcelas de votação, a segunda tabela apresenta a média das médias geométricas das parcelas, e a terceira tabela a média das médias harmônicas. No mais, saliento que, se o leitor desejar complementar este resumo tabular dos dados e explorar um pouco mais o comportamento das variáveis é possível fazê-lo ao analisar o resumo gráfico ao final do capítulo.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,575	0,418	0,404	0,431	0,433	0,418
σ	0,275	0,143	0,142	0,162	0,159	0,163
x_{min}	0,100	0,067	0,071	0,083	0,083	0,071
Q_1	0,333	0,333	0,333	0,333	0,333	0,333
η	0,500	0,500	0,333	0,500	0,500	0,500
Q_3	1,000	0,500	0,500	0,500	0,500	0,500
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.4: Média aritmética das parcelas de mercado.

A média das médias aritméticas das parcelas de votos nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,447. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,575. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2004, 0,404. A mediana das médias aritméticas das parcelas de votos dos partidos que competiram nas eleições para os cargos de prefeito é de aproximadamente 0,500. O maior valor observado da mediana se repetiu para quase todo o período, 0,500. O menor valor observado da mediana é o único no período, 0,333, que ocorreu em 2004.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,516	0,366	0,350	0,376	0,383	0,365
σ	0,325	0,184	0,185	0,206	0,202	0,204
x_{min}	0,010	0,008	0,003	0,009	0,010	0,012
Q_1	0,241	0,208	0,190	0,202	0,215	0,189
η	0,490	0,444	0,330	0,460	0,479	0,438
Q_3	1,000	0,497	0,497	0,498	0,498	0,498
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.5: Média geométrica das parcelas de mercado.

A média das médias geométricas das parcelas de votos nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,393. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,516. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2004, 0,350. A mediana das médias geométricas das parcelas de votos dos partidos que competiram nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,438. O maior valor observado da mediana se deu em 1996, 0,490. O menor valor observado da mediana para o período ocorreu em 2004, 0,330.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,484	0,330	0,314	0,341	0,351	0,330
σ	0,354	0,212	0,213	0,234	0,229	0,230
x_{min}	0,001	0,001	0,000	0,000	0,000	0,001
Q_1	0,155	0,127	0,104	0,112	0,130	0,102

η	0,480	0,394	0,323	0,424	0,459	0,384
Q_3	1,000	0,494	0,494	0,496	0,497	0,495
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.6: Média harmônica das parcelas de mercado.

A média das médias harmônicas das parcelas de votos nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,358. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,484. O menor valor observado para o período é o valor para o ano de 2004, 0,314. A mediana das médias harmônicas das parcelas de votos dos partidos que competiram nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,400. O maior valor observado da mediana se deu em 1996, 0,480. O menor valor observado da mediana para o período ocorreu em 2004, 0,323.

A grande maioria dos municípios conta com partidos competindo nas eleições para prefeito onde o padrão é a obtenção regular de cerca de 1/3 dos votos para mais. Mais uma vez, é possível confirmar uma forte tendência de eleições divididas entre 2 e 3 partidos que concentram votos na competição. Ademais, após a análise das três médias, é possível atestar a consistência dos dados computados, resumida no comportamento destas três medidas distintas de tendência central dos dados e na relação posicional entre elas.

4.4.1.3 Concentração de Mercado

O terceiro momento desta análise avança um pouco mais em termos das ferramentas empregadas para identificar, qualificar e descrever os mercados. A análise agregada dos mercados econômicos e da competição entre empresas de um dado segmento produtivo avançou na construção de indicadores que computam medidas que vão além das contagens de firmas e dos percentuais, medidas mais simples, conforme as medidas apresentadas até então. As medidas mais comuns na análise dos mercados, em sintonia com a teoria econômica mas não apenas com ela, são capazes de fornecer insumos numéricos e informacionais para identificação das situações dos mercados como um todo e das situações de falha de mercado, como a mais popular e conhecida dentre elas, o monopólio. Esta seção apresenta os resultados do cômputos de duas destas medidas, a **Razão de Concentração** e o **Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl**. De posse destas duas medidas a análise avançará no sen-

tido de produzir indicadores com uma carga agregada de informação para a situação municipal, da situação de um dado mercado municipal.

4.4.1.3.1 Razão de Concentração

Dos percentuais das votações obtidas pelos partidos que competiram nas eleições municipais majoritárias, nesta seção apresento resultados computados da Razão de Concentração do mercado eleitoral dos municípios brasileiros nos últimos 20 anos. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a distribuição geral das razões de concentração deste dado mercado entre os n-partidos competidores, descrever as tendências gerais da distribuição de votos pelos partidos nas disputa para ocupar executivo municipal, nas eleições majoritárias. O resumo faz a leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Razão de Concentração**, a proporção que alguns poucos partidos detém de votos ante todos que entraram em competição. A primeira tabela, logo a seguir, apresenta os resultados da medida de concentração das duas maiores parcelas de votos e a segunda tabela, apresenta para as três maiores parcelas de votos.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,963	0,934	0,923	0,938	0,940	0,929
σ	0,081	0,107	0,113	0,103	0,102	0,110
x_{min}	0,510	0,434	0,429	0,450	0,438	0,383
Q_1	0,983	0,903	0,865	0,916	0,916	0,885
η	1,000	1,000	0,995	1,000	1,000	1,000
Q_3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.7: Razão de concentração das duas maiores parcelas de votos.

A média da razão de concentração das duas maiores parcelas dos partidos competindo nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,938. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,963. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2004, 0,923. A mediana da razão de concentração das duas maiores

parcelas nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 1,000. O maior e valor observado da mediana para o período é o valor quase fixo para o período, 1,000. O menor valor observado da mediana ocorreu para o ano de 2004, 0,995.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,994	0,988	0,986	0,991	0,991	0,985
σ	0,024	0,039	0,041	0,032	0,035	0,045
x_{min}	0,715	0,606	0,583	0,620	0,616	0,542
Q_1	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
η	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Q_3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.8: Razão de concentração das três maiores parcelas de votos.

A média razão de concentração das três maiores parcelas de votos nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,989. Dentro de um índice com amplitude de variação que vai de 0,000 a 1,000, este valor de 0,994 é quase o valor máximo. O maior valor observado da média para o período são os valores dos anos de 1996, de 0,994. O menor valor observado para o período é o valor para o ano de 2016, 0,985. A mediana da razão de concentração das três maiores parcelas para os cargos de prefeito é de aproximadamente 1,000. Da mesma forma que maior valor observado da mediana para o período é 1,000 e o menor valor observado da mediana também é 1,000.

Uma vez que a Razão de Concentração pode ser lida como posse de mercado pelos n-maiores tomadores é possível constatar que nos cenários majoritários, os dois maiores tomadores de votos concentraram a quase totalidade dos votos, e isso ocorre em grande maioria dos municípios. O *output* padrão das eleições majoritárias é o de que as duas e as três maiores empreitadas partidárias tomam muito mais da metade dos votos, restando pouca abertura para empreendedores ocasionais nestes cenários.

4.4.1.3.2 Concentração e Fracionalização

Esta subseção apresenta os resumos dos cálculos de dois índices simétricos, os índices H e F. Em termos gerais, o índice H é de amplo conhecimento na análise dos mercados econômicos e o índice F tem sua popularidade na análise política de sistemas partidários. A razão elementar dos dois indicadores é a de resumir todas as firmas existentes e concorrentes em um dado mercado com suas parcelas à uma única medida que seja capaz de indicar como está determinado mercado. As tabelas a seguir resumem os dados computados baseados nas votações obtidas pelos partidos que competiram nas eleições municipais. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a situação geral dos municípios no que diz respeito às tendências gerais da competição pelos votos e na sua distribuição entre os partidos nas disputas para ocupar executivo municipal, nas eleições majoritárias. Conforme a seção anterior, o resumo segue a leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Índice de Concentração de Herfindahl e Índice de Fracionalização de Rae**. A primeira tabela apresenta os resultados computados para o Índice H, de concentração, e a segunda tabela apresenta os resultados para o Índice F, de fracionalização.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,664	0,489	0,475	0,506	0,498	0,492
σ	0,243	0,121	0,117	0,143	0,135	0,137
x_{min}	0,216	0,167	0,172	0,163	0,173	0,149
Q_1	0,500	0,434	0,405	0,445	0,447	0,423
η	0,530	0,501	0,500	0,501	0,501	0,501
Q_3	1,000	0,517	0,509	0,518	0,513	0,514
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.9: Índice de Concentração de Herfindahl.

A média da concentração nas eleições para os cargos de prefeito é de aproximadamente 0,475. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,664. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2004, 0,475. A mediana da concentração nas eleições majoritárias, eleições para prefeito, é de aproximadamente 0,501. O maior valor observado da mediana para o período se deu no ano de 1996, 0,530. O menor valor observado da mediana se deu em 2004, 0,500.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,336	0,511	0,525	0,494	0,502	0,508
σ	0,243	0,121	0,117	0,143	0,135	0,137
x_{min}	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Q_1	0,000	0,483	0,491	0,482	0,487	0,486
η	0,470	0,499	0,500	0,499	0,499	0,499
Q_3	0,500	0,566	0,595	0,555	0,553	0,577
x_{max}	0,784	0,833	0,828	0,837	0,827	0,851
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.10: Índice de Fracionalização de Rae.

A média da fracionalização nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 0,479. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2004, 0,525. O menor valor observado da média para o período é o valor do ano de 1996, 0,336. A mediana da fracionalização nas eleições para os cargos de prefeito é de aproximadamente 0,499. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2004, 0,500. O menor valor observado da mediana ocorreu em 1996, 0,470.

A realidade nos cenários eleitorais majoritários é uma realidade de concentração. Tanto o índice de concentração quanto o índice de fracionalização das votações entre os partidos atingem valores na casa dos 0,500, e nele se fixam, o que indica que existem fortes tendências de bipolaridade, onde de fato se sobressaem dois empreendedores com montantes consideráveis de votos.

4.4.1.4 Número Efetivo de Firms

O quarto momento desta análise avança um pouco mais em termos das ferramentas empregadas para identificar, qualificar e descrever os mercados. De posse do indicador de concentração industrial, o índice H, é possível computar uma medida do número equivalente de firmas de igual tamanho que produzam o efeito competitivo de um dado mercado. Esta é uma medida numérica de equivalência, sem vínculos factuais com as firmas reais em competição, mas que é capaz de fornecer uma generalização matemática muito simples e atrativa, uma resposta em termos do número de competidores. De modo específico, esta seção apresenta os resultados do côm-

putos duas medidas, o **Número Efetivo de Firmas**, um baseado na proposta clássica do indicador, o Número Efetivo de Laakso e Taagepera, e uma proposta de correção da forma clássica de cômputo, o Número Efetivo de Golosov. De posse destas duas medidas a análise avançará no sentido de produzir indicadores com uma carga ainda mais agregada de informação para os mercados eleitorais municipais e seus níveis de competição. Em ordem, a primeira tabela apresenta o resumo do Número Efetivo de Laakso e Taagepera, a segunda tabela apresenta resumo do Número Efetivo de Golosov.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	1,724	2,162	2,226	2,112	2,130	2,172
σ	0,627	0,537	0,542	0,533	0,520	0,582
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Q_1	1,000	1,935	1,964	1,929	1,950	1,945
η	1,888	1,996	1,999	1,995	1,996	1,998
Q_3	2,000	2,306	2,470	2,247	2,239	2,366
x_{max}	4,638	6,004	5,817	6,153	5,770	6,704
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.11: Número Efetivo de Partidos de Laakso e Taagepera.

A média do número efetivo de partidos competindo nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 2,088. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2004, 2,226. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 1,724. A mediana do número efetivo de partidos competindo nas eleições majoritárias é de aproximadamente 1,996. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2004, 1,999. O menor valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 1996, 1,888.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	1,567	1,932	1,999	1,901	1,922	1,942
σ	0,528	0,484	0,488	0,481	0,466	0,513
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Q_1	1,000	1,674	1,735	1,662	1,705	1,689

η	1,592	1,860	1,908	1,865	1,875	1,878
Q_3	1,910	2,053	2,168	2,010	2,014	2,075
x_{max}	4,222	5,216	5,057	5,403	5,611	6,491
N	5.353	5.556	5.560	5.562	5.567	5.566

Tabela 4.12: Número Efetivo de Partidos de Golosov.

A média do número efetivo de partidos de Golosov para as eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 1,877. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2004, 1,999. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 1,567. A mediana do número efetivo de partidos de Golosov para as eleições majoritárias é de aproximadamente 1,865. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2004, 1,908. O menor valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 1996, 1,592.

É possível constatar que na grande maioria dos municípios existe uma forte tendência de que as eleições majoritárias estejam divididas entre dois agentes que concentram votos na competição. Os números efetivos de partidos são quase constantes no período analisado. Somente nos casos pontuais dos valores máximos (x_{max}) que é possível observar os valores do índice chegando a maiores patamares.

4.4.1.5 Conclusões Parciais

As eleições para prefeitos foram mais estáveis e fechadas no que diz respeito ao número de competidores de peso. Mesmo em termos legais, as eleições para prefeitos apresentaram uma oferta partidária numericamente mais enxuta do que o número de legendas existentes. Os mercados majoritários apresentaram média estável de dois competidores de peso ao longo do tempo o que não chega nem à 5% do total de legendas existentes no país.

Com o passar das anos e dos pleitos o número médio de partidos, interpretado de acordo com o número de competidores que obtiveram votos, manteve-se bem abaixo das mais de trinta legendas registradas. A grande maioria dos municípios contou até 3 partidos competindo nas eleições para prefeito, onde as eleições foram marcadas por partidos competindo pela obtenção regular de cerca de 1/3 dos votos para mais. Em resumo, os dois maiores tomadores de votos concentraram a quase totalidade dos votos, e isso ocorreu para uma larga maioria de municípios. Na grande maioria dos municípios existe uma forte tendência de que as eleições majoritárias estejam divididas

entre dois agentes que concentram votos na competição.

4.4.2 Eleições Proporcionais

Esta seção apresenta os resultados da análise descritiva dos indicadores de competição eleitoral para as eleições municipais proporcionais compreendidas entre 1996 e 2016. Do mesmo modo que na seção anterior, seguindo-se os mesmos passos e momentos, os resultados estão subdivididos em cinco pequenas subseções, os cinco títulos seguintes, cada qual um momento específico de tomada do objeto da competição eleitoral, e cada qual com a capacidade de nos trazer algumas constatações.

4.4.2.1 Número de Firmas Ativas

O primeiro momento da análise apresenta o número de firmas presentes no mercado em questão, o número de partidos que estão competindo nas eleições para a câmara de vereadores. A tabela abaixo resume os dados dos partidos que competiram nas eleições municipais apresentando candidatos que computaram ao menos um voto, ou ao menos o seu próprio voto. O objetivo do resumo de dados é o de descrever o comportamento geral das firmas competidoras deste dado mercado, descrever o comportamento dos partidos que entraram em competição pelo voto nas eleições proporcionais, nas disputas para obter uma cadeira na câmara municipal. O resumo tabular segue a ordem lógica de leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Contagem de Partidos**, uma contagem simples de quantos foram os partidos que estiveram em competição.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	4,848	8,333	10,242	10,970	13,273	14,478
σ	2,912	4,315	4,744	4,844	5,556	6,569
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	2,000	2,000
Q_1	3,000	5,000	7,000	7,000	9,000	9,000
η	4,000	7,000	9,000	10,000	13,000	13,000
Q_3	6,000	10,000	13,000	14,000	17,000	19,000
x_{max}	28,000	30,000	27,000	27,000	29,000	35,000
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.13: Contagem de partidos.

A média do número de partidos competindo nas eleições majoritárias, nas elei-

ções para os cargos de prefeito, é de aproximadamente 10,357. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 14,478. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 4,848. A mediana do número de partidos competindo nas eleições majoritárias, nas eleições para os cargos de vereador, é de aproximadamente 9. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2012 e 2016, 13,000. O menor valor observado da mediana para o período foi em 1996 com valor igual a 4,000.

É possível constatar que a grande maioria dos municípios contou até 19,000 partidos competindo nas eleições para vereador. Sem grandes operações matemáticas, ou mesmo melhoramentos técnicos dos vetores de dados, é possível chegar a uma conclusão de que a competição das eleições proporcionais apresentam uma abertura e tendência de aumento do número de partidos em competição nos últimos 20 anos.

4.4.2.2 Parcelas de Mercado

O segundo momento da análise avança no sentido de que, para além da contagem de agentes registrados no mercado, e mais importante que saber esta quantidade, é identificar o percentual do total do mercado que estes agentes obtêm em sua atuação. As tabelas abaixo resumem os dados das votações obtidas pelos partidos que competiram nas eleições municipais apresentando candidatos que computaram ao menos um voto, ou seja, ao menos o seu próprio voto. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a distribuição geral das parcelas deste dado mercado entre as n -firmas competidoras, descrever as tendências gerais da distribuição de votos pelos partidos nas disputa para ocupar uma cadeira na câmara de vereadores. Conforme a seção anterior, o resumo segue a ordem lógica de leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Média das Parcelas de Mercado**, a proporção simples de votos válidos que foram angariados pelos partidos que entraram em competição. A primeira tabela apresenta a média das médias aritméticas das parcelas de votação, a segunda tabela apresenta a média das médias geométricas das parcelas, e a média das médias harmônicas.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,284	0,150	0,120	0,111	0,092	0,087
σ	0,181	0,075	0,057	0,054	0,047	0,048
x_{min}	0,045	0,033	0,037	0,037	0,034	0,029
Q_1	0,167	0,100	0,077	0,071	0,059	0,053
η	0,250	0,143	0,111	0,100	0,077	0,077

Q_3	0,333	0,200	0,143	0,143	0,111	0,111
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,500	0,500
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.14: Média aritmética das parcelas de mercado.

A média das médias aritméticas das parcelas de votos nas eleições proporcionais, nas eleições para os cargos de vereador, é de aproximadamente 0,141. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,284. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 0,087. A mediana das médias aritméticas das parcelas de votos dos partidos que competiram nas eleições para os cargos de vereador é de aproximadamente 0,116. O maior valor observado da mediana ocorreu no ano de 1996, 0,250. O menor valor observado da mediana se repetiu em 2012 e 2016, 0,077.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,222	0,103	0,081	0,074	0,053	0,049
σ	0,190	0,072	0,051	0,048	0,040	0,040
x_{min}	0,008	0,005	0,009	0,007	0,003	0,003
Q_1	0,105	0,055	0,047	0,041	0,025	0,023
η	0,172	0,088	0,070	0,063	0,041	0,037
Q_3	0,275	0,133	0,103	0,094	0,067	0,061
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,498	0,500
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.15: Média geométrica das parcelas de mercado.

A média das médias geométricas das parcelas de votos dos partidos nas eleições proporcionais, nas eleições para os cargos de vereador, é de aproximadamente 0,097. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,222. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 0,049. A mediana das médias geométricas das parcelas de votos dos partidos que competiram nas eleições proporcionais, que competiram para os cargos de vereador, é de aproximadamente 0,078. O maior valor observado da mediana se deu em 1996, 0,172. O menor valor observado da mediana para o período ocorreu em 2016, 0,037.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,181	0,070	0,052	0,047	0,027	0,025
σ	0,199	0,073	0,049	0,046	0,037	0,037
x_{min}	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Q_1	0,056	0,018	0,018	0,016	0,003	0,003
η	0,125	0,049	0,039	0,034	0,012	0,010
Q_3	0,229	0,098	0,072	0,064	0,037	0,032
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,497	0,499
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.16: Média harmônica das parcelas de mercado.

A média das médias harmônicas das parcelas de votos nas eleições para os cargos de vereador é de aproximadamente 0,067. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,181. O menor valor observado para o período é o valor para o ano de 2016, 0,025. A mediana das médias harmônicas das parcelas de votos dos partidos que competiram nas eleições proporcionais, nas eleições para os cargos de vereador, é de aproximadamente 0,050. O maior valor observado da mediana se deu em 1996, 0,125. O menor valor observado da mediana para o período ocorreu em 2016, 0,010.

É possível constatar que a grande maioria dos municípios o padrão em termos de parcela do mercado na obtenção regular de votos chega, em média, à casa dos dez por cento, e tem apresentado tendências de reduzir. Enquanto nos anos iniciais da análise as três médias apresentavam valores próximos ou acima de 10%, nos pontos finais da análise ficaram mais próximas à 5%.

4.4.2.3 Concentração de Mercado

O terceiro momento desta análise avança um pouco mais em termos das ferramentas empregadas para identificar, qualificar e descrever os mercados. A análise agregada dos mercados econômicos e da competição entre empresas de um dado segmento produtivo avançou na construção de indicadores que computam medidas que vão além das contagens de firmas e dos percentuais, medidas mais simples, conforme as medidas apresentadas até então. As medidas mais comuns na análise dos mercados, em sintonia com a teoria econômica mas não apenas com ela, são capazes

de fornecer insumos numéricos e informacionais para identificação das situações dos mercados como um todo e das situações de falha de mercado, como a mais popular e conhecida dentre elas, o monopólio. Esta seção apresenta os resultados do cômputo de duas destas medidas, a **Razão de Concentração** e o **Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl**. De posse destas duas medidas a análise avançará no sentido de produzir indicadores com uma carga agregada de informação para a situação municipal, da situação de um dado mercado municipal.

4.4.2.3.1 Razão de Concentração

As tabelas abaixo resumem os dados das votações obtidas pelos partidos que competiram nas eleições municipais apresentando candidatos que computaram ao menos um voto, ou seja, ao menos o seu próprio voto. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a distribuição geral das parcelas deste dado mercado entre as n-firmas competidoras, descrever as tendências gerais da distribuição de votos pelos partidos nas disputa para ocupar executivo municipal, nas eleições majoritárias. Conforme a seção anterior, o resumo segue a ordem lógica de leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados da variável **Média das Parcelas de Mercado**, a proporção simples de votos válidos que foram angariados pelos partidos que entraram em competição. A primeira tabela apresenta a média das médias aritméticas das parcelas de votação, a segunda tabela apresenta a média das médias geométricas das parcelas, e a média das médias harmônicas.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,967	0,887	0,824	0,808	0,763	0,741
σ	0,075	0,123	0,138	0,137	0,146	0,156
x_{min}	0,473	0,434	0,365	0,368	0,346	0,330
Q_1	0,984	0,812	0,723	0,703	0,652	0,624
η	1,000	0,926	0,840	0,815	0,761	0,738
Q_3	1,000	1,000	0,945	0,925	0,880	0,866
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.17: Razão de concentração das cinco maiores parcelas de votos.

A média da razão de concentração das cinco maiores parcelas dos partidos competindo nas eleições proporcionais é de aproximadamente 0,832. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,967. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 0,741. A mediana da razão de concentração das duas maiores parcelas nas eleições proporcionais, nas eleições para os cargos de vereador, é de aproximadamente 0,816. O maior e valor observado da mediana para o período é do ano de 1996, com 1,000. O menor valor observado da mediana ocorreu para o ano de 2016, 0,738.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,996	0,983	0,962	0,954	0,929	0,911
σ	0,019	0,044	0,064	0,067	0,085	0,101
x_{min}	0,735	0,666	0,602	0,577	0,548	0,505
Q_1	1,000	0,996	0,948	0,927	0,879	0,848
η	1,000	1,000	1,000	0,992	0,965	0,948
Q_3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.18: Razão de concentração das nove maiores parcelas de votos.

A média da razão de concentração das nove maiores parcelas de votos nas eleições proporcionais, para os cargos de vereador, é de aproximadamente 0,956. O maior valor observado da média para o período é de 1996, 0,996. O menor valor observado para o período é o valor para o ano de 2016, 0,911. A mediana razão de concentração das nove maiores parcelas de votos nas eleições proporcionais, nas eleições para vereador, é de aproximadamente 0,958. Neste caso, o maior valor observado da mediana para o período é 1,000, que ocorreu nos três primeiros pleitos, de 1996 a 2004. O menor valor observado da mediana ocorreu em 2016, 0,948.

Os cinco maiores tomadores de votos nos cenários proporcionais concentraram uma porção considerável da totalidade dos votos, cerca de 80% ou mais na maioria de municípios. As maiores empreitadas partidárias tomam muito mais da metade dos votos nas eleições, restando pouca abertura nos mercados proporcionais, entretanto, este ainda é um mercado mais aberto do que o mercado das eleições majoritárias.

4.4.2.3.2 Concentração e Fracionalização

Esta subseção apresenta os resumos dos cálculos dos índices H e F. Os dois indicadores resumem o comportamento de todas as firmas existentes e concorrentes em um dado mercado com suas parcelas à uma única medida que seja capaz de indicar como está determinado mercado. As tabelas a seguir resumem os dados computados baseados nas votações obtidas pelos partidos que competiram nas eleições municipais proporcionais. O objetivo do resumo de dados é o de descrever a situação geral dos municípios no que diz respeito às tendências gerais da competição pelos votos para as câmaras e na sua distribuição entre os partidos nas disputas para chegar ao legislativo. O resumo segue a leitura das médias (μ) e das medianas (η) da distribuição de dados das variáveis **Índice de Concentração de Herfindahl** e **Índice de Fracionalização de Rae**. A primeira tabela apresenta os resultados computados para o Índice H, de concentração, e a segunda tabela apresenta os resultados para o Índice F, de fracionalização.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,393	0,232	0,194	0,186	0,167	0,161
σ	0,201	0,101	0,088	0,083	0,078	0,080
x_{min}	0,073	0,065	0,056	0,052	0,050	0,042
Q_1	0,253	0,160	0,132	0,127	0,112	0,105
η	0,348	0,214	0,175	0,166	0,147	0,141
Q_3	0,497	0,283	0,237	0,225	0,203	0,195
x_{max}	1,000	1,000	1,000	1,000	0,770	0,845
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.19: Índice de Concentração de Herfindahl.

A média da concentração nas eleições para os cargos de vereador é de aproximadamente 0,222. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 0,393. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 0,161. A mediana da concentração nas eleições proporcionais, eleições para vereador, é de aproximadamente 0,222. O maior valor observado da mediana para o período se deu para o ano de 1996, 0,348. O menor valor observado da mediana se deu em 2016, 0,141.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	0,607	0,768	0,806	0,814	0,833	0,839
σ	0,201	0,101	0,088	0,083	0,078	0,080
x_{min}	0,000	0,000	0,000	0,000	0,230	0,155
Q_1	0,503	0,717	0,763	0,775	0,797	0,805
η	0,652	0,786	0,825	0,834	0,853	0,859
Q_3	0,747	0,840	0,868	0,873	0,888	0,895
x_{max}	0,927	0,935	0,944	0,948	0,950	0,958
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.20: Índice de Fracionalização de Rae.

A média da fracionalização nas eleições proporcionais, nas eleições para os cargos de vereador, é de aproximadamente 0,778. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 0,839. O menor valor observado da média para o período é o valor do ano de 1996, 0,607. A mediana da fracionalização nas eleições para os cargos de vereador é de aproximadamente 0,810. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 0,859. O menor valor observado da média para o período é o valor do ano de 1996, 0,652.

É possível confirmar a tendência de diversidade nos cenários eleitorais proporcionais. A fracionalização das votações entre os partidos atinge valores que ultrapassam a casa dos 0,800, o que indica que existem muitos agentes com parcelas consideráveis de votos em cena.

4.4.2.4 Número Efetivo de Firms

O quarto momento desta análise avança um pouco mais em termos das ferramentas empregadas para identificar, qualificar e descrever os mercados. De posse do indicador de concentração industrial, o índice H, é possível computar uma medida do número equivalente de firmas de igual tamanho que produzam o efeito competitivo de um dado mercado. Esta é uma medida numérica de equivalência, sem vínculos factuais com as firmas reais em competição, mas que é capaz de fornecer uma generalização matemática muito simples e atrativa, uma resposta em termos do número de competidores. De modo específico, esta seção apresenta os resultados do cômputo duas medidas, o **Número Efetivo de Firms**, um baseado na proposta clássica

do indicador, o Número Efetivo de Laakso e Taagepera, e uma proposta de correção da forma clássica de cômputo, o Número Efetivo de Golosov. De posse destas duas medidas a análise avançará no sentido de produzir indicadores com uma carga ainda mais agregada de informação para os mercados eleitorais municipais e seus níveis de competição. A primeira tabela apresenta o resumo do Número Efetivo de Laakso e Taagepera, a segunda tabela apresenta resumo do Número Efetivo de Golosov.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	3,241	5,110	6,115	6,347	7,146	7,598
σ	1,679	2,168	2,509	2,498	2,873	3,336
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,299	1,184
Q_1	2,014	3,536	4,211	4,450	4,927	5,119
η	2,877	4,681	5,701	6,035	6,795	7,077
Q_3	3,955	6,255	7,593	7,890	8,966	9,562
x_{max}	13,747	15,382	17,734	19,073	20,150	23,715
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.21: Número Efetivo de Partidos de Laakso e Taagepera.

A média do número efetivo de partidos competindo nas eleições proporcionais é de aproximadamente 6,130. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2008, 7,598. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 4,467. A mediana do número efetivo de partidos competindo nas eleições para vereador é de aproximadamente 5,630. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2004, 7,077. O menor valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2008, 3,531.

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
μ	2,843	4,645	5,659	5,881	6,718	7,215
σ	1,634	2,299	2,723	2,726	3,186	3,753
x_{min}	1,000	1,000	1,000	1,000	1,155	1,093
Q_1	1,716	2,981	3,606	3,813	4,229	4,387
η	2,432	4,100	5,156	5,426	6,232	6,484
Q_3	3,432	5,733	7,150	7,450	8,655	9,252

x_{max}	14,371	17,765	19,421	20,799	21,857	27,236
N	5.393	5.556	5.560	5.563	5.568	5.568

Tabela 4.22: Número Efetivo de Partidos de Golosov.

A média do número efetivo de partidos de Golosov para as eleições proporcionais, nas eleições para os cargos de vereador, é de aproximadamente 5,700. O maior valor observado da média para o período é o valor para o ano de 2016, 7,215. O menor valor observado da média para o período é o valor para o ano de 1996, 4,115. A mediana do número efetivo de partidos de Golosov para as eleições majoritárias é de aproximadamente 5,050. O maior valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 2016, 6,484. O menor valor observado da mediana para o período é o valor para o ano de 1996, 2,927.

Existe uma tendência de crescimento do número efetivo de partidos para as eleições proporcionais. Na grande maioria dos municípios existe uma forte tendência de que as eleições para vereadores estejam divididas entre mais agentes com potencial de concentrar votos do que na competição eleitoral para prefeitos. Em cerca de 75% dos municípios contam aproximadamente um número efetivo de partidos de até nove.

4.4.2.5 Conclusões Parciais

A tendência de crescimento das médias apresentadas nos resumos de dados permitem interpretar que os mercados eleitorais proporcionais foram mais abertos à entrada de novos competidores partidários. Neles, mais partidos obtiveram parcelas de votos. Se nas primeiras eleições, em 1996, a média do número efetivo de partidos das eleições proporcionais foi de aproximadamente 4, quinze anos depois, em 2012 e 2016, as últimas eleições, apresentaram uma média do número efetivo de partidos de aproximadamente 7. Mais uma vez, é importante salientar que o número médio de partidos, interpretado de acordo com o número de competidores que obtiveram votos, manteve-se bem abaixo das mais de trinta legendas registradas.

Uma vez que tanto a incidência dos partidos nas eleições proporcionais é maior do que a incidência dos partidos nas eleições majoritárias, e uma vez que número efetivo de competidores nas eleições proporcionais é maior, a terceira constatação possível nesta análise é a de que as eleições proporcionais são portas de entrada para novos partidos. O número de competidores que receberam parcelas consideráveis de votos do eleitorado foi menor e permaneceu estável nas eleições majoritárias, elas se apresentaram mais custosas para entrada de novos atores partidários, e já nas elei-

ções proporcionais o número de competidores que receberam parcelas consideráveis de votos do eleitorado foi maior e ainda se ampliou com o passar das eleições é possível dizer que elas se apresentaram menos custosas para entrada de novos atores partidários.

4.5 A Fracionalização Religiosa e a Competição nas Eleições

Nesta seção apresento os últimos resultados de três ajustes de regressão realizados como elementos finais da empreitada analítica deste capítulo. Os modelos apresentados são modelos econométricos que avançam teórica e tecnicamente no tratamento dos dados em relação à abordagem e aos resultados descritivos apresentados nas subseções anteriores deste mesmo capítulo, com ganhos econométricos e interessantes resultados, como veremos, por mais que seu emprego tenda a complexificar o nível técnico da leitura. Em decorrência, tento reduzir o emprego de jargão matemático ou econômico tanto quanto possível com um objetivo muito elementar em mente: não afastar o leitor. Em termos específicos esta seção está dividida em duas partes. Na primeira parte relato detalhes gerais dos procedimentos de especificação dos ajustes modelos os efeitos não observados antes de apresentar os resultados dos ajustes, e logo em seguida, na segunda parte, apresento os resultados dos ajustes de duas maneiras: com um resumo tabular dos resultados das estimativas dos três modelos e com um resumo gráfico dedicado os valores estimados dos coeficientes dos modelo de efeitos fixos e dos modelo de efeitos aleatórios. No final da seção listarei alguns pontos que podem e certamente serão melhorados em projetos futuros *i.* com outra amarração nas hipóteses de pesquisa, *ii.* com o acúmulo de dados no tempo, dada a regularidade eleitoral, e *iii.* com a natural ampliação dos interesses específicos na área.

4.5.1 Especificação dos modelos

Durante a realização da pesquisa foram ajustados cinco modelos regressivos de cada tipo, com um número crescente de variáveis de controle e preditoras, que resultaram nos ajustes com as variáveis em tela neste capítulo. Sobre eles foram realizadas baterias de testes dedicados à análise da heterogeneidade individual e da heterogeneidade temporal para estimar estatisticamente o efeito das individualidades, das características individuais dos municípios, e das originalidades, idiosincrasias, características peculiares dos indivíduos realizadas em determinado período de tempo, que estivessem operando como variáveis omitidas. De modo particular, nesta seção me apresento os resultados do modelos em que os efeitos individuais foram os efeitos tratados e controlados.

Para os testes de multiplicador de Lagrange, que são testes de identificação e estimação da relevância dos efeitos não observados, dados especificamente por **tes-**

tes de Breusch-Pagan e por **testes de Honda** realizados com todos os modelos de dados empilhados ajustados, foram identificados efeitos não observados individuais e temporais, o que justifica, portanto, o emprego de modelos adequados ao tratamento destes efeitos.

Os efeitos temporais, por não apresentarem graves problemas em modelos que contem com muitos indivíduos em poucas realizações, muitos casos observados em poucos pontos no tempo, foram estudados de modo complementar, mas não serão apresentados nos resultados por dois motivos: *i.* por conta dos ganhos informacionais serem relativamente baixos quando comparados aos modelos apresentados e *ii.* por conta dos custos matemáticos atrelados a especificação destes modelos, aos graus de liberdade consumidos na realização de alguns deles que, em alguns casos, mesmo inviabilizaram testes mais complexos, com um conjunto teoricamente desejado de variáveis preditoras. Neste sentido, os ajustes que se seguem apresentam um bom balanço entre custos e benefícios analíticos, uma vez que permitem que se avance tecnicamente, mesmo que não tanto quanto a busca do melhor cenário técnico exigiria, mas o mais importante, permite ganhos teóricos sociológicos relevantes em termos das hipóteses subjacentes aos moldes em que foram testadas.

Por último, mas não menos importante, vale lembrar que a leitura dos coeficientes dos modelos de efeitos é ligeiramente diferente do modelo de regressão apresentado no modelo empilhado, pois eles incluem os efeitos dentro e entre as entidades individuais. Como esses dados de entidades individuais consistem em observações repetidas de um conjunto de unidades, por vezes não amostradas, onde as unidades são de interesse em si mesmas, o modo de leitura dos resultados é o seguinte: Os resultados dados representam o efeito médio de uma dada variável regressora (X) sobre a variável regredida (Y), se e quando X muda ao longo do tempo e entre as unidades observacionais em uma unidade (X_{it}).

4.5.2 Eleições Majoritárias

Na tabela 4.23 na página 143 estão os resultados dos coeficientes de três ajustes de regressão, um ajuste de regressão linear multivariada, denominado de modelo Empilhado, e dois ajustes de regressão linear de dados em painel, denominados de Modelo de Efeitos Fixos e Modelo de Efeitos Aleatórios. Os três modelos utilizam o princípio de mínimos quadrados em sua base computacional de predição, porém, operam de maneira distinta os dados observacionais entre os registros para os indivíduos e o tempo. O primeiro deles, o modelo 1, agrega todos os dados, e estima a os parâmetros e os erros da regressão linear ignorando o fato de serem repetições de observações realizadas sobre um mesmo conjunto de indivíduos para momentos diferentes,

em mais de um ponto no tempo, o que traz para o modelo uma série de questões de viés de tratamento e de erros eventuais ocasionados por variáveis possivelmente omitidas. Esta característica do modelo 1 de ignorar aspectos dos i -ésimos indivíduos nem sempre resulta no fato do modelo ser o pior modelo em termos de eficiência e consistência, mas resulta em cuidados que devem ser analisados em comparação com outros modelos, com modelos que levem em conta heterogeneidades individuais, para dizer o mínimo. O segundo e o terceiro modelo apresentados são modelos dedicados à tratarem às heterogeneidades dos i -ésimos indivíduos, cada qual carregando um desenho matemático específico de tratamento, e conseqüentemente possibilitando hipóteses, precisões e respostas diferentes. O segundo modelo é um modelo de efeitos não observados chamado de **modelo de efeitos fixos**, onde cada um dos indivíduos é tratado como um caso específico dentro do conjunto geral de indivíduos analisados e que trata esta especificidade como uma parte específica na componente sistemática do modelo, como mais um parâmetro a ser estimado dentro da combinação linear das variáveis preditoras, portanto, como constantes à serem estimadas sobre os is e o nível de entrada para cada um deles. O terceiro modelo é um modelo de efeitos não observados chamado de **modelo de efeitos aleatórios**, onde, assim como no anterior, cada um dos indivíduos é tratado como um caso específico dentro do conjunto geral de indivíduos analisados, mas que trata esta especificidade como uma parte que comporá a componente aleatória do modelo, como uma parcela esperada de erro dado o indivíduo, e portanto, fora da combinação linear das variáveis preditoras e obedecendo a uma lógica de distribuição aleatória onde as especificidades da individualidade e da originalidade são esperados e tratados como uma parcela dos erros do modelo.

X_i	Empilhado			$Y = N_e$			Efeitos Aleatórios		
	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i
α	2,107	0,044	***				2,136	0,054	***
M_m	0,037	0,007	***				0,038	0,009	***
C_m	0,452	0,041	***				0,460	0,082	***
R_N	0,118	0,014	***				0,117	0,020	***
R_{NE}	- 0,206	0,012	***				- 0,210	0,017	***
R_{SE}	- 0,008	0,009					- 0,007	0,011	
R_S	0,000	0,013					- 0,002	0,015	
D_{01}	- 0,200	0,015	***				- 0,204	0,018	***
D_{02}	- 0,137	0,014	***				- 0,146	0,015	***
D_{03}	- 0,103	0,013	***				- 0,108	0,014	***
D_{04}	- 0,054	0,013	***				- 0,060	0,014	***

X_i	$Y = N_e$								
	Empilhado			Efeitos Fixos			Efeitos Aleatórios		
D_{05}	- 0,016	0,013					- 0,019	0,014	
D_{07}	0,023	0,013	.				0,023	0,014	
D_{08}	0,069	0,013	***				0,066	0,016	***
D_{09}	0,121	0,014	***				0,122	0,017	***
D_{10}	0,425	0,024	***				0,430	0,030	***
Pop_m				0,126	0,040	**			
PIB_m	- 0,022	0,005	***	- 0,052	0,011	***	- 0,024	0,007	***
U_m	0,000	0,000	**	0,001	0,001		0,001	0,000	**
IDH_m	0,015	0,051		0,308	0,088	***	0,017	0,059	
F_r	0,116	0,020	***	- 0,218	0,069	**	0,102	0,023	***
$P_r : 1$	0,190	0,011	***	0,173	0,015	***	0,185	0,014	***
$P_r : 2$	0,396	6,222	***	0,361	0,121	**	0,385	0,121	**
<i>Obser.</i>		27.623			27.623			27.623	
SQT_{ot}		6.593,8			4.345,0			5.754,4	
$SQRes$		6.005,2			4.292,1			5.372,8	
R^2		0,08927			0,01218			0,06632	
$R^2_{Aj.}$		0,08858			- 0,23397			0,06560	
AIC		36.281,20			37.983,90			33.207,40	
BIC		36.462,20			83.327,80			33.388,40	

Tabela 4.23: Resultados dos Modelos de Regressão.
Competição Eleitoral nas Eleições Majoritárias, 1996-2016.

Como é possível observar na tabela 4.23, o conjunto de variáveis impactou nas mudanças ocorridas tanto no tempo quanto entre as unidades observacionais do estudo e implicaram em aumentos médios estatisticamente significativos da competição eleitoral entre partidos nas eleições para prefeitos. Nas seções abaixo descrevo as principais variáveis empregadas no modelo e os impactos na inclusão e nas variações de cada uma.

4.5.2.1 Situação Regional

Para estimar as heterogeneidades regionais foram construídas variáveis dummies para as regiões e utilizadas nos ajustes em relação à Região Centro-Oeste, que se apresenta muito próxima à média geral da heterogeneidade regional dos dados. Além das variáveis de posicionamento regional macroeconômico, foram elaboradas variáveis dummies para municípios de regiões metropolitanas e municípios que são capitais de estado. Conforme esperado, existem efeitos médios positivos e negativos

fornecidos pelos municípios integrantes das diferentes regiões. No modelo de efeitos aleatórios, quando tomados em relação à Região Centro-Oeste, os municípios da Região Norte foram espaços significativamente mais abertos à competição e que imprimiram efeitos incrementais médios positivos e significativos no Número Efetivo de Partidos, e os municípios da Região Nordeste foram espaços significativamente menos abertos de competição, que imprimiram efeitos redutivos e significativos no Número Efetivo de Partidos. O modelo de efeitos fixos desconsidera variáveis que não apresentam alterações no tempo e desconsidera constantes excluindo seus resultados das estimativas. De modo geral, comparando os efeitos regionais apresentados pelo modelo de efeitos aleatórios ao modelo de dados empilhados, os resultados apresentados acompanham os sinais do modelo de dados empilhados e tendem a acentuar os valores estimados. Os efeitos tomados pelos agrupamentos de municípios entre as regiões e observado ao longo do tempo e entre os municípios demonstrou peculiaridades estatisticamente significativas para o período analisado. Enquanto o fato de constituírem uma região metropolitana é praticamente nulo, com significância estatística, ser capital de estado apresentou impactos que estão entre os maiores impactos dos modelos, com alta significância estatística.

4.5.2.2 Caracterização Demográfica

Para estimar o impacto do tamanho populacional municipal, os municípios foram categorizados por décimos, dez grupos com quantidades aproximadas de elementos baseados no ordenamento das populações municipais, e estes foram tomados e utilizados nos ajustes em relação ao sexto décimo (D06), um grupo que apresentou um comportamento próximo ao comportamento médio geral. Para o caso do modelo de efeitos fixos, que exclui variáveis categóricas de baixa variação, empreguei o tamanho populacional de fato com um tratamento simples. Existem efeitos médios negativos que tendem a ser tornarem positivos fornecidos pelos tamanhos dos municípios integrantes das diferentes classes de tamanho populacional. No modelo de efeitos aleatórios, os municípios dos menores décimos, quando tomados em relação aos municípios medianos da classe D06, foram espaços espaços significativamente mais fechados à competição e que imprimiram efeitos redutivos na competição eleitoral. De modo crescente, os impactos dos efeitos negativos na competição eleitoral são reduzidos na medida em que se toma a classe seguinte de municípios, os municípios imediatamente maiores, até o ponto em que na sétima classe, D07, o efeito se inverte, ainda sem significância estatística, mas que indica a alteração da curva de incentivos para os incentivos positivos à competição eleitoral e ao número efetivo de partidos. Ao fim, os três últimos décimos fornecem efeitos significativos. A última classe, a classe D10 é a que mais se destaca em termos de abertura à entrada de novos competidores e ao número efetivo de partidos. O modelo de efeitos fixos desconsidera variáveis que não

apresentam alterações no tempo e desconsidera constantes excluindo seus resultados das estimativas, e portanto, essas variáveis foram substituídas pelo logaritmo do tamanho populacional. Para o modelo de efeitos fixos, o tamanho populacional teve pouco impacto positivo, mas significativo. De modo geral, comparando os efeitos dos tamanhos populacionais apresentados pelo modelo de efeitos aleatórios ao modelo de dados empilhados, os resultados apresentados acompanham os sinais do modelo de dados empilhados, corrigindo as estimativas para algumas classes, mas sem alterar a lógica de que quanto maior o município, mais aberto aos competidores e promotores da competição eleitoral. Os efeitos das classes de municípios ao longo do tempo e entre os municípios demonstrou-se característico, com diferenças estatisticamente significativas principalmente para as maiores classes no período analisado.

4.5.2.3 Desenvolvimento Socioeconômico

Para mensurar o desenvolvimento do município utilizei um pequeno conjunto de indicadores aos modelos apresentados composto pelo Produto Interno Bruto, pela Taxa de Urbanização, e ademais, empreguei ainda outra medida muito conhecida e difundida visando complementar as análises, um indicador da qualidade de vida dos municípios, o Índice de Desenvolvimento Humano municipal, que é uma medida de desenvolvimento multidimensional que mensura melhorias em indicadores básicos de aumento da longevidade, da distribuição de renda e da escolarização. Contrariando as expectativas inicialmente declaradas, as variações dos indicadores de desenvolvimento municipal não estiveram associados a aumentos médios substantivos no indicador de competição entre partidos nos cenários majoritários. No modelo de efeitos aleatórios, o desenvolvimento municipal observado implicou aumento médio quase nulo de apenas 0,017 pontos no número efetivo de partidos, e o valor estimado não é estatisticamente significativo. No que diz respeito aos outros dois indicadores, a urbanização e o produto interno bruto, os dois, da mesma maneira, não estão associados à alterações médias significativas no N das eleições majoritárias. No modelo de efeitos fixos, o impacto do aumento do desenvolvimento humano é maior do que o impacto observado no modelo de efeitos aleatórios, o desenvolvimento humano municipal implicou em aumento médio de 0,308 pontos no indicador do número efetivo de partidos, valor distante do valor apresentado pelo modelo de efeitos aleatórios e estatisticamente significativo. É necessário ter cautela quanto à qualidade do ajuste do modelo de efeitos fixos, e em complementariedade, outros pontos do resumo de dados da tabela serão considerados. Em resumo, o efeito do desenvolvimento socioeconômico na competição entre partidos nos pleitos majoritários, observado ao longo do tempo e entre os municípios, demonstrou-se pouco impactante para o período analisado. Uma vez que este pequeno conjunto de indicadores mensura várias dimensões da vida do municípios e relaciona estas medidas aos pleitos das prefeituras é possível afirmar que

o desenvolvimento mensurado não implicou em mudanças de abertura que levassem ao acréscimo dos agentes, e ao que tudo indica, estes não foram insumos e incentivos aos agentes políticos ativos e diretamente envolvidos nos pleitos e nem impactaram a distribuição geral das preferências.

4.5.2.4 Diversidade Religiosa

Para mensurar o impacto da abertura religiosa computada pela diversidade religiosa municipal na competição pelo voto na disputa majoritária computei um indicador baseado na diversidade denominacional, a fracionalização religiosa nos municípios, e adicionei o indicador de diversidade religiosa dos municípios aos modelos apresentados. Como esperado, o aumento da diversidade denominacional dada pelo indicador de fracionalização religiosa Fr manteve relação estatisticamente significativa nos três modelos, porém, com alterações entre os tipos de efeitos estimados. No modelo de efeitos aleatórios, a diversidade religiosa observada implicou em um aumento médio de 0,102 pontos no número efetivo de partidos, o que significa um aumento médio muito pequeno índice de competidores efetivos. Mesmo nos municípios que contaram com abertura e diversidade denominacional religiosa, os pleitos majoritários não foram muito propícios a aumentos no índice N das eleições de disputa pelo governo. No modelo de efeitos fixos, o impacto da fracionalização religiosa no número efetivo de partidos é maior do que apresentado no modelo anterior, porém, com uma alteração no efeito estimado, implicando em redução média de $-0,218$ pontos no indicador, valor que se distancia radicalmente do valor estimado pelo modelo de efeitos aleatórios. Para ambas abordagens econométricas, a fracionalização das preferências religiosas nos municípios não esteve associada à alterações médias substantivamente consideráveis no número efetivo de partidos na disputa pela prefeitura. O efeito observado ao longo do tempo e entre os municípios da abertura religiosa nos pleitos não se mostrou consideravelmente impactante e estatisticamente significativa para o período analisado. A troca de sinais nos efeitos demarcam dois pontos: eventual impropriedade da adição da variável e uma possível inadequação do ajuste. Em consequência, não é possível afirmar que o pluralismo religioso mensurado pelo Fr tenha colaborado com aumento da competição entre os agentes políticos ativos e diretamente envolvidos nos pleitos municipais do cargo de prefeito.

4.5.2.5 Presença de Partidos Religiosos

Para mensurar o impacto eleitoral da presença dos partidos religiosos na competição pelo voto na disputa majoritária identifiquei a presença de dois partidos comumente conhecidos como partidos religiosos nas eleições municipais, o PRB e o PSC, e adicionei esse indicador de presença nos modelos ajustados. Como esperado, a

presença dos partidos religiosos teve relação estatisticamente positiva e significativa nas estimativas dos três modelos apresentados. No modelo de efeitos aleatórios, em resumo, e em ordem decrescente, a disposição destes dois partidos religiosos nos pleitos municipais implicou em um aumento médio de 0,385 pontos no valor observado do indicador do número efetivo de partidos nas eleições majoritárias, resultando, portanto, no aumento de competidores efetivos. A apresentação de um partido religioso, ainda neste mesmo ajuste, implicou em um aumento médio de 0,185 pontos no indicador do número efetivo de partidos em competição. No modelo de efeitos fixos, os impactos da disposição dos partidos religiosos foi um pouco menor do que as estimativas apresentadas nos demais modelos, a presença de 2 partidos religiosos nos pleitos municipais foi acompanhada de um aumento médio de 0,361 pontos no valor observado do indicador do número efetivo de partidos nas eleições municipais majoritárias. A apresentação de um partido religioso implicou em um aumento médio de 0,173 pontos no indicador do número efetivo de partidos neste mesmo modelo. O efeito observado ao longo do tempo e entre os municípios da presença dos partidos religiosos nos pleitos majoritários demonstrou-se estatisticamente significativa para o período analisado, mas não chega a ser consideravelmente impactante. É possível afirmar que a presença dos partidos religiosos nos pleitos municipais tomou parte considerável dos votos válidos, e gerou algum impacto na distribuição geral das preferências eleitorais entre os competidores, mas é forçoso afirmar que tenha engendrado incrementos realmente substantivos nas eleições majoritárias.

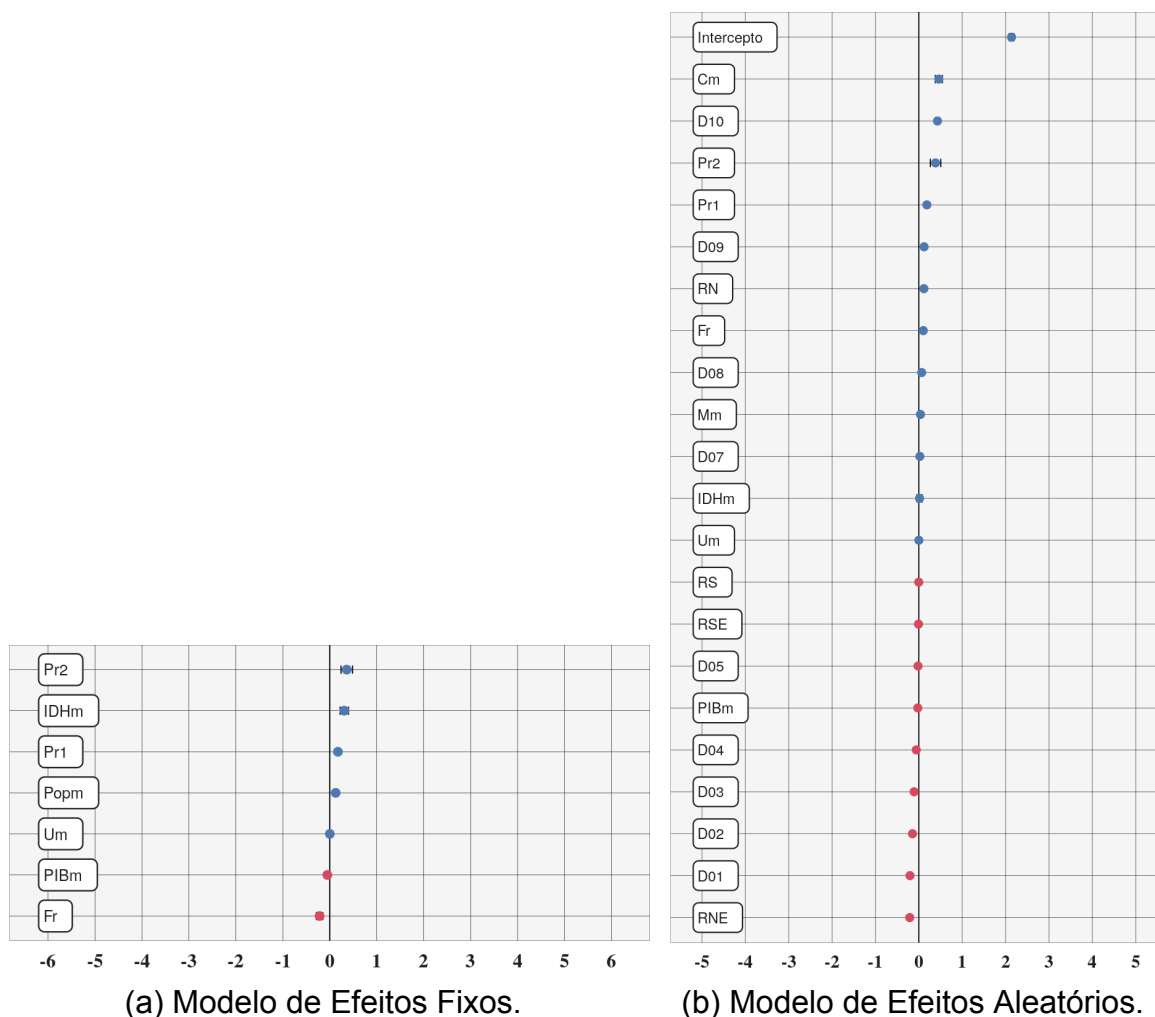


Figura 4.1: Coeficientes dos Modelos de Regressão. Competição Eleitoral nas Eleições Majoritárias, 1996-2016.

Os gráficos 4.1a e 4.1b acima apresentam de forma visual o resumo ordenado decrescente os dados apresentados nos resultados tabulares anteriores. Os coeficientes de maior impacto positivo estão na parte superior e os maiores coeficientes de impacto negativo estão na parte inferior. O ponto que mais chama atenção na apresentação gráfica é o Intercepto no modelo de Efeitos Aleatórios, que apresenta o valor de 2. O intercepto captura efeitos geralmente não modelados, teoricamente desinteressantes, mas nesse caso, a característica dos pleitos majoritários parece imprimir o resultado observado.

4.5.3 Eleições Proporcionais

Na tabela 4.24 na página 150 estão os resultados dos coeficientes de três ajustes de regressão, um ajuste de regressão linear multivariada, denominado de modelo Empilhado, e dois ajustes de regressão linear de dados em painel, denominados de Modelo de Efeitos Fixos e Modelo de Efeitos Aleatórios. Os três modelos utilizam o

princípio de mínimos quadrados em sua base computacional de predição, porém, operam de maneira distinta os dados observacionais entre os registros para os indivíduos e o tempo. O primeiro deles, o modelo 1, agrega todos os dados, e estima a os parâmetros e os erros da regressão linear ignorando o fato de serem repetições de observações realizadas sobre um mesmo conjunto de indivíduos para momentos diferentes, em mais de um ponto no tempo, o que traz para o modelo uma série de questões de viés de tratamento e de erros eventuais ocasionados por variáveis possivelmente omitidas. Esta característica do modelo 1 de ignorar aspectos dos i -ésimos indivíduos nem sempre resulta no fato do modelo ser o pior modelo em termos de eficiência e consistência, mas resulta em cuidados que devem ser analisados em comparação com outros modelos, com modelos que levem em conta heterogeneidades individuais, para dizer o mínimo. O segundo e o terceiro modelo apresentados são modelos dedicados à tratarem às heterogeneidades dos i -ésimos indivíduos, cada qual carregando um desenho matemático específico de tratamento, e conseqüentemente possibilitando hipóteses, precisões e respostas diferentes. O segundo modelo é um modelo de efeitos não observados chamado de **modelo de efeitos fixos**, onde cada um dos indivíduos é tratado como um caso específico dentro do conjunto geral de indivíduos analisados e que trata esta especificidade como uma parte específica na componente sistemática do modelo, como mais um parâmetro a ser estimado dentro da combinação linear das variáveis preditoras, portanto, como constantes à serem estimadas sobre os i s e o nível de entrada para cada um deles. O terceiro modelo é um modelo de efeitos não observados chamado de **modelo de efeitos aleatórios**, onde, assim como no anterior, cada um dos indivíduos é tratado como um caso específico dentro do conjunto geral de indivíduos analisados, mas que trata esta especificidade como uma parte que comporá a componente aleatória do modelo, como uma parcela esperada de erro dado o indivíduo, e portanto, fora da combinação linear das variáveis preditoras e obedecendo a uma lógica de distribuição aleatória onde as especificidades da individualidade e da originalidade são esperados e tratados como uma parcela dos erros do modelo.

X_i	$Y = N_e$								
	Empilhado			Efeitos Fixos			Efeitos Aleatórios		
	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i
α	0,851	0,213	***				- 0,742	0,271	**
M_m	0,109	0,034	**				0,115	0,057	*
C_m	2,239	0,191	***				2,092	0,509	***
R_N	0,927	0,068	***				1,218	0,105	***
R_{NE}	- 0,797	0,055	***				- 0,791	0,093	***
R_{SE}	1,434	0,042	***				1,619	0,069	***

X_i	$Y = N_e$								
	Empilhado			Efeitos Fixos			Efeitos Aleatórios		
R_S	- 0,723	0,060	***				- 0,879	0,091	***
D_{01}	- 0,863	0,073	***				- 0,945	0,090	***
D_{02}	- 0,657	0,066	***				- 0,752	0,082	***
D_{03}	- 0,511	0,063	***				- 0,533	0,077	***
D_{04}	- 0,399	0,061	***				- 0,400	0,075	***
D_{05}	- 0,271	0,059	***				- 0,178	0,069	*
D_{07}	0,032	0,059					0,104	0,075	
D_{08}	0,286	0,061	***				0,427	0,088	***
D_{09}	0,546	0,066	***				0,682	0,101	***
D_{10}	2,433	0,115	***				2,610	0,164	***
Pop_m				1,233	0,186	***			
PIB_m	0,247	0,025	***	0,168	0,048	***	0,282	0,035	***
U_m	- 0,003	0,001	***	- 0,009	0,004	*	- 0,005	0,001	***
IDH_m	0,957	0,243	***	5,711	0,418	***	3,283	0,315	***
F_r	2,133	0,096	***	1,865	0,321	***	2,405	0,150	***
$P_r : 1$	1,346	0,033	***	0,461	0,033	***	0,801	0,031	***
$P_r : 2$	2,819	0,045	***	1,263	0,050	***	1,860	0,048	***
<i>Obser.</i>		27.627			27.627			27.627	
SQT_{ot}		267.830			87.113			133.490	
SQ_{Res}		131.680			61.890			81.191	
R^2		0,50834			0,28954			0,39177	
$R^2_{Aj.}$		0,50796			0,11254			0,39131	
AIC		121.588,10			111.709,10			108.228,20	
BIC		121.769,10			157.053,90			108.409,20	

Tabela 4.24: Resultados dos Modelos de Regressão.
Competição Eleitoral nas Eleições Proporcionais, 1996-2016.

Como é possível observar na tabela 4.24, o conjunto de variáveis impactou nas mudanças ocorridas tanto no tempo quanto entre as unidades observacionais do estudo implicaram em aumentos médios estatisticamente significativos da competição eleitoral entre partidos e da diversidade de tomadores de votos nas eleições proporcionais. As principais variáveis empregadas no modelo e os impactos na inclusão e nas variações de cada uma estão descritas abaixo.

4.5.3.1 Situação Regional

Para estimar as heterogeneidades regionais foram construídas variáveis dummies para as regiões e utilizadas nos ajustes em relação à Região Centro-Oeste, que se apresenta muito próxima à média geral da heterogeneidade regional dos dados. Além das variáveis de posicionamento regional macroeconômico, foram elaboradas variáveis dummies para municípios de regiões metropolitanas e municípios que são capitais de estado. Existem efeitos médios positivos e negativos fornecidos pelos municípios integrantes das diferentes regiões. No modelo de efeitos aleatórios, quando tomados em relação à Região Centro-Oeste, os municípios da Região Norte e da Região Sudeste foram espaços significativamente mais abertos à competição e que imprimiram efeitos incrementais médios positivos e significativos no Número Efetivo de Partidos, e os municípios da Região Sul e na Região Nordeste foram espaços significativamente menos abertos de competição, que imprimiram efeitos redutivos e significativos no Número Efetivo de Partidos. O modelo de efeitos fixos desconsidera variáveis que não apresentam alterações no tempo e desconsidera constantes excluindo seus resultados das estimativas. De modo geral, comparando os efeitos regionais apresentados pelo modelo de efeitos aleatórios ao modelo de dados empilhados, os resultados apresentados acompanham os sinais do modelo de dados empilhados e tendem a acentuar os valores estimados. Os efeitos tomados pelos agrupamentos de municípios entre as regiões e observado ao longo do tempo e entre os municípios demonstrou peculiaridades estatisticamente significativas para o período analisado. Enquanto o fato de constituírem uma região metropolitana é praticamente nulo, com significância estatística, ser capital de estado apresentou impactos que estão entre os maiores impactos dos modelos, com alta significância estatística.

4.5.3.2 Caracterização Demográfica

Para estimar o impacto do tamanho populacional municipal e da magnitude dos distritos eleitorais, mesmo que de modo indireto, os municípios foram categorizados por décimos, dez grupos com quantidades aproximadas de elementos baseados no ordenamento das populações municipais e estas foram tomadas e utilizadas nos ajustes em relação ao sexto décimo (D06), um grupo que apresentou um comportamento próximo ao comportamento médio geral para outras variáveis. Existem efeitos médios negativos que tendem a ser tornarem positivos fornecidos pelos tamanhos dos municípios integrantes das diferentes classes de tamanho populacional. No modelo de efeitos aleatórios, os municípios dos menores décimos, quando tomados em relação aos municípios medianos da classe D06, foram espaços espaços significativamente mais fechados à competição e que imprimiram efeitos redutivos na competição eleitoral. De modo crescente, os impactos dos efeitos negativos na competição eleitoral são

reduzidos na medida em que se toma a classe seguinte de municípios, os municípios imediatamente maiores, até o ponto em que na sétima classe, D07, o efeito se inverte, ainda sem significância estatística, mas que indica a alteração da curva de incentivos para os incentivos positivos à competição eleitoral e ao número efetivo de partidos. Ao fim, os três últimos décimos fornecem efeitos significativos. A última classe, a classe D10 é a que mais se destaca em termos de abertura à entrada de novos competidores e ao número efetivo de partidos. O modelo de efeitos fixos desconsidera variáveis que não apresentam alterações no tempo e desconsidera constantes excluindo seus resultados das estimativas, e portanto, essas variáveis foram substituídas pelo logaritmo do tamanho populacional. Para o modelo de efeitos fixos, o tamanho populacional teve pouco impacto positivo, mas significativo. De modo geral, comparando os efeitos dos tamanhos populacionais apresentados pelo modelo de efeitos aleatórios ao modelo de dados empilhados, o modelo 1, os resultados apresentados acompanham os sinais do modelo de dados empilhados, corrigindo as estimativas para algumas classes, mas sem alterar a lógica de que quanto maior o município, mais aberto aos competidores e promotores da competição eleitoral. Os efeitos das classes de municípios ao longo do tempo e entre os municípios demonstrou-se característico, com diferenças estatisticamente significativas principalmente para as maiores classes no período analisado.

4.5.3.3 Desenvolvimento Socioeconômico

Para mensurar o desenvolvimento do município utilizei um pequeno conjunto de indicadores aos modelos apresentados composto pelo Produto Interno Bruto, pela Taxa de Urbanização, e ademais, empreguei ainda outra medida muito conhecida e difundida visando complementar as análises, um indicador da qualidade de vida dos municípios, o Índice de Desenvolvimento Humano municipal, que é uma medida de desenvolvimento multidimensional que mensura melhorias em indicadores básicos de aumento da longevidade, da distribuição de renda e da escolarização. Como esperado, as variações do indicador de desenvolvimento humano municipal implicaram em aumentos médios de mais de três pontos no indicador de competição entre partidos para os modelos em painel. No modelo de efeitos aleatórios, o desenvolvimento municipal observado implicou em um aumento médio de 3,283 pontos no número efetivo de partidos, o que significa inclusão média de mais de três competidores efetivos. Municípios que avançaram em termos de desenvolvimento humano aumentaram sua disputa pela representação. No que diz respeito aos outros dois indicadores, a urbanização não apresentou efeitos impactantes e o produto interno bruto, por sua vez, apresentou um impacto de 0,282 no índice N. No modelo de efeitos fixos, o impacto do aumento do desenvolvimento humano, do IDH, é maior do que o impacto observado no modelo de efeitos aleatórios, o desenvolvimento humano municipal implicou em aumento médio de 5,711 pontos no indicador do número efetivo de partidos, um

valor que se distancia do valor apresentado pelo modelo de efeitos aleatórios. Para ambos modelos, e por mais que exista esta discrepância entre as magnitudes dos impactos, o desenvolvimento socioeconômico gerou um aumento médio consideravelmente superior no mínimo a 3 pontos no indicador do número de partidos. O efeito do desenvolvimento observado ao longo do tempo e entre os municípios nos pleitos proporcionais demonstrou-se muito impactante e estatisticamente significativo para o período analisado. Uma vez que este pequeno conjunto de indicadores mensura várias dimensões da vida do municípios e relaciona estas medidas aos pleitos é possível afirmar que o desenvolvimento mensurado impactou na abertura, e na oferta de insumos e incentivos aos agentes políticos ativos e diretamente envolvidos nos eleições para as câmaras e impactou a distribuição geral das preferencias.

4.5.3.4 Diversidade Religiosa

Para mensurar o impacto da abertura religiosa computada pela diversidade religiosa municipal na distribuição de cadeiras resultantes da disputa proporcional computei um indicador baseado na diversidade denominacional, a fracionalização religiosa nos municípios, e adicionei o indicador de diversidade religiosa dos municípios aos modelos apresentados. Como esperado, o aumento da diversidade denominacional dada pelo indicador de fracionalização religiosa manteve relação positiva e significativa nos três modelos apresentados. No modelo de efeitos aleatórios, a diversidade religiosa observada implicou em um aumento médio de 2,405 pontos no número efetivo de partidos, o que significa na inclusão média de mais de dois competidores efetivos. Municípios que contaram com abertura e diversidade denominacional religiosa foram propícios e implicaram em aumentos consideravelmente altos na disputa pela representação. No modelo de efeitos fixos, os impactos da fracionalização religiosa é menor, implicou em aumento médio de 1,865 pontos no indicador do número efetivo de partidos, mas um valor que não se distancia muito do valor apresentado pelo modelo de efeitos aleatórios. Para ambas abordagens, a fracionalização das preferências religiosas imprimiu um aumento médio consideravelmente próximo à dois pontos no indicador do índice N. O efeito observado ao longo do tempo e entre os municípios da abertura religiosa nos pleitos demonstrou-se consideravelmente impactante e estatisticamente significativo para o período analisado. Uma vez que ambos indicadores mensuram a relação entre distribuição das parcelas entre o número de agentes existentes de cada mercado é possível afirmar que o pluralismo religioso mensurado forneceu abertura, insumos e incentivos aos agentes políticos ativos e diretamente envolvidos nos pleitos municipais e impactou a distribuição geral das preferencias.

4.5.3.5 Presença de Partidos Religiosos

Para mensurar o impacto eleitoral da presença dos partidos religiosos na competição pelo voto na disputa proporcional identifiquei a presença de partidos comumente conhecidos como partidos religiosos nas eleições municipais proporcionais, o PRB e o PSC, e adicionei esse indicador de presença nos modelos apresentados. Como esperado, a presença dos partidos religiosos teve relação positiva e significativa nos três modelos apresentados. No modelo de efeitos aleatórios, em resumo, e em ordem decrescente, a disposição destes partidos religiosos nos pleitos municipais implicou em um aumento médio de 1,860 pontos no valor observado do indicador do número efetivo de partidos nas eleições municipais proporcionais, resultando, portanto, na inclusão de quase dois competidores efetivos. A apresentação de um partido religioso implicou em um aumento médio de 0,801 pontos no indicador do número efetivo de partidos, quase a inclusão de 1 competidor. No modelo de efeitos fixos, os impactos da disposição dos partidos religiosos é menor, a presença dos 2 partidos religiosos nos pleitos municipais implicou em um aumento médio de 1,263 pontos no valor observado do indicador do número efetivo de partidos nas eleições municipais proporcionais, aumento de mais de um competidor efetivo. A apresentação de um partido religioso implicou em um aumento médio de 0,461 pontos no indicador do número efetivo de partidos. O efeito observado ao longo do tempo e entre os municípios da disposição dos partidos religiosos nos pleitos demonstrou-se consideravelmente impactante e estatisticamente significativa para o período analisado. Uma vez que o índice N captura a distribuição das frações de votos entre o número de competidores e a reapresenta em termos de um número equivalente de atuantes de igual tamanho é possível afirmar que a presença dos partidos religiosos nos pleitos municipais tomou parte considerável dos votos válidos, impactou a distribuição geral das preferências eleitorais entre os competidores, e se constituiu uma opção fortemente escolhida pelos eleitores e percebida pelos opositores.

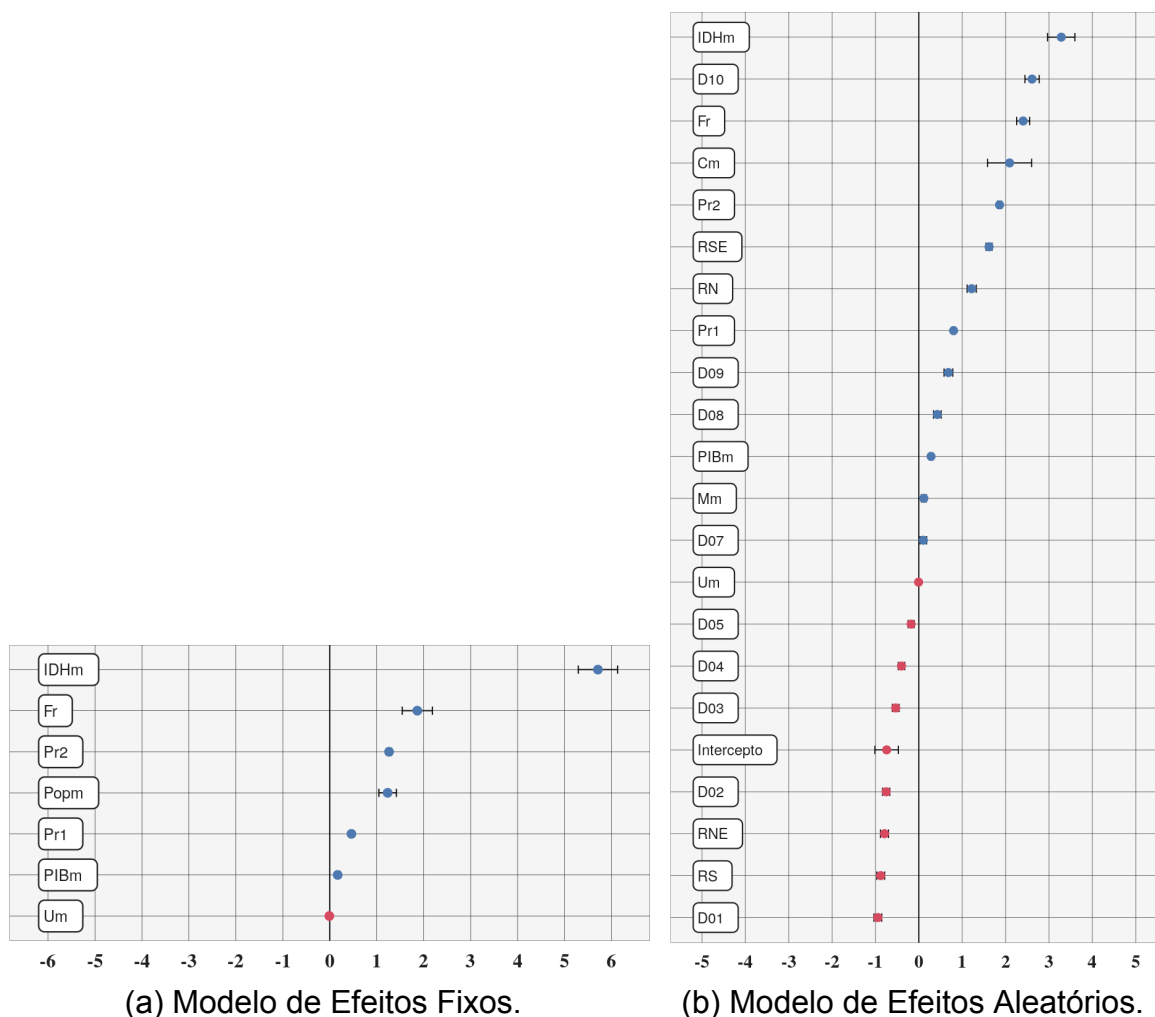


Figura 4.2: Coeficientes dos Modelos de Regressão. Competição Eleitoral nas Eleições Proporcionalis, 1996-2016.

Os gráficos 4.2a e 4.2b acima apresenta de forma visual o resumo ordenado decrescente os dados apresentados nos resultados tabulares anteriores. Os coeficientes de maior impacto positivo estão na parte superior e os maiores coeficientes de impacto negativo estão na parte inferior. Em resumo, o gráfico reafirma que os maiores impactos resultantes dos modelos ajustados foram do IDHM e da Fracionalização Religiosa, para o modelo de Efeitos Fixos, e para o modelo de Efeitos Aleatórios, os maiores impactos foram do IDHM, do Maior Décimo Populacional e da Fracionalização Religiosa.

4.6 A Fracionalização Religiosa e a Fragmentação nas Câmaras

Nesta seção apresento resultados dos últimos resultados de três ajustes de regressão realizados como elementos finais da empreitada analítica deste capítulo. En-

quanto os modelos anteriores se dedicavam a tratar das variáveis de competição eleitoral, os modelos apresentados nesta seção são dedicados a analisar o número de partidos nas câmaras municipais, uma medida da fragmentação eleitoral da câmaras dos municípios brasileiros.

4.6.1 Especificação do modelo

Durante a realização da pesquisa foram ajustados cinco modelos regressivos de cada tipo, com um número crescente de variáveis de controle e preditoras, que resultaram nos ajustes com as variáveis em tela neste capítulo. Sobre eles foram realizadas baterias de testes dedicados à análise da heterogeneidade individual e da heterogeneidade temporal para estimar estatisticamente o efeito das individualidades, das características individuais dos municípios, e das originalidades, idiosincrasias, características peculiares dos indivíduos realizadas em determinado período de tempo, que estivessem operando como variáveis omitidas. De modo particular, nesta seção me apresento os resultados do modelos em que os efeitos individuais foram os efeitos tratados e controlados.

Para os testes de multiplicador de Lagrange, que são testes de identificação e estimação da relevância dos efeitos não observados, dados especificamente por **testes de Breusch-Pagan** e por **testes de Honda** realizados com todos os modelos de dados empilhados ajustados, foram identificados efeitos não observados individuais e temporais, o que justifica, portanto, o emprego de modelos adequados ao tratamento destes efeitos.

Os efeitos temporais, por não apresentarem graves problemas em modelos que contem com muitos indivíduos em poucas realizações, muitos casos observados em poucos pontos no tempo, foram estudados de modo complementar, mas não serão apresentados nos resultados por dois motivos: *i.* por conta dos ganhos informacionais serem relativamente baixos quando comparados aos modelos apresentados e *ii.* por conta dos custos matemáticos atrelados a especificação destes modelos, aos graus de liberdade consumidos na realização de alguns deles que, em alguns casos, mesmo inviabilizaram testes mais complexos, com um conjunto teoricamente desejado de variáveis preditoras. Neste sentido, os ajustes que se seguem apresentam um bom balanço entre custos e benefícios analíticos, uma vez que permitem que se avance tecnicamente, mesmo que não tanto quanto a busca do melhor cenário técnico exigiria, mas o mais importante, permite ganhos teóricos sociológicos relevantes em termos das hipóteses subjacentes aos moldes em que foram testadas.

Por último, mas não menos importante, vale lembrar que a leitura dos coeficientes dos modelos de efeitos é ligeiramente diferente do modelo de regressão apresentado no modelo empilhado, pois eles incluem os efeitos dentre e entre as entidades individu-

ais. Como esses dados de entidades individuais consistem em observações repetidas de um conjunto de unidades, por vezes não amostradas, onde as unidades são de interesse em si mesmas, o modo de leitura dos resultados é o seguinte: Os resultados dados representam o efeito médio de uma dada variável regressora (X) sobre a variável regredida (Y), se e quando X muda ao longo do tempo e entre as unidades observacionais em uma unidade (X_{it}).

4.6.2 Câmaras de Vereadores

Na tabela 4.25 na página 158 estão os resultados dos coeficientes de três ajustes de regressão, um ajuste de regressão linear multivariada, denominado de modelo Empilhado, e dois ajustes de regressão linear de dados em painel, denominados de Modelo de Efeitos Fixos e Modelo de Efeitos Aleatórios. Os três modelos utilizam o princípio de mínimos quadrados em sua base computacional de predição, porém, operam de maneira distinta os dados observacionais entre os registros para os indivíduos e o tempo. O primeiro deles, o modelo 1, agrega todos os dados, e estima a os parâmetros e os erros da regressão linear ignorando o fato de serem repetições de observações realizadas sobre um mesmo conjunto de indivíduos para momentos diferentes, em mais de um ponto no tempo, o que traz para o modelo uma série de questões de viés de tratamento e de erros eventuais ocasionados por variáveis possivelmente omitidas. Esta característica do modelo 1 de ignorar aspectos dos i -ésimos indivíduos nem sempre resulta no fato do modelo ser o pior modelo em termos de eficiência e consistência, mas resulta em cuidados que devem ser analisados em comparação com outros modelos, com modelos que levem em conta heterogeneidades individuais, para dizer o mínimo. O segundo e o terceiro modelo apresentados são modelos dedicados à tratarem às heterogeneidades dos i -ésimos indivíduos, cada qual carregando um desenho matemático específico de tratamento, e conseqüentemente possibilitando hipóteses, precisões e respostas diferentes. O segundo modelo é um modelo de efeitos não observados chamado de **modelo de efeitos fixos**, onde cada um dos indivíduos é tratado como um caso específico dentro do conjunto geral de indivíduos analisados e que trata esta especificidade como uma parte específica na componente sistemática do modelo, como mais um parâmetro a ser estimado dentro da combinação linear das variáveis preditoras, portanto, como constantes à serem estimadas sobre os i s e o nível de entrada para cada um deles. O terceiro modelo é um modelo de efeitos não observados chamado de **modelo de efeitos aleatórios**, onde, assim como no anterior, cada um dos indivíduos é tratado como um caso específico dentro do conjunto geral de indivíduos analisados, mas que trata esta especificidade como uma parte que comporá a componente aleatória do modelo, como uma parcela esperada de erro dado o indivíduo, e portanto, fora da combinação linear das variáveis preditoras e obedecendo

a uma lógica de distribuição aleatória onde as especificidades da individualidade e da originalidade são esperados e tratados como uma parcela dos erros do modelo.

X_i	$Y = N_c$								
	Empilhado			Efeitos Fixos			Efeitos Aleatórios		
	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i	$\hat{\beta}_i$	$\hat{\epsilon}_i$	p_i
α	0,850	0,141	***				0,265	0,186	
M_m	- 0,050	0,022	*				- 0,047	0,035	
C_m	2,760	0,126	***				2,718	0,418	***
R_N	0,435	0,045	***				0,576	0,060	***
R_{NE}	- 0,256	0,036	***				- 0,254	0,052	***
R_{SE}	0,700	0,027	***				0,781	0,042	***
R_S	- 0,459	0,039	***				- 0,536	0,055	***
D_{01}	- 0,319	0,048	***				- 0,411	0,060	***
D_{02}	- 0,202	0,044	***				- 0,274	0,054	***
D_{03}	- 0,122	0,041	**				- 0,192	0,050	***
D_{04}	- 0,089	0,040	*				- 0,117	0,047	*
D_{05}	- 0,114	0,039	**				- 0,088	0,043	*
D_{07}	0,028	0,039					0,059	0,046	
D_{08}	0,100	0,040	*				0,170	0,054	**
D_{09}	0,137	0,043	**				0,221	0,061	***
D_{10}	1,042	0,076	***				1,225	0,103	***
Pop_m				0,495	0,115	***			
PIB_m	0,178	0,017	***	0,036	0,033		0,163	0,024	***
U_m	- 0,002	0,001	***	- 0,004	0,003		- 0,003	0,001	***
IDH_m	1,236	0,160	***	4,780	0,291	***	2,634	0,210	***
F_r	0,748	0,063	***	0,564	0,216	**	0,871	0,090	***
$P_r : 1$	0,612	0,022	***	0,106	0,023	***	0,349	0,022	***
$P_r : 2$	1,239	0,030	***	0,432	0,034	***	0,816	0,032	***
<i>Obser.</i>		27.613			27.613			27.613	
<i>SQTot</i>		90.053			39163			56.450	
<i>SQRes</i>		57.298			31501			40.778	
R^2		0,36373			0.19564			0,27764	
$R^2 Aj.$		0,36325			- 0.00488			0,27709	
<i>AIC</i>		98.563,1			93.023,50			89.171,1	
<i>BIC</i>		98.744,1			138.365,50			89.352,1	

Tabela 4.25: Resultados dos Modelos de Regressão.
Fragmentação Partidária nas Câmaras de Veadores, 1996-2016.

Como é possível observar na tabela 4.25, o conjunto de variáveis impactou nas mudanças ocorridas tanto no tempo quanto entre as unidades observacionais do estudo e implicaram em aumentos médios estatisticamente significativos da competição eleitoral entre partidos e da diversidade de legendas que obtiveram cadeiras nas câmaras municipais. Seguindo o mesmo modelo de apresentação dos resultados das seções anteriores, nas seções abaixo descrevo as principais variáveis empregadas no modelo e os impactos na inclusão e nas variações de cada uma.

4.6.2.1 Situação Regional

Para estimar as heterogeneidades regionais foram construídas variáveis dummies para as regiões e utilizadas nos ajustes em relação à Região Centro-Oeste, que se apresenta muito próxima à média geral da heterogeneidade regional dos dados. Além das variáveis de posicionamento regional macroeconômico, foram elaboradas variáveis dummies para municípios de regiões metropolitanas e municípios que são capitais de estado. Existem efeitos médios positivos e negativos fornecidos pelos municípios integrantes das diferentes regiões, e fortes efeitos para as capitais. No modelo de efeitos aleatórios, quando tomados em relação à Região Centro-Oeste, os municípios da Região Norte e da Região Sudeste foram espaços significativamente mais abertos à competição e que imprimiram efeitos incrementais médios positivos e significativos no Número Efetivo de Partidos nas Câmaras, e os municípios da Região Sul e na Região Nordeste foram espaços significativamente menos abertos de entrada, que imprimiram efeitos redutivos e significativos. O modelo de efeitos fixos desconsidera variáveis que não apresentam alterações no tempo e desconsidera constantes excluindo seus resultados das estimativas. De modo geral, comparando os efeitos regionais dos modelos, do modelo de efeitos aleatórios ao modelo de dados empilhados, os resultados apresentados acompanham os sinais do modelo de dados empilhados e tendem a acentuar os valores estimados. Os efeitos tomados pelos agrupamentos de municípios entre as regiões e observado ao longo do tempo e entre os municípios demonstrou-se característico e com diferenças estatisticamente significativas para o período analisado. O fato de pertencerem à uma região metropolitana é de efeito praticamente nulo, com significância estatística, e ser capital de estado, ao contrário, apresentou impactos que estão entre os maiores e com alta significância estatística.

4.6.2.2 Caracterização Demográfica

Para estimar o impacto do tamanho populacional municipal, os municípios foram categorizados por décimos, dez grupos com quantidades aproximadas de elementos baseados no ordenamento das populações municipais, e estes foram tomados e utilizados nos ajustes em relação ao sexto décimo (D06), um grupo que apresentou um

comportamento próximo ao comportamento médio geral. Para o caso do modelo de efeitos fixos, que exclui variáveis categóricas de baixa variação, empreguei o tamanho populacional de fato com um tratamento simples. Existem efeitos médios negativos que tendem a ser tornarem positivos fornecidos pelos tamanhos dos municípios integrantes das diferentes classes de tamanho populacional. No modelo de efeitos aleatórios, os municípios dos menores décimos, quando tomados em relação aos municípios medianos da classe D06, foram espaços espaços significativamente mais fechados à competição e que imprimiram efeitos redutivos na competição eleitoral. De modo crescente, os impactos dos efeitos negativos na competição eleitoral são reduzidos na medida em que se toma a classe seguinte de municípios, os municípios imediatamente maiores, até o ponto em que na sétima classe, D07, o efeito se inverte, ainda sem significância estatística, mas que indica a alteração da curva de incentivos para os incentivos positivos à competição eleitoral e ao número efetivo de partidos. Ao fim, os três últimos décimos fornecem efeitos significativos. A última classe, a classe D10 é a que mais se destaca em termos de abertura à entrada de novos competidores e ao número efetivo de partidos. Para o modelo de efeitos fixos, o tamanho populacional teve impacto médio de 0,495, um impacto positivo e significativo, e que deve ser levado em consideração. De modo geral, comparando os efeitos dos tamanhos populacionais apresentados pelo modelo de efeitos aleatórios ao modelo de dados empilhados, os resultados apresentados acompanham os sinais do modelo de dados empilhados, corrigindo as estimativas para algumas classes, mas sem alterar a lógica de que quanto maior o município, mais aberto aos competidores e promotores da competição eleitoral. Os efeitos das classes de municípios ao longo do tempo e entre os municípios demonstrou-se característico, com diferenças estatisticamente significativas principalmente para as maiores classes no período analisado.

4.6.2.3 Desenvolvimento Socioeconômico

Para mensurar o impacto do desenvolvimento do município na composição numérica dos representantes nas câmaras utilizei um pequeno conjunto de indicadores aos modelos apresentados composto pelo Produto Interno Bruto, pela Taxa de Urbanização, e o Índice de Desenvolvimento Humano municipal, uma medida de desenvolvimento multidimensional que mensura melhorias em indicadores básicos de aumento da longevidade, da distribuição de renda e da escolarização. Como esperado, as variações do indicador de desenvolvimento humano municipal implicaram em aumentos médios mais de dois pontos no indicador de competição entre partidos para os modelos em painel. No modelo de efeitos aleatórios, o desenvolvimento municipal observado implicou em um aumento médio de 2,634 pontos no número efetivo de partidos, o que significa inclusão média de quase três competidores efetivos. Municípios que avançaram em termos de desenvolvimento humano aumentaram sua disputa

pela representação. No que diz respeito aos outros dois indicadores, a urbanização e o produto interno bruto, não são fortemente impactantes nas alterações médias significativas no N. No modelo de efeitos fixos, o impacto do aumento do desenvolvimento humano foi ainda maior do que o impacto observado no modelo de efeitos aleatórios, o desenvolvimento humano municipal implicou em aumento médio de 4,780 pontos no indicador do número de partidos das câmaras, um valor que se distancia do valor apresentado pelo modelo de efeitos aleatórios. Por mais que exista esta discrepância entre as magnitudes dos impactos, o desenvolvimento socioeconômico gerou um aumento médio considerável do número de partidos. O efeito observado do desenvolvimento ao longo do tempo e entre os municípios nos pleitos demonstrou-se muito impactante e estatisticamente significativo para o período analisado. Uma vez que este pequeno conjunto de indicadores mensura várias dimensões da vida do municípios e relaciona estas medidas aos pleitos das prefeituras é possível afirmar que o desenvolvimento mensurado principalmente pelas melhorias da qualidade de vida estiveram associados às mudanças de abertura e acréscimo dos agentes nas câmaras.

4.6.2.4 Diversidade Religiosa

Para mensurar o impacto da abertura religiosa computada pela diversidade religiosa municipal na distribuição de cadeiras resultantes da disputa proporcional computei um indicador baseado na diversidade denominacional, a fracionalização religiosa nos municípios, e adicionei o indicador de diversidade religiosa dos municípios aos modelos apresentados. Mais uma vez, o aumento da diversidade denominacional dada pelo indicador de fracionalização religiosa manteve os tipos de efeitos estimados e relação estatisticamente significativa nos três modelos. No modelo de efeitos aleatórios, a diversidade religiosa observada implicou um aumento médio estimado de 0,871 pontos no número efetivo de partidos que chegaram às câmaras municipais, incremento de quase um partido. Da mesma forma que os municípios que contaram com abertura e diversidade denominacional religiosa foram propícios aos aumentos nos números de competidores nas eleições, foram propícios à que mais competidores obtivessem postos nas câmaras. No modelo de efeitos fixos, o impacto da fracionalização religiosa no número efetivo de partidos das câmaras é menor do que o apresentado no modelo anterior, com manutenção do efeito estimado, onde implicou em aumento médio de 0,564 pontos no índice N. Para ambas abordagens econométricas, à fracionalização das preferências religiosas seguiram-se alterações médias consideráveis na distribuição de cadeiras, com aumento de partidos nas câmaras. O efeito da abertura religiosa nas câmaras municipais, observado ao longo do tempo e entre os municípios, demonstrou-se consideravelmente impactante e estatisticamente significativo para o período analisado. É possível afirmar que o pluralismo religioso mensurado forneceu abertura aos agentes políticos ativos e diretamente envolvidos nos pleitos municipais,

impactando a distribuição dos votos e a distribuição final das cadeiras das câmaras municipais.

4.6.2.5 Presença de Partidos Religiosos

Para mensurar o impacto pós-eleitoral da presença dos partidos religiosos nos pleitos na distribuição de cadeiras das câmaras municipais identifiquei a presença de dois partidos comumente conhecidos como partidos religiosos nas eleições municipais majoritárias, o PRB e o PSC, e adicionei esse indicador de presença nos modelos ajustados. Conforme as expectativas do plano de análise do capítulo, a presença dos partidos religiosos nos pleitos teve relação estatisticamente positiva e significativa nas estimativas dos três modelos apresentados. No modelo de efeitos aleatórios, a disposição destes 2 partidos religiosos nos pleitos municipais implicou em um aumento médio de 0,816 pontos no valor observado do indicador do número efetivo de partidos com cadeiras nas câmaras municipais, resultando, portanto, na inclusão de quase 1 partido nas câmaras. Também neste ajuste, a apresentação de um partido religioso implicou em um aumento médio de 0,349 pontos no índice N. No modelo de efeitos fixos, os impactos da disposição dos partidos religiosos é um pouco menor do que as estimativas apresentadas nos outros dois modelos, a presença de 2 partidos religiosos nos pleitos municipais implicou em um aumento médio de 0,432 pontos no valor observado do índice N das câmaras municipais. Neste mesmo ajuste, a apresentação de um partido religioso implicou em um aumento médio de 0,106 pontos no indicador do número efetivo de partidos. O efeito observado da disposição dos partidos religiosos nos pleitos proporcionais demonstrou-se estatisticamente significativa e impactante para o período analisado. É possível afirmar que a presença dos partidos religiosos nos pleitos municipais contribuiu para o aumento do número de partidos que, para além do impacto na distribuição geral das preferências eleitorais entre os competidores, obtiveram uma vaga nas câmaras municipais.

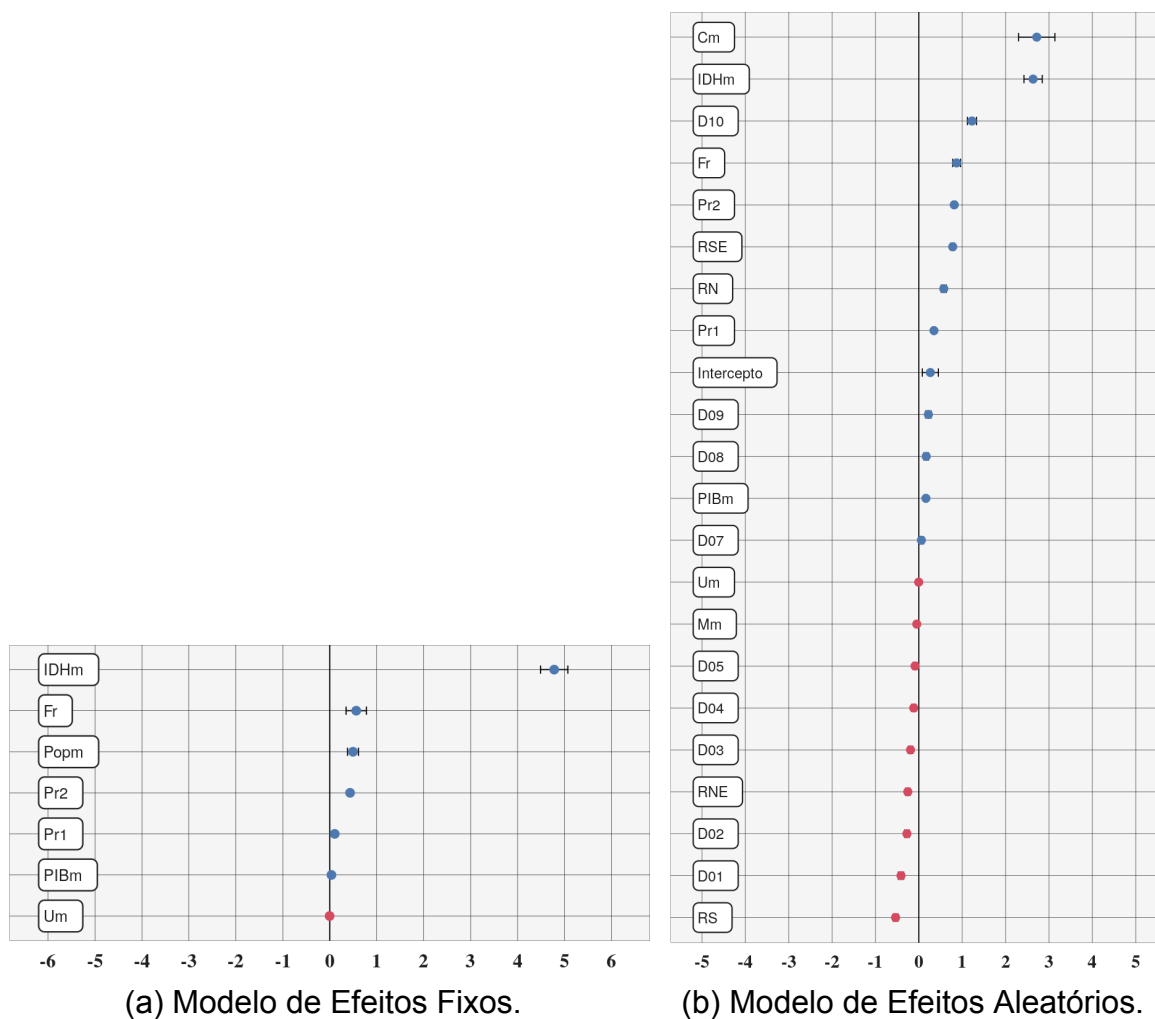


Figura 4.3: Coeficientes dos Modelos de Regressão.
Fragmentação Partidária nas Câmaras de Vereadores, 1996-2016.

Os gráficos 4.3a e 4.3b acima apresentam de forma visual o resumo ordenado decrescente os dados apresentados nos resultados tabulares anteriores. Os coeficientes de maior impacto positivo estão na parte superior e os maiores coeficientes de impacto negativo estão na parte inferior. Em resumo, o gráfico reafirma que os maiores impactos resultantes dos modelos ajustados foram do IDHM e da Fracionalização Religiosa, para o modelo de Efeitos Fixos, enquanto que para o modelo de Efeitos Aleatórios, os maiores impactos foram decorrentes de Ser Capital, do IDHM, de pertencer ao Maior Décimo Populacional e Fracionalização Religiosa.

4.7 Discussão

Os principais achados do trabalho se resumem no ponto das consequências eleitorais das mudanças sociais vividas pelos municípios brasileiros as últimas décadas. Nos últimos 20 anos, que cobrem o escopo das eleições analisadas, muitas políticas de melhorias da qualidade de vida, da educação e da saúde foram desenvolvidas no país, o que repercutiu nos indicadores de desenvolvimento humano, por isso as melhorias do IDH impactaram na competição política, principalmente na competição política para as câmaras de vereadores. O Brasil tem passado por momentos novos em sua história recente, e mesmo diante dos percalços tem caminhado rumo à abertura religiosa e à competição política.

Tomando por base a tendência de crescimento do número efetivo de partidos para as eleições proporcionais (PEIXOTO; GOULART, 2014), onde na grande maioria dos municípios se manteve uma forte tendência de que as eleições para vereadores fossem disputadas e divididas entre mais agentes com potencial de concentrar votos do que na competição eleitoral para prefeitos. De acordo com os principais resultados encontrados tanto as melhorias observadas nos indicadores socioeconômicos quanto os aumentos observados na diversidade religiosa estiveram associados à abertura política dos municípios e imprimiram aumentos no número de partidos eleitos nas câmaras municipais. A diversidade religiosa e a competição eleitoral estão associadas nos municípios principalmente quando moderadas por dois fatores: a magnitude do distrito eleitoral e a presença de partidos religiosos. Em termos médios, ambos, tanto a Fracionalização Religiosa quanto a Presença de Partidos Religiosos contribuíram para a entrada de partidos e candidatos nas câmaras.

O impacto de fatores religiosos nas eleições tem sido explorado por diversos trabalhos nas Ciências Sociais (MACHADO, 2006; NETTO; SPECK, 2017), mas os estudos correntes geralmente analisam efeitos das candidaturas religiosas nas chances eleitorais, ou analisam desempenhos dos candidatos considerados como candidatos religiosos. A abordagem apresentada neste trabalho difere radicalmente do que tem sido apresentado de maneira rotineira por i. computar uma série de indicadores pouco comuns para os cenários municipais religiosos e ii. por analisar o impacto da heterogeneidade religiosa com modelos de dados em painel, que são raros na literatura nacional sobre o desenvolvimento do sistema político.

De posse dos resultados e dos achados apresentados ao longo deste capítulo espero ter respondido minimamente à questão colocada na abertura deste trabalho “Fracionalização Religiosa importa para a política?”. **A diversidade religiosa aumenta o número de partidos?** A resposta é que a fracionalização religiosa im-

porta. Entre 1996 e 2016, os impactos observados foram substantivos, principalmente quando da presença do **PRB** (Partido Republicano Brasileiro) e o **PSC** (Partido Social Cristão) nos pleitos locais. Os impactos são muito claros no que se refere à competição para vereadores, no número efetivo de partidos que concorreram nas eleições municipais proporcionais. Os achados apresentados pelos modelos de dados em painel trazem impactos claros das Capitais, dos maiores municípios, principalmente por conta da magnitude eleitoral e das Regiões, que tendem a apresentar contributos distintos. As Regiões Sudeste e Norte incentivaram a entrada de partidos, enquanto as Regiões Nordeste e Sul fizeram com que o número efetivo de partidos fosse impactado de modo negativo. A Fracionalização Religiosa e a Presença de Partidos Religiosos apresentaram efeitos estatísticos significativos para todos os modelos ajustados.

O último ponto a ser salientado é o de que os estudos que analisam os impactos das heterogeneidades sociais, como realizadas neste trabalho, são bem raras no contexto geral e nacional. Muito ainda precisa ser melhorado e adaptado para responder de maneira conclusiva, sob todos os aspectos, se existe coordenação eleitoral ou voto estratégico nas eleições municipais brasileiras. Baseado na análise desenvolvida, interpreto que existem indícios claros da atuação das elites para com os eleitorados, ou seja, existe indícios de coordenação eleitoral. No período analisado, o impacto da presença dos partidos religiosos nos modelos fez surgir quase um ator de igual tamanho no número efetivo de partidos. Por fim, acredito ter oferecido insumos claros de que o número efetivo de partidos nos mercados eleitorais locais mantém relação com a estrutura social.

Conclusão

As principais conclusões analíticas dos dois últimos capítulos desta pesquisa são de duas ordens distintas, mas que conversam entre si: uma é da ordem da “inovação” e outra é da ordem da “pesquisa”. Esta divisão é importante no que se refere ao capítulo 3, que consumiu boa parte da energia de pesquisa da tese, e também do capítulo 4, que dele depende.

De maneira direta os principais resultados do capítulo 3 foram significativos, tanto por conversarem com as leituras teóricas e sociológicas da religião adotadas na tese, quando por demonstrarem o emprego deste novo tipo de instrumento. As leituras descritivas resultantes da aplicação dos índices manteve relação com os principais apontamentos da literatura, os instrumentos não operaram grandes desvios e produziram grandes descobertas, mas consolidaram as descobertas existentes em uma nova forma. Quando os resultados do índice de fracionalização denominacional religiosa avançaram nas últimas décadas no sentido de uma maior fracionalização, e quando o número efetivo de denominações religiosas caminhou rumo a dois, o resultado se mostrou sólido diante das leituras gerais da literatura. O movimento, por mais que não aparente, é um movimento muito importante: foram construídos e computados valores para cada um dos municípios do Brasil em cada um dos anos analisados. Além deste movimento de aplicação de um instrumento condizente com o cenário intelectual vigente e de multiplicação desta aplicação entre as unidades espaciais e temporais, existe um movimento de ganho matemático e metodológico: uma série de métodos estatísticos demandam variáveis numéricas quantitativas para serem computados, a exemplo do que realizei ainda no mesmo capítulo, com os testes de associação entre as variáveis, os testes de correlação, que, mais uma vez, corroboraram as inúmeras análises qualitativas de cada realidade local dispersas pelo país, onde os autores apontam a relação entre religião e política, enquadrada principalmente nas eleições.

Por tabela, os principais resultados do capítulo 4 avançam nas associações encontradas nos produtos das aplicações e das análises do capítulo analítico anterior. Nele, além da associação entre as variáveis, me dediquei a mensurar o impacto da abertura religiosa, da diversidade observada nos mercados religiosos municipais, principalmente onde estiveram presentes na competição aqueles partidos que seriam minimamente capazes de mobilizar essa diversidade, o PRB e o PSC, nas eleições municipais para prefeitos, vereadores e nas câmaras de vereadores resultantes após as eleições. Mais uma vez, por mais que não aparente, o movimento foi muito importante: de posse das variáveis agora quantitativas sobre a heterogeneidade social religiosa das populações municipais para os últimos anos compreendidos entre 1996

e 2016, apliquei um dos métodos estatísticos mais robustos para a análise de dados provenientes de ondas distintas no tempo: os modelos de dados em painel. Justamente da posse dos resultados das análises de inúmeros ajustes realizados durante o último ano de pesquisa é que cheguei as constatações relatadas no capítulo, de que: a evolução das condições socioeconômicas municipais, as aberturas institucionais e legais de cada um dos pleitos (como a magnitude e o tipo de eleição) e o nível da diversidade religiosa da população municipal, principalmente na presença de partidos afins, contribuíram na configuração eleitoral, principalmente nas eleições para vereador. Dentre os resultados que, nesta composição, a simples presença de um candidato de um partido religioso, com no mínimo seu próprio voto, imprimiu crescimentos médios consideráveis no número efetivo de partidos nas eleições proporcionais municipais.

Por fim, em termos teóricos, a leitura resultante do trabalho é a de que a diversidade religiosa e a competição eleitoral mantém uma relação na realidade das eleições municipais brasileiras. Do ponto de vista da teoria da poliarquia, do pluralismo político e do pluralismo religioso, o movimento talvez seja o mais salutar da jovem poliarquia brasileira. Afinal, para Dahl, o problema dos grupos étnicos e religiosos, que tangencia o problema das organizações e dos organizados, é um problema de quando eles não acessam os meios de governo e representação, o que gera a tendência de romper, ou onde os insumos para o rompimento das poliarquias são fornecidos. Não parece ser este o caso do cenário eleitoral local brasileiro. Elites e eleitores religiosos, seja por coordenação eleitoral, seja por voto estratégico, parecem ter conseguido, com algum sucesso, obter sucesso eleitoral e cadeiras. A fracionalização religiosa, uma realização do pluralismo religioso recente dos nossos municípios, uma das dimensões do pluralismo, é importante para a difusão da competição eleitoral entre os partidos. A diversidade religiosa impacta nos resultados eleitorais e no número de partidos eleitos nas eleições municipais.

Referências Bibliográficas

- ABERCROMBIE, N.; HILL, S.; TURNER, B. S. *The Penguin Dictionary of Sociology*. 5. ed. London, United Kingdom: Penguin, 2006.
- ADELMAN, M. A. The Measurement of Industrial Concentration. *Review of Economics and Statistics*, p. 269–296, 1951.
- ADELMAN, M. A. Comments on the “H” Concentration Measure as a Number-Equivalent. *Review of Economics and Statistics*, v. 51, n. 1, p. 99–101, 1969.
- ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W.; CAVENAGHI, S. A Dinâmica das Filiações Religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: Diversificação e Processo de Mudança de Hegemonia. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, v. 12, n. 2, p. 145–174, 2012.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S.; BARROS, L. F. W. Estradas da Fé: Os Caminhos da Difusão das Filiações Evangélicas no Rio de Janeiro. In: . [S.l.: s.n.], 2016. p. 1–23.
- ALVES, J. E. D. et al. Distribuição Espacial da Transição Religiosa no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 215–242, 2017.
- BAKER, J. O.; SMITH, B. G. *American Secularism: Cultural Contours of Nonreligious Belief Systems*. New York, United States of America: New York University Press, 2015.
- BECKFORD, J. A. *Social Theory and Religion*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2003.
- BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado: Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião*. São Paulo, Brasil: Editora Paulinas, 1985.
- BERGER, P. L. A Dessecularização do Mundo: Uma Visão Global. *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 9–23, 2001.
- BRAGA, M. d. S. S. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política, 1982-2002*. São Paulo, Brasil: Editora Humanitas, 2006.
- BRAGA, M. d. S. S.; JÚNIOR, J. P. Os Partidos Políticos Brasileiros Realmente Não Importam? *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271–303, 2011.
- BURITY, J. A. Religião e Política na Fronteira: Desinstitucionalização e Deslocamento numa Relação Historicamente Polêmica. *Revista de Estudos da Religião*, n. 4, p. 27–45, 2001.
- BURITY, J. A. Religião e República: Desafios do Pluralismo Democrático. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 21, n. 1-2, p. 23–42, 2005.
- BURITY, J. A. Religião, Política e Cultura. *Tempo Social*, v. 20, n. 2, p. 83–113, 2008.
- BURITY, J. A. Sociologia da Religião no Brasil: Artesania, Fronteiras e Horizontes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, n. 93, p. 1–25, 2020.

- CARVALHO, N. R. d. Sistema Eleitoral Brasileiro: Teoria e Prática. In: _____. Rio de Janeiro, Brasil: Rio Fundo Editora, 1991. cap. Representação Política, Sistemas Eleitorais e Partidários: Doutrina e Prática, p. 39–64.
- CASANOVA, J. *Public Religions in the Modern World*. Chicago, United States of America: University of Chicago Press, 1994.
- COX, G. W. *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 1997.
- COX, G. W. Electoral Rules and Electoral Coordination. *Annual Review of Political Science*, v. 2, n. 1, p. 145–161, 1999.
- CUNNINGHAM, F. *Teorias da Democracia: Uma Introdução Crítica*. Porto Alegre, Brasil: Artmed Editora, 2009. 285 p.
- DAHL, R. A. *Democracy and Its Critics*. New Haven, : Yale University Press, 1989.
- DAHL, R. A. *Sobre a Democracia*. Brasília, Brasil: Editora UnB, 2001.
- DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo, Brasil: Edusp, 2015 (1971).
- DALTON, R. J. Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies. *The Journal of Politics*, v. 46, n. 1, p. 264, 1984.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. The Not So Simple Act of Voting. In: . [S.l.: s.n.], 1993. cap. 8, p. 193–218.
- ELFF, M. Social Structure and Electoral Behavior in Comparative Perspective: The Decline of Social Cleavages in Western Europe Revisited. *Perspectives on Politics*, v. 5, n. 2, p. 277–294, 2007.
- ELFF, M. et al. Religion. In: _____. London, United Kingdom: Sage, 2016. v. 2, cap. 11.
- EPSTEIN, L. D. *Political Parties in Western Democracies*. New Jersey, United States of America: Transaction Publishers, 1980.
- FIGUEIREDO, M. F. *A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. 2. ed. Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG, 2008.
- FINKE, R.; STARK, R. Religious Economies and Sacred Canopies: Religious Mobilization in American Cities, 1906. *American Sociological Review*, p. 41–49, 1988.
- FINKE, R.; STARK, R. *The Churching of America, 1776-2005: Winners and Losers in Our Religious Economy*. New Jersey, Brasil: Rutgers University Press, 2005. 347 p.
- FRIGERIO, A. O Paradigma da Escolha Racional: Mercado Regulado e Pluralismo Religioso. *Tempo Social*, v. 20, n. 2, p. 17–39, 2008.
- GOLOSOV, G. V. The Effective Number of Parties: A New Approach. *Party Politics*, v. 16, n. 2, p. 171–192, 2009.
- HELD, D. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte, Brasil: Editora Paideia, 1987. 297 p.

- INGLEHART, R. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997. 453 p.
- INGLEHART, R. Evolutionary Modernization Theory: Why People's Motivations are Changing. *Changing Societies & Personalities*, v. 1, n. 2, p. 136–151, 2017.
- INGLEHART, R. *Religion's Sudden Decline: What's Causing It, and What Comes Next?* New York, United States of America: Cambridge University Press, 2021.
- INGLEHART, R.; BAKER, W. E. Modernization, Cultural Change, and The Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, v. 65, p. 19–51, 2000.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. New York, United States of America: Cambridge University Press, 2005.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. The Role of Ordinary People in Democratization. *Journal of Democracy*, v. 19, n. 1, p. 126–140, 2008.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a Sequência do Desenvolvimento Humano*. São Paulo, Brasil: Francis, 2009.
- JACOB, C. R. *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2003. v. 7.
- JACOB, C. R. *Religião e Sociedade em Capitais Brasileiras*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2006.
- KINZO, M. D. G. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23–40, 2004.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. The “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, v. 1, n. 12, p. 3–27, 1979.
- LIPSET, S. M. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69–105, 1959.
- LIPSET, S. M. *O Homem Político*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores, 1967 (1959).
- LIPSET, S. M. Política e Ciências Sociais. In: _____. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores, 1972. cap. Política e Ciências Sociais: Introdução, p. 10–28.
- LIPSET, S. M. *Política e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores, 1972.
- MACHADO, M. d. D. C. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV Editora, 2006.
- MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores, 1978.

MAINWARING, S. P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil*. Porto Alegre, Brasil: Mercado Aberto, 2001.

MANIN, B. As Metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), v. 10, n. 29, p. 5–34, 1995.

MANIN, B. A Democracia do Público Reconsiderada. *Novos Estudos CEBRAP*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n. 97, p. 115–127, 2013.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Eleições e Representação. *Lua Nova*, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 67, p. 105–138, 2006.

MARIANO, R. *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. [S.l.]: Edições Loyola, 1999.

MARIANO, R. Secularização do Estado, Liberdades e Pluralismo Religioso. In: NAYA (Ed.). *III Congreso Virtual de Antropología y Arqueología*. Online, Argentina: [s.n.], 2002.

MARIANO, R. Crescimento Pentecostal no Brasil: Fatores Internos. *Revista de Estudos da Religião*, v. 4, p. 68–95, 2008.

MARIANO, R. Expansão e Ativismo Político de Grupos Evangélicos Conservadores: Secularização e Pluralismo em Debate. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, p. 708–726, 2016.

MARIZ, C. L. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 25–39, 2001.

MARIZ, C. L. Fazer ciência, pensar a cultura: estudos sobre as relações entre ciência e religião. In: _____. Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ, 2006. cap. Mundo Moderno, Ciência e Secularização, p. 97–128.

NETO, O. A.; COX, G. W. Electoral Institutions, Cleavage Structures, and the Number of Parties. In: *Seminários de Pesquisa Econômica*. Rio de Janeiro, Brasil: [s.n.], 1996. p. 149–174.

NETO, O. A.; COX, G. W. Electoral Institutions, Cleavage Structures, and the Number of Parties. *American Journal of Political Science*, p. 149–174, 1997.

NETTO, G. F.; SPECK, B. W. O Dinheiro Importa Menos para os Candidatos Evangélicos? *Opinião Pública*, v. 23, n. 3, p. 809–836, 2017.

NICOLAU, J. C. M. *Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre o Sistema Partidário Brasileiro, 1985-94*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

NICOLAU, J. C. M. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.

NICOLAU, J. C. M. *Sistemas Eleitorais*. 6. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fundação Getulio Vargas, 2012 (1999).

NICOLAU, J. C. M.; SCHMITT, R. A. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. *Lua Nova*, v. 36, p. 129–147, 1995.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide*. 2. ed. New York, United States of America: Cambridge University Press, 2011. (Cambridge Studies in Social Theory, Religion, and Politics).

ORDESHOOK, P. C.; SHVETSOVA, O. V. Ethnic Heterogeneity, District Magnitude, and the Number of Parties. *American Journal of Political Science*, p. 100–123, 1994.

PANEBIANCO, A. *Modelos de Partido: Organização e Poder nos Partidos Políticos*. 1. ed. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, V. d. M.; GOULART, N. L. M. Evolução da Competição Eleitoral Municipal no Brasil (1996 a 2012). *Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 2, p. 41–63, 2014.

PIERUCCI, A. F. Secularização em Max Weber: Da Contemporânea Serventia de Voltarmos a Acessar Aquele Velho Sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. 43–73, 1998.

PIERUCCI, A. F. *Efervescência Religiosa: Fim da União Estado-Igreja Ampliou Oferta de Religiões*. São Paulo, São Paulo: [s.n.], 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fe/fe16.htm>>.

PIERUCCI, A. F. *Religião*. São Paulo, São Paulo: [s.n.], 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs3112200019.htm>>.

PIERUCCI, A. F. *Cadê nossa diversidade religiosa?* São Paulo, São Paulo: [s.n.], 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2912200208.htm>>.

PIERUCCI, A. F. *Religião assume o capitalismo, diz sociólogo*. São Paulo, São Paulo: [s.n.], 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u116246.shtml>>.

PIERUCCI, A. F. *O Desencantamento do Mundo*. 3. ed. São Paulo, Brasil: Editora 34, 2013 (2003).

PITKIN, H. F. Representação: Palavras, Instituições e Idéias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 67, p. 15–47, 2006.

POWELL, G. B. Party Systems and Political System Performance: Voting Participation, Government Stability and Mass Violence in Contemporary Democracies. *The American Political Science Review*, p. 861–879, 1981.

PRANDI, R. Cidade em Transe: Religiões Populares no Brasil no Fim do Século da Razão. *Revista USP*, v. 11, p. 65–70, 1991.

PRANDI, R. Perto da Magia, Longe da Política: Derivações do Encantamento no Mundo Desencantado. *Novos Estudos CEBRAP*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), v. 34, p. 81–91, 1992.

PRZEWORSKI, A. *Democracia e Mercado: Reformas Políticas e Econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro, Brasil: Relume-Dumará, 1994.

- PRZEWORSKI, A. et al. O que Mantém as Democracias? *Lua Nova*, v. 40/41, p. 113–135, 1997.
- PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e Cultura: Uma Visão Não Culturalista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 58, p. 9–35, 2003.
- RAE, D. A Note on the Fractionalization of Some European Party Systems. *Comparative Political Studies*, v. 1, n. 3, p. 413–418, 1968.
- RAE, D. W. *The Political Consequences of Electoral Laws*. Connecticut, United States of America: Yale University Press, 1967.
- RAYMOND, C. D. The Continued Salience of Religious Voting in the United States, Germany, and Great Britain. *Electoral Studies*, v. 30, n. 1, p. 125–135, 2011.
- RAYMOND, C. D. The Effects of District Magnitude and Social Diversity on Party System Fragmentation in Majoritarian Systems. *Asian Journal of Comparative Politics*, v. 2, n. 4, p. 311–326, 2017.
- RAYMOND, C. D. Socioeconomic Development and Party System Fragmentation Cross-Nationally. *Politics & Policy*, v. 46, n. 5, p. 731–758, 2018.
- RAYMOND, C. D. Religious Diversity and the Number of Religious Parties around the World. *Representation*, Taylor & Francis, v. 55, n. 2, p. 197–213, 2019.
- RESENDE, M. Medidas de Concentração Industrial: Uma Resenha. *Análise Econômica*, n. 21 e 22, p. 24–33, 1994.
- RUBIÃO, A. O Sorteio na Política: Como os Minipúblicos vêm Transformando a Democracia. *Opinião Pública*, v. 24, n. 3, p. 699–723, 2018.
- RUITER, S.; TUBERGEN, F. V. Religious Attendance in Cross-national Perspective: A Multilevel Analysis of 60 Countries. *American Journal of Sociology*, The University of Chicago Press, v. 115, n. 3, p. 863–95, 2009.
- SANTOS, W. G. dos. *Governabilidade e Democracia Natural*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV, 2007.
- SANTOS, W. G. dos. Robert A. Dahl, Econômico. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 289–292, 2014.
- SARTORI, G. Política e Ciências Sociais. In: _____. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores, 1972. cap. Da Sociologia da Política à Sociologia Política, p. 106–148.
- SARTORI, G. *Teoria da Democracia Revisitada. Vol. I - O Debate Contemporâneo*. São Paulo, Brasil: Editora Ática, 1994.
- SARTORI, G. *Teoria da Democracia Revisitada. Vol. II - As Questões Clássicas*. São Paulo, Brasil: Editora Ática, 1994.
- SARTORI, G. Electoral Laws and their Political Consequences. In: _____. New York, United States of America: Agathon, 2003. cap. The Influence of Electoral Systems: Faulty Laws or Faulty Method?, p. 43–68.

SCHOULTZ, Å. v. Party systems and voter alignments. In: _____. London: Sage, 2016. v. 2, cap. 3.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. São Paulo, Brasil: Editora da UNESP, 2017 (1943). 582 p.

SEILER, D.-L. *Os Partidos Políticos*. Brasília, Brasil: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SELL, C. E. Democracia com Liderança: Max Weber e o Conceito de Democracia Plebiscitária. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 139–166, 2011.

SELL, C. E. Racionalidade e Racionalização em Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 153–172, 2012.

SHUGART, M. F. The Two Effects of District Magnitude: Venezuela As a Crucial Experiment. *European Journal of Political Research*, v. 13, n. 4, p. 353–364, 1985.

STARK, R.; BAINBRIDGE, W. S. *The Future of Religion: Secularization, Revival and Cult Formation*. California, United States of America: University of California Press, 1985. 347 p.

STARK, R.; FINKE, R. *Acts of Faith: Explaining the Human Side of Religion*. California, United States of America: University of California Press, 2000. 349 p.

STOLL, H. Social Cleavages and the Number of Parties: How the Measures You Choose Affect the Answers You Get. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 11, p. 1439–1465, 2008.

STOLL, H. *Changing Societies, Changing Party Systems*. New York, United States of America: Cambridge University Press, 2013.

VALLE, V. S. M. Direita Religiosa e Partidos Políticos no Brasil: Os Casos do PRB e do PSC. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 85–100, 2018.

WARNER, R. S. Work in Progress Toward a New Paradigm for the Sociological Study of Religion in the United States. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 5, p. 1044–1093, 1993.